

DOCAPESCA
PORTOS E LOTAS, S.A.

O Conselho de Administração
delibera aprovar o Relatório de
Gestão e Contas do Exercício de
2018. 18.03.2019

Teresa Costa *Carlos Figueiredo* *Imídio*

RELATÓRIO
DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO
2018



Índice

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS	7
1. OBJETIVOS DE GESTÃO (ARTIGO 38.º DO RJSPE) E PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO (PAO).....	8
2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	9
3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO.....	10
4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP) E ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”).....	10
5. RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA.....	11
6. REMUNERAÇÕES.....	14
a) <i>Órgãos sociais</i>	14
b) <i>Auditor externo</i>	21
7. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 32.º E 33.º DO EGP.....	21
a) <i>Cartões de crédito</i>	21
b) <i>Despesas de representação pessoal</i>	21
c) <i>Despesas associadas a comunicações</i>	21
d) <i>Valor do combustível e portagens</i>	22
8. DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS.....	22
9. RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES.....	22
10. RELATÓRIO ANUAL SOBRE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO.....	23
11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	23
a) <i>Aplicação das normas vigentes em 2018</i>	23
b) <i>Procedimentos internos</i>	23
c) <i>Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros</i>	24
12. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS.....	24
13. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS.....	25
14. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO.....	27
15. AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS.....	29
16. INFORMAÇÃO DIVULGADA NO SITE DO SEE.....	29
17. QUADRO RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	30
18. ARTIGO 35.º DO REGIME JURÍDICO DO SETOR PÚBLICO.....	31
19. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	31
3. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	33
4. PERFORMANCE DA DOCAPESCA	95
1. ASSESSORIA JURÍDICA E GESTÃO DOMINIAL.....	96
2. AUDITORIA E CONTROLO INTERNO.....	98

GA
R
S

3. DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO / MARKETING	100
4. INFRAESTRUTURAS E MODERNIZAÇÃO DE ATIVOS.....	108
5. INFORMÁTICA.....	113
6. EXPLORAÇÃO	114
7. FINANCEIRA.....	121
8. SEGURANÇA E MANUTENÇÃO	123
9. ESTATÍSTICA.....	127
10. RECURSOS HUMANOS.....	133
11. SEGURANÇA ALIMENTAR.....	140
12. CONTROLO ORÇAMENTAL E AVALIAÇÃO DE RISCO.....	141
5. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL, CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	143

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Handwritten initials and marks in the top right corner.

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Docapesca – Portos e Lotas, SA é uma empresa do setor das pescas e do mar que tem como grande objetivo contribuir, ativamente, para o desígnio nacional de transformar a Economia do Mar numa alavanca do desenvolvimento de Portugal. Através da promoção do mar e dos produtos da pesca, a empresa pretende cooperar para o objetivo do XXI Governo Constitucional, de atingir 5% de Valor Acrescentado Bruto da Economia do Mar no PIB Nacional, no final da legislatura.

Dando cumprimento às orientações de Sua Excelência a Ministra do Mar e consciente dos desafios do futuro próximo, centrados na reorganização institucional das políticas nacionais para o Mar, a empresa elegeu como referências os desafios da inovação, do crescimento e do desenvolvimento sustentável, da valorização do pescado, da internacionalização do setor e do reforço das condições de higiene e segurança alimentar.

O ano de 2018 registou um acréscimo de 5,1% no valor do pescado transacionado em lota, face ao ano anterior, bem como um acréscimo de 4,2% no volume transacionado, conseguindo ainda um ligeiro aumento no preço médio (€ 2,06 em 2018 face ao valor de 2,04€ observado no ano 2017). A empresa registou uma trajetória de crescimento sustentável, mantendo-se igualmente o esforço na renovação das competências dos seus recursos humanos, para obter ganhos acrescidos de eficiência, eficácia e qualidade na prestação do serviço público.

A valorização do pescado em lota continuou a ser aposta permanente por parte da empresa, com especial relevo para as espécies abundantes na costa portuguesa, pouco valorizadas, mas com elevado valor nutricional.

Neste âmbito, importa destacar a Campanha de Promoção do Carapau realizada em 2018, tendo a Docapesca desenvolvido um conjunto de ações de comunicação para incentivar o seu consumo, junto do consumidor final, distribuição e restauração. Esta campanha associa o consumo desta espécie a cinco atletas de desportos náuticos de alta competição, que constituem figuras de referência inspiradora e de hábitos de vida saudáveis para toda a população. De realçar que a campanha contemplou diversas ações de sensibilização em escolas do ensino básico e secundário, com a presença dos atletas.

Relativamente ao processo de certificação das lotas pela norma ISO NP EN 22000, em 2018 foram certificadas duas lotas (Sesimbra e Sagres), tendo sido mantida a certificação nas duas lotas já certificadas em 2017 (Póvoa de Varzim e Figueira da Foz). Este processo, aliado à prossecução da metodologia de análise e controlo dos riscos sanitários associados a produtos alimentares (Hazard Analysis of Critical Control Points – HACCP), continuaram a constituir-se como objetivos prioritários para a Docapesca, nos domínios da segurança e qualidade do pescado das lotas do continente, contribuindo para a sua valorização, a que se aliou o incremento das intervenções nas lotas, com vista à sua requalificação e cumprimento das medidas de Higiene e Segurança Alimentar.

Handwritten marks: a signature at the top, and the letters 'E' and 'G' below it.

O desenvolvimento destes processos organizativos constitui uma mais valia para empresa e principalmente para os seus clientes e demais stakeholders.

Com o objetivo de promover um comércio mais justo que crie mais valor para o pescador, através da obtenção do melhor preço para os seus produtos, a empresa prosseguiu as ações de promoção dos circuitos comerciais curtos, com vista à criação da rede nacional de Cabazes do Mar, baseada nas melhores práticas dos projetos já existentes, que integram também uma consciencialização de sustentabilidade ambiental. Exemplo disso é o projeto "A Pesca por um Mar Sem Lixo", que tem como objetivo a redução dos resíduos no mar, através do apoio à adoção de boas práticas ambientais por parte dos pescadores, promovendo a valorização e reciclagem desses resíduos. Atualmente está implementado em 8 portos de pesca, prevendo-se a sua expansão, durante o ano de 2019, a mais 9 portos.

Ao promover a inovação, a Docapesca visa contribuir para um setor moderno e competitivo e para o equilíbrio das vertentes económica, social e ambiental das comunidades ligadas ao mar e às pescas.

A transferência de valor para o setor da pesca, que a Docapesca tem vindo a impulsionar e que pretende reforçar, só é possível com uma organização sólida, do ponto de vista económico e financeiro, que possa contar com a qualidade e a excelência dos seus trabalhadores para a prossecução destes objetivos. Esta transferência concretiza-se através da promoção de parcerias com diferentes entidades e de um maior envolvimento com as associações do setor e as organizações de produtores.

Com vista a uma maior economia, eficácia e eficiência, a empresa tem vindo a melhorar a gestão de risco e o controlo interno, designadamente através da adequação da estrutura organizacional da empresa e da uniformização de procedimentos.

No que respeita aos investimentos, a melhoria das condições de segurança nos portos de pesca e nas lotas de Norte a Sul do país continua a ser uma das prioridades, a par da modernização e reabilitação das infraestruturas e equipamentos. Nesse âmbito, no ano de 2018 foi realizado um volume de investimento na ordem dos 4,24 milhões de euros, dos quais se destaca a substituição de escadas e defensas nos portos de pesca, a instalação de cais flutuantes para as embarcações da pequena pesca, a aquisição de guias para descarga de pescado ou o reforço de equipamento da cadeia de frio e produção de gelo.

No sentido de melhor potenciar o orçamento disponível para investimento, a empresa tem recorrido aos mecanismos de financiamento disponíveis, com maior incidência no Programa Operacional MAR2020. Nesse sentido, em 2018, foram submetidas 18 novas candidaturas, atualmente em fase de avaliação, num valor de investimento superior a 6 milhões de euros.

O ano de 2018 ficou também marcado pela passagem da tempestade Leslie no porto de pesca da Figueira da Foz, ocorrida em outubro, da qual resultaram avultados danos. Saliencia-se a prontidão

e capacidade de resposta das equipas da Docapesca que, num reduzido espaço de tempo, se articularam e procederam à reposição das condições de operacionalidade dos serviços prestados pela empresa nesse local.

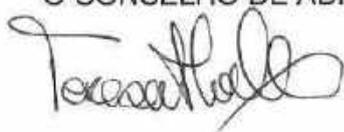
Num contexto de descentralização e gestão de proximidade, salienta-se o reforço de relacionamento empreendido pela Docapesca junto dos Municípios, pela importância de que se reveste a transferência, ou gestão conjunta, das áreas da náutica de recreio e das frentes ribeirinhas.

Na sua globalidade, a Docapesca encerrou o exercício com um resultado líquido de 1.564.213,95 euros, consolidando o seu capital próprio positivo e superior ao capital social realizado (16.452.913,86 euros), contribuindo para manter uma trajetória de crescimento sustentável e ausência de endividamento financeiro.

Reconhece-se que os recursos humanos da empresa são essenciais para o sucesso da organização e são o pilar fundamental que permitirá que a Docapesca contribua, mais efetivamente, para o crescimento da Economia do Mar.

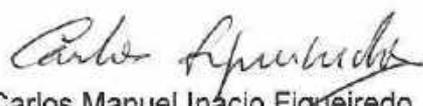
Por estas razões, a última palavra é dirigida a todos os trabalhadores da empresa, mulheres e homens que, com o seu profissionalismo e empenho, mais uma vez contribuíram para que, em 2018, fossem alcançados bons resultados pela Docapesca.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estevão Pedro

(Presidente)



Carlos Manuel Inácio Figueiredo

(Vogal)



Sérgio Miguel Redondo Faias

(Vogal)

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

2. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

Handwritten signature and initials in the top right corner.

1. Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

A avaliação dos objetivos de gestão é habitualmente feita de acordo com os objetivos constantes dos contratos de gestão dos membros do Conselho de Administração. No entanto, uma vez que até à data não foram assinados, a avaliação é efetuada com base nos objetivos do PAO 2018 que foi aprovado pela Deliberação Social Unânime por Escrito de 10 de dezembro de 2018.

Os valores que se apresentam no Quadro 1 – Objetivos de Gestão, relativos ao grau de cumprimento dos objetivos de gestão consideram toda a atividade da empresa, lotas e vendagem da empresa e a atividade que transitou para a Docapesca ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

Quadro 1 - Objetivos de Gestão

	Obs.	Peso de cada obj.	Objetivos de gestão 2018			
			Proposto	Executado	Execução percentual	Execução percentual ponderada
Indicadores financeiros		50,00%				51,31%
Eixo 4 - Volume de Negócios (€)	1)	10,00%	26.644.988	27.101.015	101,71%	10,17%
Eixo 4 - Peso dos CMVMC+FSE+GcP no Volume de Negócios	2)	10,00%	79,8%	74,6%	106,43%	10,64%
Eixo 4 - PMP	3)	15,00%	34	33	102,94%	15,44%
Eixo 4 - Resultado líquido (€)	4)	15,00%	1.558.059	1.564.214	100,40%	15,06%
Indicadores de atividade	5)	50,00%				59,65%
Eixo 1 - Desenvolvimento Sustentável e Inovação		20,00%	100,00%	119,00%	119,00%	23,80%
Eixo 2 - Modernização, Qualidade e Segurança		15,00%	100,00%	113,00%	113,00%	16,95%
Eixo 3 - Desempenho Organizacional		10,00%	100,00%	139,00%	139,00%	13,90%
Objetivo 13 - Promover a gestão conjunta com os municípios		5,00%	100,00%	100,00%	100,00%	5,00%
Total		100,00%				110,96%

1) Volume de Negócios = 71 Vendas + 72 Prestação de Serviços

2) CMVMC = Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas; FSE = Fornecimentos e serviços externos e GcP = Gastos com o pessoal. A rubrica Gastos com Pessoal não incorpora o valor referente às indemnizações por rescisão, nem o impacto das valorizações remuneratórias

3) PMP calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril.

4) Resultado líquido - Valor constante na Demonstração de Resultados por natureza anual, apurado de acordo com o SNC.

5) Para cada indicador de actividade é estabelecido o objectivo anual de 100%.

O Quadro 1 demonstra que a Docapesca atingiu todos os objetivos definidos, tendo os mesmos superado em 10,96% o planeado.

Em relação aos objetivos do Eixo 4 – Desempenho Económico e Financeiro, verifica-se que todos os indicadores foram atingidos, superando ligeiramente os objetivos definidos no PAO 2018. Importa realçar o indicador de referência, o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, que apresentou um comportamento bastante melhor do que havia sido previsto no PAO. Este comportamento, embora influenciado por um melhor volume de negócios, resultou essencialmente do grande esforço de contenção de gastos que a empresa realizou, com particular incidência na rubrica de fornecimentos e serviços externos.


 4

Ao nível da execução dos indicadores de atividade, realça-se que também todos eles revelaram um desempenho acima do previsto com exceção do objetivo n.º 13, que ficou igual ao que havia sido previsto.

2. Gestão do risco financeiro

A Docapesca não detém ativos financeiros, com exceção do relativo ao Fundo de Compensação de Trabalho. Os instrumentos de financiamento da Docapesca são remunerados pela aplicação de taxas de juro indexadas à Euribor.

Em junho de 2014, foi feita uma consulta para financiamentos de curto prazo, na sequência da qual a DGTF autorizou a contratação de uma conta corrente caucionada de 750 mil euros e de um descoberto em depósitos à ordem de 1.250 mil euros, junto do Millennium BCP, com efeitos a partir de 16 de junho de 2014. No final de 2015, a Docapesca denunciou o contrato referente à conta corrente caucionada de 750 mil Euros, mantendo-se até à data apenas o descoberto em depósitos à ordem de 1.250 mil euros.

Em 2018, a Docapesca não recorreu ao descoberto bancário.

De acordo com o Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, a Docapesca relata em seguida a taxa média de financiamento considerando todos os custos financeiros associados ao financiamento:

Anos	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€)	3.125	3.174	4.121	5.981	23.403
Taxa Média de Financiamento (%)	n.a.	n.a.	6,79%	86,54%	15,79%

Dado que devido à reduzida utilização do financiamento bancário, bem como à introdução e reforço de custos relacionados com comissões de gestão, renovação e imobilização cobrados pelas instituições financeiras, o acréscimo da taxa média de financiamento "all in cost", em 2017, seria desmesurado, optou-se por não apresentar o valor. O mesmo sucede para 2018, já que no decurso do ano a empresa não recorreu ao descoberto bancário.

Assim, apresenta-se de seguida a taxa média de endividamento que a Docapesca usufrui caso necessite de utilizar o descoberto bancário.

Handwritten signature and initials

Período	Taxa média anual de financiamento	Encargos financeiros suportados	Comissões s/ as linhas de crédito	Financiamento médio
2014	1,87%	4.157,41 €	19.245,55 €	148.193,00 €
2015	2,56%	116,00 €	5.865,00 €	6.911,00 €
2016	2,50%	1.517,28 €	2.604,20 €	60.692,74 €
2017	2,50%	48,55 €	3.125,04 €	0,00 €
2018	2,50%	0,00 €	3.125,04 €	0,00 €

3. Limite de crescimento do endividamento

A Docapesca não tem endividamento conforme se encontra evidenciado no quadro abaixo.

Passivo Remunerado.	2018	2017	Variação 18/17	
	Valores		Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	- €	- €	- €	n.a.
- do qual concedido pela DGTF	- €	- €	- €	n.a.
Aumentos de Capital por dotação	- €	- €	- €	n.a.
Aumentos de Capital por conversão créditos	- €	- €	- €	n.a.
Novos investimentos	- €			

4. Evolução do prazo médio de pagamento (PMP) e atrasos nos pagamentos ("Arrears")

Prazo Médio de Pagamento

O prazo médio de pagamento (PMP) a fornecedores, calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, evoluiu, de 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018, conforme explicitado no quadro seguinte:

PMP	2018	2017	Variação 18/17	
			Valor	%
Prazo (dias)	33	28	5	18%

No final de 2018, em particular em dezembro, registou-se um atraso na receção das faturas dos fornecedores, tendo muitas delas dado entrada na empresa já no início de 2019, o que impossibilitou o seu registo e respetivo pagamento antes do final do ano, o que resultou num aumento do número

Handwritten initials and marks in the top right corner.

de dias do PMP em 31 de dezembro de 2018 face a 2017. No entanto, a Docapesca continua a empreender esforços visando o cumprimento das orientações relativas ao prazo médio de pagamento a fornecedores, continuando a garantir que o seu PMP se mantém abaixo dos 36 dias.

Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")

Dívidas Vencidas	Valor	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	879.433,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aq. de Capital	994.485,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	1.873.918,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

A Docapesca não tem dívidas a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias.

5. Resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

Na Assembleia Geral realizada em 5 de junho de 2018, o acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2017, atentas as reservas expressas na Certificação Legal das Contas, recomendando ao Conselho de Administração que diligenciasse no sentido de:

- (i) Dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo n.º 33.º do Estatuto do Gestor Público, relativamente ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço;
- (ii) Dar cumprimento ao disposto no artigo n.º 55.º da Lei do Orçamento de Estado (LOE) de 2018.

As diligências tomadas pela Docapesca no sentido de ir ao encontro das recomendações do acionista, foram as seguintes:

- (i) Relativamente ao disposto no n.º 3 do artigo n.º 33.º do Estatuto do Gestor Público, foi feito um esforço de contenção com os gastos de combustível e portagens por parte dos membros do Conselho de Administração. Neste sentido, e apesar da necessidade constante de deslocação devido à dispersão geográfica da empresa, os gastos realizados pelos membros do Conselho de Administração neste âmbito ficaram abaixo dos limites anuais.
- (ii) O art.º 55.º da LOE 2018 refere que as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, remetendo para o DLEO. As orientações do art.º 145.º deste diploma aplicáveis à Docapesca são as seguintes:
 - o rácio dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das indemnizações por rescisão, sobre o volume de negócios, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2017. De modo a ilustrar esta questão, foi preparado o quadro abaixo. Alerta-se para o facto de o volume de negócios apresentado corresponder ao somatório das contas de Vendas e

Prestações de Serviços, enquanto nos anos anteriores este indicador continha também a conta de Outros Rendimentos. Assim, o valor do volume de negócios apresentado para 2017, foi corrigido, retirando a parcela correspondente, pelo que não é igual ao do Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2017.

Peso dos gastos operacionais no volume de negócios	2018 Exec.	2017 Exec.	2018/2017	
			Δ Absol.	Var. %
(1) QMVMC	724.439 €	1.045.297 €	-320.859 €	-30,70%
(2) FSE	8.317.003 €	8.570.101 €	-253.098 €	-2,95%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e	11.183.263 €	11.126.189 €	57.074 €	0,51%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	211.500 €	190.000 €	21.500 €	11,32%
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2016	712.587 €	0 €	566.929 €	389,22%
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	0 €	145.657 €		
(3.iv) Gastos com o Conselho Fiscal a partir de 5 de junho de 2018	38.820 €	0 €	38.820 €	n.a.
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	20.224.704 €	20.741.586 €	-516.882 €	-2,49%
(5) Volume de negócios (VN) ⁽¹⁾	27.101.015 €	25.706.976 €	1.394.040 €	5,42%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	74,63%	80,68%	-6,06%	-7,51%

Como se pode verificar, a Docapesca cumpriu a orientação relativa ao indicador do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, já que o valor de 2018 é inferior ao verificado em 2017. Esta situação decorre de, por um lado, o volume de negócios ser superior em 1,3 milhões de euros face ao de 2017, e, por outro, ter havido um grande esforço de contenção de custos, em particular ao nível dos fornecimentos e serviços externos.

- o Devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2017 os seguintes gastos operacionais:

- a) Com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado;

Conforme se pode observar no quadro do ponto anterior, os gastos com pessoal corrigidos dos impactos assinalados, a variação dos gastos com pessoal é residual (apenas + 0,5%). Para além dos gastos com as remunerações e respetivos encargos, há uma série de gastos que apresentam variações de ano para ano. Acresce ainda que, uma vez que houve abertura para que a empresa realizasse contratações de curto prazo, com o objetivo de suprir falhas de trabalhadores nas

Handwritten initials and symbols in the top right corner.

lotas, em vez de recorrer à contratação de serviços de mão de obra do exterior, a empresa utilizou este recurso estabelecendo contratos de curta duração para substituição de trabalhadores em gozo de férias e para fazer face à sazonalidade do negócio. Estas contratações tiveram como contrapartida uma redução dos fornecimentos e serviços externos, em gastos com mão de obra do exterior;

- b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel. Como se pode verificar no quadro abaixo, no conjunto destes gastos, a empresa incumpriu o objetivo, embora analisando as rubricas individualmente se distinga o cumprimento no que respeita aos gastos com a frota automóvel.

As restantes rubricas ultrapassam os valores de 2017. Esta situação explica-se pelo facto de, conforme já sobejamente relatado (grande dispersão geográfica dos estabelecimentos), ser necessário as direções responsáveis acompanharem os investimentos em curso, bem como devido à necessidade de acompanhamento do processo de certificação das lotas pela Norma NP EN ISO 22000 – Segurança Alimentar (em 2017 foram Póvoa de Varzim e Figueira da Foz e em 2018 foram certificadas as lotas de Sesimbra e de Sagres e mantidas as certificações de 2017); verifica-se uma necessidade crescente de deslocações e estadas, bem como as consequentes ajudas de custo.

Gastos com deslocações, ajudas de custo e associados à frota automóvel	2018 Exec.	2017 Exec.	2018/2017	
			Δ Absol.	Var. %
Gastos com Deslocações (FSE)	23.838 €	18.417 €	5.421 €	29,43%
Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	19.584 €	15.237 €	4.347 €	28,53%
Gastos associados à frota automóvel	170.842 €	172.199 €	-1.358 €	-0,79%
Total	214.264 €	205.854 €	8.410 €	4,09%

- c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria. Pode observar-se no quadro abaixo, que no conjunto deste gastos, a empresa ficou aquém do objetivo. Da observação isolada, resulta que no que respeita aos gastos com consultoria a Docapesca superou largamente a meta. Já nos restantes gastos, a empresa ultrapassou os que haviam sido executados em 2017, com maior expressão nos projetos. O que se verificou em 2018 é que foi necessário desclassificar projetos de investimento, que se encontravam na rubrica de investimento em curso, mas que, por se ter concluído que não iam ter sequência, foi necessário considerar como gasto no ano em análise. Estas desclassificações têm um montante de cerca de 56.500 euros, pelo que se não se tivessem verificado, o objetivo teria sido atingido.

By
 E
 S

Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	2018 Exec.	2017 Exec.	2018/2017	
			Δ Absol.	Var. %
Encargos com estudos e pareceres	6.255 €	4.160 €	2.095 €	50,36%
Encargos com projetos	86.982 €	23.926 €	62.756 €	262,29%
Encargos com consultoria	59.700 €	105.626 €	-45.926 €	-43,48%
Total	152.637 €	133.712 €	18.925 €	14,15%

- Os relatórios de execução orçamental, incluindo os emitidos pelo órgão de fiscalização, devem incluir a análise da evolução dos gastos operacionais, incluindo a discriminação dos gastos com pessoal, face ao respetivo orçamento aprovado e ao disposto na LOE e no DLEO.

Todos os relatórios de execução orçamental apresentam dados relativamente à execução das rubricas destes artigos.

6. Remunerações

a) Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral

Na Assembleia Geral de 2 de junho de 2015 fixou-se o estatuto remuneratório a atribuir aos membros dos Órgãos Sociais da Docapesca, tendo sido fixados os valores das senhas de presença a atribuir aos membros da mesa da Assembleia Geral conforme apresentados no quadro seguinte:

Mandato I (até 5 de junho de 2018)

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
(Início - Fim)				
2015-2017	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	500,00 €	500,00 €
2015-2017	Vice-Presidente	Maria Cristina Marques Rosa Magina (*)	425,00 €	0,00 €
2015-2017	Secretária	Alexandra Maria Brito Carvalho	350,00 €	350,00 €
				850,00 €

(*) A Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral pediu a exoneração do cargo, em 13 de dezembro de 2016, por estar a desempenhar as funções de Chefe de Gabinete no Gabinete do Senhor Secretário de Estado das Pescas. O pedido foi aceite pela Senhora Ministra do Mar em 16 de dezembro de 2016., não tendo ainda ocorrido a eleição para o cargo.

As remunerações apresentadas correspondem ao pagamento da Assembleia Geral (AG) realizada em 5 de junho de 2018.

Mandato II (após 5 de junho de 2018)

Mandato	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
(Início - Fim)				
2018-2020	Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	500,00 €	0,00 €
2018-2020	Vice-Presidente	Carlos Manuel Sousa Martins	425,00 €	0,00 €
2018-2020	Secretária	Alexandra Maria Brito Carvalho	350,00 €	0,00 €
				0,00 €

Conselho de Administração
Mandato 2016-2018

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRELO (2)			N.º de Mandatos
			Forma	Data	Simulão	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente	Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estêvão Pedro	DUE	23/05/2016	Não	Docapesca	D	1
2016-2018	Vogal	Sérgio Miguel Redondo Faias	DUE	23/05/2016	Não	Instituto Superior de Engenharia de Lisboa	D	1
2016-2018	Vogal	Carlos Manuel Inácio Figueiredo	DUE	08/06/2017	Não	DGO	D	1

Ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, e através de Deliberação Social Unânime por Escrito, elegeu-se o Dr. Carlos Manuel Inácio Figueiredo para acompanhar o mandato correspondente ao triénio 2016-2018, tendo substituído a vogal Dra. Maria José Rocha Peixoto de Moura, que foi designada para exercer o cargo de vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (Despacho n.º 2740-D/2017, de 30 de março, publicado em Diário da República, 2.ª série – N.º 65 – 31 de março de 2017).

O vogal foi ainda designado, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, para aprovar expressamente qualquer matéria cujo impacto financeiro na empresa pública seja superior a 1% do ativo líquido.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Sérgio Miguel Redondo Faias	Assembleia Municipal de Sesimbra	Deputado Municipal	Público
Sérgio Miguel Redondo Faias	Cercizimbra – Cooperativa para a Educação e Reabilitação dos Cidadãos Inadaptados de Sesimbra, C.R.L.	Presidente do Conselho Fiscal	Privado
Sérgio Miguel Redondo Faias	Liga dos Amigos de Sesimbra	Presidente da Assembleia Geral	Privado
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	ISCTE - IUL	Docente	Público

Na Deliberação Unânime Social por Escrito (DUE) de 23 de maio de 2016 fixou-se o estatuto remuneratório a atribuir aos membros dos Órgãos Sociais da Docapesca e por aplicação das regras

remuneratórias associadas à classificação C, atribuída à Docapesca, os membros do Conselho de Administração aufeririam os valores apresentados no quadro seguinte:

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estêvão Pedro	S	C	4.576,20 €	1.831,28 €
Sérgio Miguel Redondo Faias	S	C	3.662,56 €	1.465,02 €
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	S	C	3.662,56 €	1.465,02 €

Conforme descrito na DUE, durante a manutenção do procedimento por défice excessivo ou a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), foram aplicadas das reduções legalmente vigentes às remunerações auferidas, não houve lugar à atribuição de prémios de gestão aos membros do Conselho de Administração, e a remuneração a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de Administração não excedeu o montante atribuído à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro. Em 2016 e em 2017, estes efeitos foram prorrogados pelas Leis de Orçamento de Estado e pelos Decretos-Lei de Execução Orçamental. Aos valores obtidos foi aplicada a redução remuneratória nos termos do art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Em 2018, de acordo com o art.º 18.º - Valorizações remuneratórias, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei de Orçamento de Estado para 2018), foram permitidas, a partir de 1 de janeiro de 2018, as valorizações e acréscimos remuneratórios dos titulares dos cargos e demais pessoal identificado no n.º 9 do art.º 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, onde se encontram incluídos os gestores públicos. As valorizações tinham de ser efetuadas de forma faseada, conforme previsto no n.º 8 do mesmo artigo.

Nestes termos, durante o ano de 2018, a atualização das remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2017 para as remunerações atribuídas às empresas com classificação C foi efetuada da seguinte forma:

- 25% de acréscimo a 1 de janeiro de 2018;
- 50% de acréscimo a 1 de setembro de 2018.

Esta atualização apresenta-se no quadro seguinte:



Membro do CA (Nome)	Remuneração mensal bruta (€)			
	01-jan-2018 a 31-ago-2018		01-set-2018 a 31-dez-2018	
	Vencimento mensal	Despesas Representação	Vencimento mensal	Despesas Representação
Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estêvão Pedro	3.933,86 €	1.434,08 €	4.148,64 €	1.566,48 €
Sérgio Miguel Redondo Faias	3.341,12 €	1.093,91 €	3.448,27 €	1.217,61 €
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	3.341,12 €	1.093,91 €	3.448,27 €	1.217,61 €

A remuneração anual dos membros do Conselho de Administração no ano de 2018 foi o seguinte:

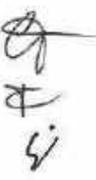
Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estêvão Pedro	73.814,91 €	0,00 €	73.814,91 €	2.517,44 €	71.297,47 €
Sérgio Miguel Redondo Faias	60.897,43 €	0,00 €	60.897,43 €	2.459,55 €	58.437,88 €
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	60.897,43 €	0,00 €	60.897,43 €	2.459,55 €	58.437,88 €
			195.609,77 €	7.436,54 €	188.173,23 €

Aos valores obtidos foi aplicada a redução remuneratória nos termos do art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho. A redução remuneratória do quadro anterior não reflete o montante de 5% decorrente dos acertos de férias e subsídio de férias de 2018, que ficaram como gasto em 2017, bem como do gasto com férias e subsídio de férias a pagar em 2019 (registado em gastos com pessoal em 2018), e que corresponde a um valor superior, devido à reposição faseada que se iniciou em 2018 mas que se prolonga para 2019.

Em 2018, não foram pagos, aos membros do Conselho de Administração da Docapesca, quaisquer montantes por outras sociedades em relação de domínio, de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum, nem foi atribuída qualquer remuneração a título de participação nos lucros ou quaisquer outros prémios.

Acresce ainda que em 2018 não foram atribuídos prémios de gestão aos membros do Órgão de Administração da Docapesca, nem foram pagas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Encargo Anual Seguro de Acidentes de Trabalho	Encargo Anual Seguro Acidentes Pessoais
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual				
Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estêvão Pedro	10,00 €	1.540,00 €	SS	17.124,47 €	259,73 €	n.a.	544,24 €	66,00 €
Sérgio Miguel Redondo Faias	4,77 €	796,59 €	DGA	13.816,45 €	0,00 €	n.a.	527,24 €	66,00 €
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	4,77 €	1.036,71 €	DGA	13.816,45 €	0,00 €	n.a.	529,68 €	66,00 €
		3.373,30 €		44.757,36 €	259,73 €	n.a.	1.701,16 €	198,00 €



Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída [SIM]	Celebração de contrato [SIM]	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Término	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estêvão Pedro	S	N	39.969,50 €	Aquisição	2005	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Sérgio Miguel Redondo Faias	S	N	40.000,00 €	Aquisição	2005	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	S (*)	N	29.900,00 €	Aquisição	2005	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(*) O Dr. Carlos Manuel Inácio Figueiredo prescindiu da viatura que lhe foi atribuída a partir de 1 de fevereiro de 2018.

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (€)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estêvão Pedro	584,85 €	2.163,19 €	1.978,20 €	n.a.	0,00 €	4.736,24 €
Sérgio Miguel Redondo Faias	430,54 €	825,40 €	1.451,20 €	n.a.	0,00 €	2.707,14 €
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	127,55 €	120,00 €	353,40 €	n.a.	0,00 €	600,95 €
						8.044,33 €

Os gastos relacionados com deslocações em serviço correspondem não só ao acréscimo de deslocações necessárias para acompanhar as atividades da Docapesca, dada a sua elevada dispersão geográfica, mas também para acompanhar os investimentos que se realizam em todo o território continental de Portugal. Importa também referir que se realizaram diversas ações relacionadas com a internacionalização da empresa e integradas no seu objetivo de apoio ao setor.



Fiscalização

Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

Mandato I (até 5 de junho de 2018)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROCI/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2015-2017	Fiscal Único	RCA - Rosa, Correia & Associados SROCI, S.A.	143	20161455	A.G.	02/09/2015	21/08/2015	3	3
2015-2017	Efectivo	Paulo Fernando da Silva Pereira	931	20160548					
2015-2017	Suplente	Gabriel Correia Alves	764	20160417					

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
RCA - Rosa, Correia & Associados SROCI, S.A.	5.675,00 €	0,00 €	5.675,00 €	n.a.			

Na reunião da Assembleia Geral da Docapesca, no dia 5 de junho de 2018, foram alterados os Estatutos devido à necessidade de cumprimento da legislação em vigor, que obriga a um reforço da fiscalização nas empresas que atingem os limites previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais, na redação dada pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro. No caso da Docapesca, a legislação exigiu a alteração do modelo de fiscalização de um Fiscal Único para um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas que não integre aquele órgão.

O Conselho Fiscal foi eleito na mesma Assembleia Geral, sendo incumbência deste órgão social realizar um procedimento com vista a escolher um Revisor Oficial de Contas (ROC). Após este processo, que culminou em agosto de 2018 com a proposta, o ROC escolhido foi designado pelo acionista, o que apenas ocorreu, através de Deliberação Social Unânime por Escrito, em 10 de dezembro de 2018.

Apesar do contrato com o ROC ter sido celebrado em 22 de janeiro de 2019, uma vez que este tem que proceder à certificação legal de contas de 2018, bem como à emissão dos pareceres sobre os relatórios trimestrais de 2018, e ainda porque o ROC foi eleito para o mandato 2018-2020, este contrato prevê o pagamento dos honorários relativos aos 3 anos do triénio.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten number 4]

Mandato II (após 5 de junho de 2018)

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal	N.º de Mandatos
			Forma	Data		
2018-2020	Presidente	Pedro Miguel Pinto Monteiro	AG	05/06/2018	1.281,90 €	1
2018-2020	Vogal Efetivo	André Bernardo de Lemos Alves	AG	05/06/2018	961,42 €	1
2018-2020	Vogal Efetivo	Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	AG	05/06/2018	961,42 €	1
2018-2020	Vogal Suplente	Ana Elisabete de Assunção Milão	AG	05/06/2018	961,42 €	1

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Pedro Miguel Pinto Monteiro	12.834,26 €	0,00 €	12.834,26 €
André Bernardo de Lemos Alves	9.625,74 €	0,00 €	9.625,74 €
Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	9.625,74 €	0,00 €	9.625,74 €
			32.085,74 €

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de inscrição na SROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data	Data do Contrato		
2018-2020	ROC - Efetivo	BDO & Associados, SROC, Lda.	29	20181384	DUE	10/12/2018	22/01/2019	1	1
2018-2021	ROC - Representante Efetivo	Pedro Manuel Aleixo Dias	725	20160361	DUE	10/12/2018	22/01/2019	1	1
2018-2022	ROC - Suplente	Sociedade Alves de Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.	74	20181408	DUE	10/12/2018	n.a.	0	0
2018-2023	ROC - Representante Suplente	Luis Aires Alves de Cunha	585	20140240	DUE	10/12/2018	n.a.	0	0

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
BDO & Associados, SROC, Lda.	13.500,00 €	0,00 €	13.500,00 €	n.a.			

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
[Handwritten mark]

b) Auditor externo

Identificação do Auditor			Data da Contratação	Duração do Contrato	Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor	Nº OROC	Nº CMVM				
ABC - Azevedo Rodrigues, Costa & Associados, SROC, Lda.	115	20161434	16/10/2018	1 ano	1	1
José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues	081	20160322				

Nome Auditor	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2018			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
ABC - Azevedo Rodrigues, Costa & Associados, SROC, Lda.	11.500,00 €	0,00 €	11.500,00 €	n.a.			

A contratação do auditor externo da Docapesca foi feita através de um procedimento de contratação pública via correio eletrónico. O procedimento, que teve lugar em 2018, foi efetuado para a contratação do serviço de auditoria às demonstrações financeiras para o ano de 2018. Foram convidadas a apresentar proposta 4 empresas de auditoria e foi escolhida a ABC - Azevedo Rodrigues, Costa & Associados, SROC, Lda. cuja proposta era economicamente mais vantajosa.

7. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do EGP

a) Cartões de crédito

A Docapesca cumpriu com o disposto no n.º 2 do art.º 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, designadamente vedando a utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por parte dos membros do Conselho de Administração, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

b) Despesas de representação pessoal

A Docapesca cumpriu com o disposto no n.º 1 do art.º 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, não reembolsando quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

c) Despesas associadas a comunicações

Nos termos dos números 3 e 4 do art.º 32.º do Estatuto do Gestor Público, e conforme fixado na Deliberação Social Unânime por Escrito de 23 de maio de 2016, o abono máximo para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet não pode exceder € 80,00. Na Docapesca foi fixado o plafond mensal de 75 euros para comunicações móveis efetuadas pelos membros do Conselho de Administração, não sendo abonado qualquer montante para as restantes comunicações mencionadas. Assim, os gastos com comunicações foram os seguintes:



Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estêvão Pedro	75,00 €	566,21 €	
Sérgio Miguel Redondo Faias	75,00 €	166,47 €	
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	75,00 €	46,91 €	
		779,59 €	

d) Valor do combustível e portagens

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estêvão Pedro	351,08 €	2.687,21 €	1.462,65 €	4.149,86 €	
Sérgio Miguel Redondo Faias	269,60 €	2.245,08 €	987,69 €	3.232,77 €	
Carlos Manuel Inácio Figueiredo	269,60 €	112,51 €	0,00 €	112,51 €	
				7.495,14 €	

Os gastos relacionados com combustíveis e portagens, conforme já atrás foi referido para as deslocações em serviço, correspondem às deslocações necessárias para acompanhar as atividades tradicionais da Docapesca e as integradas do IPTM, que têm elevada dispersão geográfica no território continental de Portugal.

Em 2018, os gastos com combustível e portagens dos membros do Conselho de Administração ficaram abaixo do plafond.

8. Despesas não documentadas ou confidenciais

A Docapesca rege-se pelo Sistema de Normalização Contabilística e cumpriu com o disposto no n.º 2 do art.º 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e com o disposto no art.º 11.º do Estatuto do Gestor Público, não tendo qualquer tipo de despesa não documentada nos seus registos contabilísticos.

9. Relatório sobre remunerações

Foi elaborado o primeiro relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres de acordo com o determinado no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março. Este primeiro relatório incidiu sobre o ano de 2016 e foi aprovado pelo Conselho de Administração a 4 de agosto de 2017.

O relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações, depois de aprovado, foi divulgado internamente e encontra-se disponível para consulta no sítio na Internet da Docapesca em <http://www.docapesca.pt/pt/praticas-de-bom-governo.html>, no separador Plano para a Igualdade e não Discriminação na Docapesca.

Para além do relatório sobre remunerações, em 2012, a empresa elaborou o primeiro Plano para a Igualdade de Género, plano esse que foi revisto em 2013. O Plano para a Igualdade de Género da Docapesca é sujeito a monitorizações (inicialmente com periodicidade semestral e atualmente anual) cujos relatórios também se encontram disponíveis para consulta no sítio da internet da Docapesca.

10. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

Em 2015, a empresa aprovou um Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão (incluindo os Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas), dando cumprimento às orientações da Recomendação n.º 1/2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC). Estas orientações foram reforçadas pela aprovação do novo regime do setor público empresarial, que determina que as empresas públicas cumpram a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, devendo elaborar, anualmente, um relatório identificativo das ocorrências, ou risco de ocorrências.

A Docapesca assumiu como prioridade o compromisso de reduzir os riscos existentes como um processo contínuo, tendo adotado, para o efeito, mecanismos que permitam identificar e gerir os riscos de forma pró-ativa, promovendo um equilíbrio eficiente entre os ganhos de oportunidades e a minimização de vulnerabilidades e perdas.

Desde 2016, a Docapesca elabora relatórios anuais sobre a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, relatórios esses que se encontram disponíveis para consulta no sítio da internet da empresa.

11. Contratação pública

a) Aplicação das normas vigentes em 2018

Em matéria de contratação, a Docapesca aplica o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro e subsequentes alterações.

b) Procedimentos internos

A Direção de Assessoria Jurídica e Gestão Dominial, mais concretamente a Área de Contratação Pública, preparou um conjunto de minutas de acordo com o Código dos Contratos Públicos (CCP), para todas as fases dos procedimentos de contratação pública. Todos os procedimentos de contratação pública feitos na empresa são sujeitos a uma revisão efetuada por esta direção, de modo a aferir se estão cumpridas todas as formalidades legais e se os processos não enfermam de algum vício.

Estes procedimentos foram atualizados de modo a ir ao encontro das normas presentes na revisão do CCP (Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto), que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2018. Foram também realizadas diversas ações de formação, envolvendo um elevado número de técnicos superiores dos quadros da empresa, no âmbito da revisão do CCP.

c) Atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 milhões de euros

A Docapesca não celebrou quaisquer atos ou contratos com valor superior a 5 milhões de Euros.

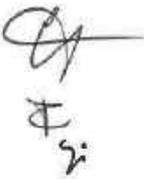
12. Sistema Nacional de Compras Públicas

A Docapesca aderiu à ESPAP/ANCP, em 9 de agosto de 2012.

Em 2015, a Docapesca participou num procedimento agregado para a aquisição de combustíveis em postos públicos de abastecimento e de gasóleo a granel para consumo interno, promovido pela ESPAP - Entidade Serviços Partilhados da Administração Pública, conjuntamente com outras entidades públicas nomeadamente Câmaras Municipais e outras do Sector Empresarial do Estado, tendo como objetivo obter maiores descontos nos abastecimentos efetuados para a Docapesca.

Resultou desse procedimento a assinatura de dois contratos com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2016.

A Docapesca aderiu voluntariamente ao Parque de Veículos do Estado em março de 2013.



13. Medidas de redução de gastos operacionais

PRC	2018 Exec.	2018 Orç.	2017 Exec.	2016 Exec.	2015 Exec.	2018/2017	
						Δ Absol.	Var. %
(2) EBITDA	5.717.890 €	5.732.323 €	5.604.507 €	6.019.334 €	4.191.847 €	113.183 €	2,02%
(1) CMVMC	724.430 €	771.830 €	1.046.297 €	1.094.469 €	2.594.079 €	-320.859 €	-30,70%
(2) FSE	8.317.008 €	8.873.309 €	8.570.101 €	8.804.511 €	7.021.461 €	-263.098 €	-2,95%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos II, III, III e IV)	11.183.263 €	11.768.899 €	11.126.189 €	11.249.184 €	11.220.332 €	57.074 €	0,51%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	211.500 €	200.000 €	190.000 €	391.184 €	396.817 €	21.500 €	11,32%
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018.	712.587 €	888.597 €	0 €	0 €	0 €	712.587 €	n.a.
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	0 €	0 €	145.657 €	0 €	0 €	-145.657 €	-100,00%
(3.iv) Gastos com o Conselho Fiscal a partir de 5 de junho de 2018	38.820 €	38.820 €	0 €	0 €	0 €	38.820 €	n.a.
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	20.224.704 €	21.212.029 €	20.741.596 €	21.148.184 €	20.835.871 €	-516.882 €	-2,49%
(5) Volume de negócios (VN) ^{a)}	27.101.015 €	26.544.587 €	25.706.976 €	26.701.372 €	24.407.282 €	1.394.040 €	5,42%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	74,63%	79,81%	80,68%	79,20%	85,37%	-6,06%	-7,51%
(i) Gastos com Deslocações (FSE)	23.838 €	19.130 €	18.417 €	27.082 €	23.960 €	5.421 €	29,43%
(ii) Gastos com Ajuda de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	19.684 €	18.897 €	15.237 €	17.805 €	24.343 €	4.347 €	28,53%
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	170.842 €	173.942 €	172.199 €	194.539 €	216.355 €	-1.358 €	-0,79%
Total = (i) + (ii) + (iii)	214.265 €	209.969 €	205.855 €	239.426 €	264.658 €	8.410 €	4,09%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	152.637 €	83.000 €	133.712 €	57.110 €	41.816 €	16.925 €	14,15%
Número Total de RH (OS+OD+Trabalhadores)	486	507	489	481	477	-3	-0,61%
N.º Órgãos Sociais (OS)	6	6	3	3	3	-3	100,00%
N.º Cargos de Direção (OD)	18	19	18	18	18	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem OD)	462	482	468	460	456	-6	-1,28%
N.º Trabalhadores/N.º OD	25,7	25,4	26,0	25,6	25,3	-0,3	-1,28%
N.º de viaturas	38	39	42	50	34	-4	-9,52%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, de aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE 2018. Foram ainda corrigidos os gastos com o Conselho Fiscal, para garantir a comparabilidade com 2017.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

As orientações contidas no artigo 145.º - Gastos operacionais das empresas do setor empresarial do Estado, do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (Decreto-Lei de Execução Orçamental), que se aplicam à Docapesca são as que decorrem:

- Do n.º 1 – "Para efeitos do disposto no artigo 55.º da Lei do Orçamento do Estado, o rácio dos gastos operacionais, corrigidos dos encargos resultantes do disposto em instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho em resultado da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das indemnizações por rescisão, sobre o volume de negócios, deve ser igual ou inferior ao verificado em 2017, sem prejuízo do disposto no número seguinte."
- Do n.º 3 – "...devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2017 os seguintes gastos operacionais:

Handwritten marks: a checkmark, a signature, and the number 6.

- a) Com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado;
- b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;
- c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

Em relação à primeira orientação, dos dados apresentados no quadro Plano de Redução de Custos, é possível verificar que se registou uma diminuição nos gastos operacionais e, simultaneamente, se registou um aumento no valor do volume de negócios. Como resultado, em 2018 verificou-se uma diminuição significativa do peso dos gastos operacionais no volume de negócios.

Importa referir que desde a elaboração do PAO 2018, o modelo de apuramento do volume de negócios foi alterado, passando apenas a integrar as contas "Vendas" e "Prestações de serviços". Anteriormente, este indicador incluía também o valor da conta "Outros rendimentos", mas como esta rubrica não reflete apenas a atividade comercial da empresa, dado que incorpora registos que não dependem dessa atividade, optou-se por fazer esta alteração.

Salienta-se o esforço realizado pela empresa para a contenção de gastos, o que se pode observar na comparação dos valores de 2018 com os do ano de 2017, em particular nas contas de "Fornecimentos e serviços externos", que registou uma diminuição de 253 mil euros.

No que se refere à segunda orientação, que se decompõe em três, podemos constatar o seguinte:

- A variação dos gastos com o pessoal de 2017 para 2018, corrigidos dos efeitos das indemnizações, da reposição do Acordo de Empresa e das valorizações remuneratórias, regista um ligeiro acréscimo (+ 0,5%). Esta pequena variação é explicada por outras rubricas que integram os gastos com pessoal que apresentam variações de ano para ano. Acresce ainda que, uma vez que houve abertura para que a empresa realizasse contratações de curto prazo, com o objetivo de suprir falhas de trabalhadores nas lotas, em vez de recorrer à contratação de serviços de mão de obra do exterior, a empresa utilizou este recurso estabelecendo contratos de curta duração para substituição de trabalhadores em gozo de férias e para fazer face à sazonalidade do negócio. Estas contratações tiveram como contrapartida uma redução dos fornecimentos e serviços externos, em gastos com mão de obra do exterior;
- o conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel registado em 31 de dezembro de 2018 foi ligeiramente superior ao registado em 31 de dezembro de 2017 (de € 205.854 em 2017 para 214.264 em 2018). Da análise desagregada, apresentada no ponto 5. Resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista, pode observar-se que se cumpriu o objetivo nos gastos com a frota, tendo as outras rubricas apresentado uma trajetória crescente. Esta situação resulta essencialmente de dois fatores: necessidade de acompanhamento dos

T
S
S

investimentos em curso em todo o país e necessidade de acompanhamento do processo de certificação das lotas pela Norma NP EN ISO 22000 – Segurança Alimentar (em 2017 foram Póvoa de Varzim e Figueira da Foz e em 2018 foram certificadas as lotas de Sesimbra e de Sagres e mantidas as certificações de 2017);

- o conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria apresenta uma variação positiva, face aos valores de 2017. Esta variação resultou do facto de em 2018 ter sido necessário desclassificar projetos de investimento, que se encontravam na rubrica de investimento em curso, mas que, por se ter concluído que não iam ter sequência, foi necessário considerar como gasto no ano em análise. Estas desclassificações têm um montante de cerca de 56.500 euros, pelo que se não se tivessem verificado, o objetivo teria sido atingido.

14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Através do ofício n.º SGC – 2018/9193, de 4 de junho de 2018, o IGCP informou a Docapesca que foi proferido despacho de autorização reiterando o teor dos despachos proferidos desde 2016, no sentido autorizar o recurso à banca comercial, por parte da Docapesca, devendo os valores das receitas assim geradas serem transferidos semanalmente para contas da empresa na tesouraria do Estado.

Desde 2016 que a Docapesca tem vindo a encetar os necessários esforços para promover um ajustamento gradual e progressivo do funcionamento dos portos e lotas para que seja possível a utilização dos serviços bancários disponibilizados pela tesouraria do Estado, conforme indicado nos despachos de autorização.

No entanto, tendo em consideração a elevada dispersão geográfica das tesourarias da empresa e a necessidade de assegurar a gestão centralizada dos recursos financeiros da empresa, a Docapesca utiliza serviços da Banca Comercial que ainda não se encontram disponíveis no IGCP, designadamente a possibilidade de efetuar depósitos diariamente com a garantia de que esses fundos ficam disponíveis no próprio dia (depósitos em numerário) ou no dia útil seguinte (depósitos em cheque), o serviço de *cash-pooling* e a possibilidade de não ter um limite diário para o número transferências bancárias a realizar.

Em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 28.º do RJSPE, a Docapesca prestou a informação à DGTF, através do formulário SIRIEF para o efeito, sobre os montantes e as entidades em que se encontrem aplicadas as suas disponibilidades, incluindo receitas próprias, independentemente da sua origem ou natureza.

 [Handwritten signature]
 S

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
BANIF - Banco Internacional do Funchal, SA	7.550,34 €	7.538,34 €	0,00 €	0,00 €
Banco Comercial Portugues, SA	210.099,16 €	115.408,32 €	241.201,28 €	262.002,28 €
Banco Popular Portugal, SA	372,56 €	372,56 €	0,00 €	0,00 €
Banco BPI, SA	258.953,34 €	126.242,73 €	188.858,29 €	126.511,12 €
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	658.521,06 €	638.936,01 €	919.487,65 €	573.952,17 €
Caixa Geral de Depositos, SA	22.743,37 €	147.250,27 €	9.923,10 €	16.934,62 €
Caixa Economica Montepio Geral	61.468,67 €	60.588,67 €	66.213,07 €	28.156,71 €
Novo Banco, SA	10.808,27 €	10.775,06 €	10.741,85 €	10.708,64 €
Total	1.220.556,77 €	1.107.109,86 €	1.436.433,25 €	1.018.265,52 €
Juros auferidos	0,00 €	1,29 €	0,00 €	0,00 €

A Docapesca manteve, ao longo do ano de 2018, os seus excedentes de tesouraria na conta do IGCP e aumentou consideravelmente os movimentos efetuados a partir desta conta, movimentando apenas as contas na banca comercial para apoio às tesourarias locais e para os pagamentos automatizados. No quadro seguinte é possível verificar qual a percentagem das disponibilidades da Docapesca que se encontravam na conta do IGCP no final de cada trimestre:

Banca Comercial	2018			
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
IGCP	3.566.761,86 €	4.615.209,18 €	7.379.794,09 €	7.225.390,97 €
Banca Comercial	1.220.556,77 €	1.107.109,86 €	1.436.433,25 €	1.018.265,52 €
Total	4.787.318,63 €	5.722.319,04 €	8.816.227,34 €	8.243.656,49 €
Percentagem das disponibilidades no IGCP	74,50%	80,65%	83,71%	87,65%

Em 8 de março de 2019 a Docapesca entregou ao Estado juros, num total de 1,29 euros, auferidos na sua qualidade de associada da Caixa de Crédito Agrícola. Conforme determinado, o comprovativo da transferência foi carregado no site do SIRIEF.

De realçar que a Docapesca não tem qualquer aplicação financeira na banca comercial e que os juros auferidos nos últimos anos foram exclusivamente os que respeitam à distribuição de resultados efetuada pela Caixa de Crédito Agrícola aos seus associados.

Handwritten marks and initials in the top right corner.

15. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos

No decurso de 2016, 2017 e 2018 o Tribunal de Contas não efetuou qualquer auditoria à Docapesca.

16. Informação divulgada no site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2018	
Caracterização da Empresa	S	2018	
Função de tutela e acionista	S	2018	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S	2018	
- Identificação dos órgãos sociais	S	2018	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2018	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	2018	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2018	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2018	
Esforço Financeiro Público	S	2018	
Ficha Síntese	S	2018	
Informação Financeira histórica e atual	S	2018	
Princípios de Bom Governo	S	2018	
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2018	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2018	
- Outras transações	S	2018	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	2018	
Económico	S	2018	
Social	S	2018	
Ambiental	S	2018	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2018	
- Código de ética	S	2018	

A informação atualizada relativa aos dados relativos ao ano de 2017 foi enviada para sítio da internet da DGTF em agosto de 2018.

[Handwritten signature and initials]

17. Quadro resumo do cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais - 2018	Cumprimento		Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	SI/MA	Quantificação / Referência	
Objetivos de Gestão			Ponto 1
Obj 3 - Volume de Negócios (M)	3	101,71%	
Obj 4 - Risco do CA/MD/SDG/Prz Volume de Negócios	3	100,43%	
Obj 4 - PMP	3	100,31%	
Obj 4 - Resultados Apuro (M)	3	100,40%	
Obj 1 - Desempenho das Atividades de Gestão	3	119,00%	
Obj 2 - Unidade, Qualidade e Segurança	3	113,00%	
Obj 3 - Desempenho Organizacional	3	130,00%	
Objeto 10 - Promover a gestão conjunta com os municípios	3	100,00%	
Metas e Alvos constantes no PGO 2018			
Risco das Gestões Operacionais (sem qualquer correção nos G&P no Volume de Negócios)	3	O valor representado no PGO foi de 25,1% e no relatório foi de 24,2%	
Investimento	3	Foram investidos 33,4% do valor previsto no PGO 2018	
Gastos com pessoal	3	A execução do G&P foi de 65,0% do valor representado no PGO 2018, cumpridos os indicadores pgs.	
% do valor da execução da execução sobre o investimento tot	3	A execução do G&P foi de 65,0% do valor representado no PGO 2018, cumpridos os indicadores pgs.	
Grau de execução do orçamento carregado no SDO/SDE	NA		
Gestão do Risco Financeiro	3	2,50%	Ponto 2
Límites de crescimento do Endividamento	3	A Docapesca não tem endividamento bancário	Ponto 2
Redução do PMP a fornecedores	3	O PMP a fornecedores apresentou uma redução de 45,4% face a 2017, tendo o PMP a 2018 sido de 20,4%, quando se tinha de 2017 de 37,4% estabelecido pela tabela	Ponto 4
Divulgação dos atrasos nos Pagamentos ("Atrasos")	3	A Docapesca não tem atrasos em pagamentos	Ponto 4
Revisões emendas de alteração de âmbito de aplicação de contas			Ponto 8
Recomendação 1 - Cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo n.º 32.º do Estatuto do Conselho Municipal relativamente ao valor de administração e pagamento pelos prestadores de serviços	3	Os gastos realizados, neste âmbito, pelos membros do Conselho de Administração, foram efetuados em linha com o previsto	
Recomendação 2 - Cumprimento do disposto no artigo n.º 22.º da Lei do Departamento de Gestão de Lotes de 2018	3/7	A Docapesca cumpre com os n.ºs 1 e 2 do art.º 142.º do DLG, quanto ao n.º 3, não foi possível aplicar um regime de incentivos	Ponto 9
Reservações			Ponto 9
Reservação de pontos de gestão	3	Não foram atribuídos pontos de gestão	
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	3	Total de Redução remuneratória € 7.436,34	
Calculação OTMO/PLA - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	NA		
Avaliação Externa - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	NA		
EGP - artigo 32.º e 23.º do ERP			Ponto 1
Atuação do conselho de gestão	3	Os membros do CA não têm efeitos de criação de empresa	
Não ocorrência de despesas de representação pessoal	3	Não foi efetuado qualquer despesa de despesa de representação pessoal aos membros do CA	
Valor máximo de combustível suportado para afetação mensal de veículos de gestão	3	Os membros do CA não utilizaram o veículo atribuído para consumo e portagens	
Despesas não decorrem entidades de endividamento - n.º 2 do artigo 18.º do Regulamento e artigo 11.º do ERP	3	Os membros do CA não utilizaram o veículo atribuído para consumo e portagens	Ponto 8
Previdência de realização de despesas não documentadas na contabilidade	3	A Docapesca não tem despesas não documentadas na contabilidade	
Promção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 do Regulamento e artigo 11.º do ERP	3	A Docapesca não tem despesas não documentadas na contabilidade	Ponto 9
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações - apenas a mulheres e homens	3	Relatório de remunerações dos membros do Conselho de Administração, elaborado em 2018	
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	3	Relatório de remunerações dos membros do Conselho de Administração, elaborado em 2018	Ponto 10
Contratação Pública			Ponto 11
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	3	A Docapesca aplica o Código de Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro e subsequentes alterações	
Aplicação das normas de contratação pública pelos participantes	NA		
Contratos celebrados a nível global de TC	3	Foram celebrados 2 contratos com valor global € 604,223	
Auditorias do Tribunal de Contas			Ponto 12
Auditorias do Tribunal de Contas	NA	Não houve qualquer auditoria do Tribunal de Contas em 2018	
Parque Automóvel			Ponto 13
Flt de Veículos	3	Em 31/10/2018, a Docapesca tinha menos 4 veículos do que em 31/10/2017	
Indicador Operacional das Respostas Públicas	3	O gestor operacional de 2018 apresentou uma redução de 51,08% em 2017, quando comparado com 2017	Ponto 11
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 23.º do DL 153/2010)			Ponto 14
Disponibilidade e aplicações centralizadas no GCP	3	88% disponibilidade e aplicações através GCP em 31 de dezembro	
Disponibilidade e aplicações na Banca Comercial	3	O saldo na banca comercial em 31 de dezembro de 2018 era € 1.116.209,52	
Atualização em pagamento de ITR e sobregiro em Receitas de Lotes	3	O sobregiro atualizado em 2018 foi de € 1,20 e a data de entrega ao GCP foi 5 de março de 2019	

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]
[Handwritten mark]

18. Artigo 35.º do Regime Jurídico do Setor Público

A Docapesca apresenta capital próprio positivo desde 2014, ou seja, nos últimos cinco exercícios económicos. Assim, não se torna necessário o Conselho de Administração da Empresa apresentar qualquer medida no âmbito do n.º 3, do artigo 35.º, do Decreto Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, porque não se estima que o impacto da situação patrimonial do ex-IPTM, a registar contabilisticamente aquando da sua integração na Docapesca, possa alterar significativamente o Capital Próprio.

19. Proposta de aplicação de resultados

A Docapesca encerrou o exercício de 2018 com um resultado líquido positivo de 1.564.213,95 euros, o qual é apresentado de acordo com os normativos contabilísticos nacionais definidos no Sistema de Normalização Contabilística (SNC). O Conselho de Administração propõe que, de acordo com os Estatutos da Docapesca, o resultado seja distribuído da seguinte forma: 156.421,40 euros para a conta de Reservas Legais e 1.407.792,55 euros para a conta de Resultados Transitados.

Agradecimentos:

Manifestamos os nossos agradecimentos à Senhora Ministra do Mar, Eng.^a Ana Paula Vitorino, e ao Senhor Secretário de Estado das Pescas, Dr. José Apolinário, pela forma como sempre apoiaram as ações desenvolvidas pela Docapesca – Portos e Lotas, SA. Sublinhamos o apoio do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, de todos os organismos e serviços do Ministério do Mar, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, da Direção-Geral de Autoridade Marítima e dos municípios com os quais temos vindo a promover uma gestão de proximidade. Agradecemos aos nossos parceiros institucionais com intervenção e responsabilidades no domínio do Mar, bem como aos nossos Clientes e parceiros de negócio e aos Sindicatos pela colaboração que temos desenvolvido. Por último, uma menção especial para os nossos trabalhadores, que com muita dedicação, zelo e profissionalismo contribuem ativamente para o bom desempenho da empresa, ao Revisor Oficial de Contas e sua equipa, aos membros do Conselho Fiscal pelo empenho demonstrado no exercício das suas funções.

Lisboa, 18 de março de 2019

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estevão Pedro
(Presidente)



Carlos Manuel Inácio Figueiredo
(Vogal)



Sérgio Miguel Redondo Faias
(Vogal)

Handwritten initials or marks, possibly "E", "F", and "S" stacked vertically.

3. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Balanços

Balanços em 31 de Dezembro de 2018 e 2017		Unidade: Euros	
	Notas	31-12-2018	31-12-2017
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	18.438.425,89	17.801.742,42
Ativos intangíveis	9	167.831,35	134.771,98
Outros investimentos financeiros		21.260,30	12.051,85
Ativos por impostos diferidos	17	717.028,08	957.302,24
		19.344.545,62	18.905.868,49
Ativo corrente			
Inventários	12	188.692,97	199.780,40
Clientes	18	3.880.490,20	3.136.822,27
Estado e outros entes públicos	21	258,46	172,97
Outros créditos a receber	18	6.292.768,41	5.705.714,72
Diferimentos	20	279.389,60	310.802,09
Caixa e depósitos bancários	5	8.291.190,95	5.101.282,74
		18.932.790,59	14.454.575,19
Total do ativo		38.277.336,21	33.360.443,68
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital realizado	27	8.528.400,00	8.528.400,00
Reserva legal	27	100.620,52	100.620,52
Resultados transitados	15,17	295.549,70	(1.238.333,68)
Outras Variações no Capital Próprio	15, 17, 28	5.964.129,69	6.234.233,19
		14.888.699,91	13.624.920,03
Resultado líquido do período		1.564.213,95	1.533.883,38
Total do capital próprio		16.452.913,86	15.158.803,41
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	1.952.935,44	1.823.230,05
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	3.186.791,48	3.521.876,98
Outras dívidas a pagar	15,17	1.573.483,85	1.711.342,29
		6.713.210,77	7.056.449,32
Passivo corrente			
Fornecedores	18	879.433,52	870.805,96
Estado e outros entes públicos	21	2.019.890,02	1.536.449,92
Outras dívidas a pagar	18	11.830.366,69	8.624.762,88
Diferimentos	20	381.521,35	113.172,19
		15.111.211,58	11.145.190,95
Total do passivo		21.824.422,35	18.201.640,27
Total do capital próprio e do passivo		38.277.336,21	33.360.443,68

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstrações dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

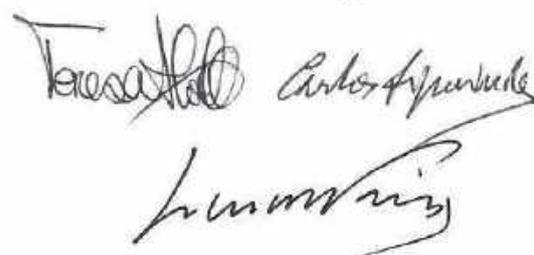
Rendimentos e Gastos	Notas	Unidade: Euros	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	13	27.101.015,31	25.706.975,79
Subsídios à exploração	15	24.771,12	191.726,23
Variação nos inventários da produção	12	(248,46)	(384,70)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	(724.438,50)	(1.045.297,16)
Fornecimentos e serviços externos	22	(8.317.003,01)	(8.570.100,55)
Gastos com o pessoal	23	(12.146.169,50)	(11.461.846,06)
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	12	11.600,59	(5.682,93)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	(382.727,88)	(170.114,49)
Provisões (aumentos/reduções)	14	266,38	-
Outros rendimentos	15, 25	2.406.735,24	2.348.015,79
Outros gastos	26	(2.256.111,36)	(1.386.784,93)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.717.689,95	5.604.506,99
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(3.524.542,82)	(3.624.591,38)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.193.147,13	1.979.915,61
Juros e rendimentos similares obtidos	11	17.656,49	4.038,79
Juros e gastos similares suportados	11	(10.435,07)	(9.433,77)
Resultado antes de impostos		2.200.368,55	1.974.520,63
Impostos sobre o rendimento do período	17	(636.154,60)	(440.637,25)
Resultado líquido do período	29	1.564.213,95	1.533.883,38

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstrações das Alterações ao Capital Próprio

Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período findo em 31 de Dezembro de 2018							Unidade: Euros
Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2018		<u>8.528.400,00</u>	<u>100.620,52</u>	<u>(1.238.333,68)</u>	<u>6.234.233,19</u>	<u>1.533.883,38</u>	<u>15.158.803,41</u>
Alterações no Período							
Integração de saldos de clientes - PTM	28				288.023,35		288.023,35
Integração de património - IPTM	28				1.289,00		1.289,00
Integração de responsabilidades - PTM	28				(134.197,14)		(134.197,14)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							
Resultado do exercício anterior	27			1.533.883,38		(1.533.883,38)	-
Subsídios ao investimento	15				(612.704,15)		(612.704,15)
Subsídios - Ajustamentos	15				137.858,44		137.858,44
Ganhos Atuariais				-	49.627,00		49.627,00
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.533.883,38</u>	<u>(270.103,50)</u>	<u>(1.533.883,38)</u>	<u>(270.103,50)</u>
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	1.564.213,95	1.564.213,95
Resultado Integral		-	-	-	-	30.330,57	1.294.110,45
Posição no fim do período 2018		<u>8.528.400,00</u>	<u>100.620,52</u>	<u>295.549,70</u>	<u>5.964.129,69</u>	<u>1.564.213,95</u>	<u>16.452.913,86</u>

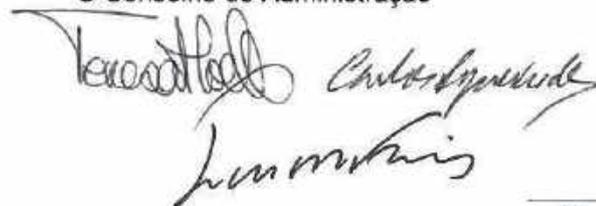
Demonstração das Alterações no Capital Próprio no Período findo em 31 de Dezembro de 2017							Unidade: Euros
Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações de capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Posição no início do período 2017		<u>8.528.400,00</u>	<u>100.620,52</u>	<u>(3.423.220,98)</u>	<u>7.187.733,03</u>	<u>2.070.133,30</u>	<u>14.463.665,87</u>
Alterações no Período							
Integração de saldos de clientes - PTM	28				59.738,71		59.738,71
Integração de património - IPTM					1.205,00		1.205,00
Integração de responsabilidades - PTM					(308.641,88)		(308.641,88)
Outras alt. reconhecidas no capital próprio							
Resultado do exercício anterior	27			2.070.133,30		(2.070.133,30)	-
Subsídios ao investimento	15				(967.827,95)		(967.827,95)
Subsídios - Ajustamentos	15				217.761,28		217.761,28
Ganhos Atuariais				114.754,00	42.265,00		157.019,00
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.184.887,30</u>	<u>(953.499,84)</u>	<u>(2.070.133,30)</u>	<u>(838.745,84)</u>
Resultado Líquido do Exercício		-	-	-	-	1.533.883,38	1.533.883,38
Resultado Integral		-	-	-	-	(536.249,92)	695.137,54
Posição no fim do período 2017		<u>8.528.400,00</u>	<u>100.620,52</u>	<u>(1.238.333,68)</u>	<u>6.234.233,19</u>	<u>1.533.883,38</u>	<u>15.158.803,41</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstrações dos Fluxos de Caixa

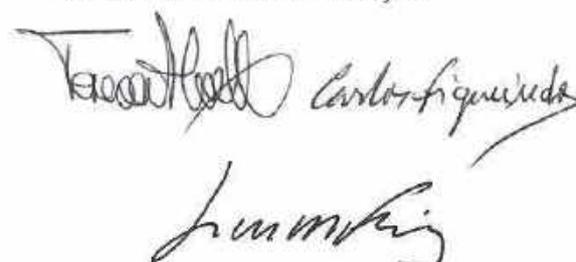
Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017			
		Unidade: Euros	
	NOTAS	31-12-2018	31-12-2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes	5	33.443.555,36	30.913.193,25
Pagamentos a fornecedores		(11.064.171,48)	(11.722.341,41)
Pagamentos ao pessoal		(12.323.853,83)	(11.552.419,45)
Caixa gerada pelas operações		10.055.530,05	7.638.432,39
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento		(403.708,04)	(81.669,13)
Outros recebimentos / pagamentos		(3.381.089,19)	(3.638.741,60)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>6.270.732,82</u>	<u>3.918.021,66</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3.938.818,82)	(3.806.434,74)
Ativos intangíveis		(1.968,00)	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Subsídios ao investimento	15	867.738,99	449.279,86
Juros e rendimentos similares		1,29	1,82
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>(3.073.046,54)</u>	<u>(3.357.153,06)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		(7.778,07)	(3.886,46)
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		<u>(7.778,07)</u>	<u>(3.886,46)</u>
Variações de caixa e seus equivalentes		3.189.908,21	556.982,14
Caixa e seus equivalentes no início do período		5.101.282,74	4.544.300,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	<u>8.291.190,95</u>	<u>5.101.282,74</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Handwritten marks: a signature at the top, and the numbers 2, 5, and 4 written vertically below it.

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

1 Designação da entidade e período do relato

1.1. Designação da entidade

Docapesca – Portos e Lotas, SA (em seguida referida como “Docapesca” ou “Empresa”)

Capital Social: 8.528.400,00 Euros

Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa – Matrícula n.º 500 086 826 (antigo n.º 27.401)

Pessoa Coletiva n.º 500.086.826

CAE Principal: 03111 – Pesca Marítima (Serviços de Apoio à Pesca)

CAE Secundário 1: 35302 – Produção de Gelo

CAE Secundário 2: 93292 – Atividades dos Portos de Recreio (Marinas)

1.2. Sede da entidade

Avenida Brasília, Pedrouços – 1400-038 Lisboa

1.3. Natureza da atividade

Através do Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de março, o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação promoveu a integração do Serviço de Lotas e Vendagem na Docapesca – Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, SA e alterou a denominação desta para Docapesca – Portos e Lotas, SA.

A Docapesca é participada a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

De acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que regula o Regime do Setor Público Empresarial (RSPE), são empresas públicas as organizações empresariais constituídas sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada nos termos da lei comercial, nas quais o Estado ou outras entidades públicas possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma direta ou indireta, influência dominante, pelo que a Docapesca se enquadra no conceito legal de empresa pública supra descrito, estando, por isso, sujeita ao regime jurídico do setor empresarial do Estado.

A Docapesca é uma empresa do Setor Empresarial do Estado, cujos Estatutos iniciais foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de março. Os novos Estatutos foram aprovados em 2 de junho de 2015, em Assembleia Geral, estando disponíveis para consulta no sítio de Internet da Empresa (www.docapesca.pt). Com esta alteração, o objeto da empresa foi alargado, incluindo, para além da prestação do serviço público de primeira venda de pescado e exploração de portos e lotas, a exploração de docas e marinas de recreio, bem como a garantia de segurança portuária (atuando como autoridade portuária nas zonas cuja gestão lhe é cometida).

Nesta qualidade, e nos termos do Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril, a Docapesca tem a seu cargo assegurar a efetivação da primeira venda, em lota, de todo o pescado fresco descarregado em portos de Portugal continental, atividade esta que visa salvaguardar o interesse público, através da garantia das melhores práticas de segurança alimentar.

Handwritten mark: a signature.

Handwritten marks: a signature, a checkmark, and the number 5.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P. nas funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob sua jurisdição.

A Docapesca passou, assim, a exercer a função de autoridade portuária nas infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e náutica de recreio de Vila Praia de Âncora, Castelo do Neiva, Esposende, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Angeiras, Nazaré, São Martinho do Porto, Peniche, Ericeira, Baleeira, Lagos, Alvor, porto de pesca, estaleiros e área de Ferragudo em Lagoa, marina de Portimão e bacia do rio Arade desde a segunda ponte sobre o rio Arade até Silves, Albufeira, Vilamoura, Quarteira, Faro, exceto área do porto comercial e canal de acesso, Olhão, Fuseta e Tavira, bem como na via navegável e nas infraestruturas portuárias existentes ao longo do rio Guadiana entre Vila Real de Santo António e Mértola. Os portos de pesca e as marinas de recreio referidos incluem as áreas dentro do domínio público marítimo, os canais de navegação e as zonas flúvio-marítimas e terrestres, bem como as zonas terrestres e marítimas necessárias à exploração portuária e à execução e conservação de obras.

A Docapesca sucedeu ao IPTM, I.P., na titularidade de todos os direitos, obrigações e posições jurídicas, independentemente da sua fonte e natureza, que se encontrem afetos ao exercício das funções transferidas.

Transmitiu-se ainda para a Docapesca a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos patrimoniais e contratuais, mobiliários e imobiliários, que integravam a esfera jurídica do IPTM, I.P., e que respeitavam à exploração das infraestruturas portuárias de apoio às atividades de pesca e da náutica de recreio, designadamente os imóveis, as infraestruturas, as viaturas, as embarcações e os equipamentos identificados na Portaria n.º 182/2015, de 22 de junho.

O processo de integração do IPTM encontra-se em curso em 31 de dezembro de 2018.

Foi efetuada entre 2016 e 2018 a integração dos bens patrimoniais relativos às viaturas, embarcações e equipamentos de movimentação portuária.

Não foi efetuada durante o exercício de 2018 a integração dos restantes bens patrimoniais e dominiais do IPTM, IP na Docapesca. Nos termos do art. 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014 de 3 de fevereiro, seria promovida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGFT) a avaliação dos mesmos no prazo de 18 meses a contar da data de publicação do citado diploma.

Em 13 de setembro de 2017, a Docapesca enviou à Direção-Geral do Tesouro e Finanças um ofício, em que solicitava a adoção urgente das diligências tendentes à avaliação do património que transitou do IPTM, I.P. A Secretaria de Estado das Pescas reforçou, em outubro de 2017, esse pedido junto da DGTF.

No seguimento deste pedido de avaliação e da sua sequência processual, a Docapesca disponibilizou um conjunto de documentação contendo as plantas e localização, os registos no SIIE e as cadernetas prediais existentes, referentes ao património transferido para a Docapesca de acordo com os artigos 3º e 4º do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

Handwritten mark: a signature.

Em 12 de dezembro de 2018, a DGTF propôs que fosse apresentada uma proposta, no sentido de ser transmitida uma orientação formal do acionista, para que seja a própria Docapesca a providenciar os procedimentos necessários para realizar a avaliação dos ativos do ex-IPTM já identificados, para a qual a Docapesca declara que se encontram reunidas as condições para que possa desencadear o processo de contratação pública com o objetivo de obter a avaliação dos referidos ativos.

Nestes termos, vai a Docapesca, assim que formalmente autorizada, dar início ao processo de avaliação dos bens em apreço.

Em relação aos saldos de fornecedores, a integração foi efetuada através do reconhecimento dos fornecimentos ainda em dívida e do seu pagamento pela Docapesca.

Em relação aos saldos de clientes, procedeu-se à integração, durante os exercícios de 2015 a 2018, dos saldos correspondentes aos recebimentos registados na tesouraria da Docapesca referentes à faturação em dívida no sistema informático de gestão de faturação e contas correntes do IPTM, IP (denominado SIGPOR), continuando os saldos por cobrar a aguardar a integração.

Através de Deliberação Unânime por Escrito de 23 de maio de 2016, foram eleitos os novos membros do Conselho de Administração, e em Assembleia Geral de 5 de junho de 2018 foram eleitos o Conselho Fiscal e a Mesa da Assembleia Geral, sendo atualmente os Órgãos Sociais compostos da seguinte forma:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente: Maria Fernanda Joanaz Silva Martins
Vice-Presidente: Carlos Manuel Sousa Martins
Secretária: Alexandra Maria Brito Carvalho

Conselho de Administração:

Presidente: Dra. Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Coelho Estêvão Pedro
Vogal: Dr. Carlos Manuel Inácio Figueiredo (*)
Vogal: Prof. Doutor Sérgio Miguel Redondo Faias

Conselho Fiscal:

Presidente: Pedro Miguel Pinto Monteiro
Vogal Efetivo: André Bernardo de Lemos Alves
Vogal Efetivo: Maria Gabriela Nunes Mendes Campos
Vogal Suplente: Ana Elisabete de Assunção Militão

(*) por Deliberação Social Unânime por Escrito de 6 de junho de 2017 (com efeitos a partir de 8 de junho de 2017), foi substituída a vogal Dra. Maria José Rocha Peixoto de Moura (que cessou as suas funções no dia 31 de março de 2017) pelo Dr. Carlos Manuel Inácio Figueiredo.

O Revisor Oficial de Contas é a BDO & associados, SROC, Lda.

Todos os valores são apresentados em Euros, salvo referência em contrário.

Notas sobre a atividade da Docapesca

Atividades tradicionais

O regime legal da primeira venda de pescado, fresco e refrigerado, foi atualizado e reunido num só diploma, o Decreto-Lei n.º 81/2005, de 20 de abril.

O conjunto de normas que regulam a primeira venda de pescado fresco fora de lota foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 197/2006, de 23 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 247/2010, de 3 de maio.

Os rendimentos operacionais dividem-se em dois grandes grupos:

- Serviços de venda de pescado em lota, prestados de acordo com o regulamento geral de funcionamento das lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de janeiro), e sujeitos a tarifas fixadas pelo Governo (Portarias n.º 251/2008, de 4 de abril, e n.º 495/2008, de 23 de junho: Área de Negócios – Lotas);
- Atividades Comerciais – restantes áreas de negócios, incluindo a gestão de áreas do Domínio Público marítimo sob o título e Gestão Dominial.

Os rendimentos obtidos na prestação de serviços de venda de pescado em lota resultam da aplicação de taxas sobre o valor do pescado transacionado, a liquidar, em partes definidas por diploma, pelos armadores/pescadores e pelos compradores.

A atividade corrente da Docapesca depende diretamente da quantidade e qualidade do pescado capturado pelas embarcações de pesca, pelo que está condicionada quer pela atividade dos armadores, quer, por via indireta, pelas condições do meio ambiente.

A Docapesca, para além de promover a venda (por leilão ou contrato), efetua todo o seu tratamento administrativo, fornecendo aos armadores e compradores os correspondentes documentos comprovativos.

A Docapesca garante o pagamento das vendas de pescado aos armadores/pescadores (valor do pescado deduzido de tarifas e descontos obrigatórios e facultativos).

A Docapesca efetua a cobrança das aquisições de pescado aos compradores (valor do pescado + tarifas + IVA), podendo conceder crédito até três dias úteis, com base na Portaria n.º 9/89, mediante a obtenção de garantias.

O IVA pago pelos compradores e os descontos para a Segurança Social relativos às contribuições dos armadores são entregues pela Docapesca ao Estado, em substituição dos armadores.

Os movimentos financeiros relativos ao valor do pescado transacionado em lota são relevados no Balanço em "outros créditos a receber" (compradores) e "outras dívidas a pagar" (armadores / pescadores e entidades beneficiárias de descontos). Nas contas de rendimentos do exercício

Handwritten marks: a stylized 'E' or 'F' at the top, a signature-like scribble in the middle, and a lightning bolt symbol at the bottom.

Handwritten mark: a stylized signature or mark at the bottom right.

apenas são relevados os montantes correspondentes às tarifas aplicadas sobre o valor do pescado transacionado em lota.

No ano de 2018 foram transacionadas, nas várias lotas da Docapesca, 99.916,6 toneladas de pescado fresco, no valor de 205.536.487 Euros, propriedade dos armadores, assumindo a Docapesca a cobrança e o pagamento a estes (em 2017: 95.898,7 toneladas, no valor de 195.511.587 Euros).

Nas contas de clientes estão relevados os débitos relativos às vendas e prestações de serviços das atividades comerciais.

A Docapesca tem recorrido a programas de apoio ao investimento, acumulando o recebimento de subsídios não reembolsáveis em conta própria de capitais próprios, deduzidos do respetivo ajustamento, que regista em Passivo Não Corrente.

Novas atividades transferidas do IPTM

Com a publicação e conseqüente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob a anterior jurisdição do IPTM, IP.

A Docapesca passou, assim, a assegurar a gestão portuária e dominial das áreas anteriormente afetas ao IPTM, competindo-lhe nomeadamente:

- Garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias (assinalamento marítimo)
- Garantir o acesso em segurança de pessoas e bens às zonas portuárias (portarias, vigilância, vedações, reordenamento e limpeza de espaços)
- Garantir a segurança de pessoas e bens nas pontes-cais de apoio à pesca e transporte fluvial (intervenções de manutenção)
- Potenciar a utilização das áreas e espaços existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da Docapesca (pesca, armazéns para armadores e comerciantes, apoio às marinas e docas de recreio, estaleiros navais e atividades conexas).

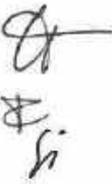
Outras considerações

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem, de forma verdadeira e apropriada, as operações da sociedade, bem como a sua posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Handwritten signature and initials in the top right margin.

Handwritten signature in the bottom right margin.



2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF

Nada a referir.

4. Principais políticas contabilísticas

4.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;



- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa reconhece na demonstração dos resultados os rendimentos relativos à primeira venda de pescado pelo valor das taxas cobradas aos armadores e compradores de pescado intervenientes nas lotas. Contudo, o valor do pescado transacionado nas lotas, que constitui a remuneração da produção dos armadores e que, em simultâneo e pelo mesmo valor, representa as compras de pescado por parte dos compradores em lota, não é registado na demonstração dos resultados da Docapesca, embora seja a Empresa a cobrar o seu valor aos compradores de pescado e a entregá-lo aos armadores.

Locações financeiras

Os contratos de locação são classificados como:

- Locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse;
- Locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.
- A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são reconhecidos pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica de ativos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na Nota 4.2, são registados na rubrica de gastos financeiros e gastos com amortizações e depreciações, da demonstração de resultados do exercício em apreço, respetivamente.

Handwritten initials and a checkmark.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica "Fornecimentos e serviços externos", da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação. As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

A Empresa celebrou com várias administrações portuárias acordos de concessão que possuem as seguintes características genéricas:

- Utilização de determinadas instalações mediante o pagamento de rendas (que poderão ser variáveis ou fixas, relacionadas ou não com o valor de pescado transacionado em lota); e
- Obrigam a Empresa a um conjunto de responsabilidades relacionadas com a manutenção e construção de infraestruturas, as quais reverterão, no final do período do contrato, para as administrações portuárias (podendo a Empresa ser ressarcida, em determinadas circunstâncias).

Estas responsabilidades podem incluir limpeza de fundos, dragagens e manutenção dos níveis de profundidade entre outras.

A Empresa regista os ativos construídos (ou as reparações/manutenções que se qualificam para serem consideradas como ativo) nos seus ativos fixos tangíveis. Contudo, estes contratos, pelas suas características, nomeadamente os serviços prestados pela Docapesca, a forma de remuneração e o tipo de entidades envolvidas, não se configuram abrangidas pela IFRIC *Interpretation 12 — Service Concession Arrangements* ("IFRIC 12"), através do modelo do ativo intangível ou modelo financeiro.

Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições para a sua atribuição e de que estes serão recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, após o que são imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é pretendido compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Handwritten signature.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

Benefícios pós-emprego

Planos de benefício definido

No que diz respeito aos planos de benefício definido, o correspondente custo é determinado através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respectivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em reservas. O custo dos serviços passados é reconhecido em resultados numa base de linha reta durante o período, até que os correspondentes benefícios se tornem adquiridos. São reconhecidos imediatamente na medida em que os benefícios já tenham sido totalmente adquiridos.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada a sua revisão, ajustando-os em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera vigorarem à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação e legislação fiscal que estejam aprovadas à data do balanço.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando, cumulativamente:

- A Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação;

Handwritten initials at the bottom right corner.



- Tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal;
- A Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF), encontram-se registados pelo seu valor considerado (*deemed cost*), o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado, de acordo com as várias reavaliações legais e económicas, ao abrigo do disposto na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos para desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de implantação nos quais a Empresa espera incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio na rubrica "Excedentes de revalorização", exceto se reverter um decréscimo previamente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente na rubrica "Excedentes de revalorização" até à concorrência de qualquer saldo credor do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor é reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é *desreconhecido*, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados.

As depreciações são calculadas desde o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, desde que o seja de facto, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Bem	Nº anos
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 12

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente. As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são



✂
 ✂
 ✂

suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que ocorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Ativos Intangíveis

Intangíveis adquiridos separadamente

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados pelo custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente. A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, e as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre 3 e 6 anos.

Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. A existir, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, a fim de determinar a extensão da perda por imparidade, se for o caso. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre:

- O justo valor deduzido de custos para vender
- O valor de uso.

Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expetativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio, caso em que, será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões

✂

de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

A Empresa utiliza o custo médio como método de custeio dos inventários.

Os produtos acabados (que compreendem essencialmente o gelo) encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas e gastos gerais de fabrico.

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, sendo provável que para liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, cujo montante possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação, que é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar e que excedem os benefícios económicos dele derivados.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Ao custo ou custo amortizado
- Ao justo valor, com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados (a empresa não tem investimentos financeiros reconhecidos ao justo valor).

Handwritten initials and marks in the top right corner.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

São ainda classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado", sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são revistos para identificar indícios de imparidade. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

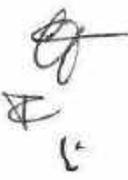
Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado), caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registadas em investimento em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Handwritten initials at the bottom right corner.



Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa *desreconhece* ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando os transfere para outra entidade, bem como todos os riscos e benefícios significativos associados à sua posse. São *desreconhecidos* os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa *desreconhece* passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

4.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As receitas e as despesas foram registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento que em que são faturadas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes faturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- As responsabilidades da Empresa com os complementos de pensão de reforma ou de invalidez, prémio de reforma ou invalidez, subsídio de morte ou pensão de sobrevivência (Plano de Benefícios Definidos), são determinadas pela obtenção, no final de cada exercício económico, de estudo atuarial elaborado por uma entidade especializada independente e de acordo com métodos e pressupostos atuariais globalmente aceites
- O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderá ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado



Handwritten marks: a symbol resembling a cross or star, a signature, and a checkmark.

- A Docapesca analisa a vida útil estimada dos ativos e o valor residual dos mesmos para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício
- A Docapesca analisa de forma periódica os saldos vencidos de clientes, de forma a detetar problemas de imparidade no recebimento destes valores relativos a risco de crédito ou período de regularização estimado
- A Empresa mantém provisões em 31 de dezembro de 2018 no montante de 1.952.935,44 Euros, donde se destacam 1.390.547,83 Euros relativos a processos judiciais que transitaram do IPTM (este valor corresponde à melhor estimativa do Conselho de Administração e seus consultores legais do exfluxo de recursos em que se espera que a Empresa venha a incorrer na sequência do desfecho dos mesmos), e 402.379,80 Euros para riscos e encargos (provisão para pagamento de imposto Municipal sobre Imóveis: 348.375,00 Euros e provisão para sinistro ocorrido com o Travel Lift de Portimão: 54.004,80 Euros) e ainda duas provisões relacionadas com o processo de integração do IPTM.

4.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas

Ver nota 4.3.

4.5. Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas

Ver nota 4.3.

5. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, "caixa e seus equivalentes" inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

"Caixa e seus equivalentes" em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalha-se conforme se segue:

	2018	2017
Numerário	47.534,46	61.105,07
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
- Banca comercial	1.018.265,52	892.449,87
- IGCP	7.225.390,97	4.147.727,80
	8.291.190,95	5.101.282,74

Handwritten signature or mark.

F
 G
 4

Em 31 de dezembro de 2018 nenhuma conta bancária da Empresa tinha saldo a descoberto.

As disponibilidades de tesouraria depositadas na banca comercial são as necessárias para o imediato pagamento aos armadores/pescadores, de acordo com a Portaria n.º 9/89 de 4 de janeiro.

São preparadas diariamente folhas de caixa em todas as tesourarias - delegações e serviços centrais. As folhas de caixa relativas ao último dia útil de cada mês são enviadas para a Direção Financeira, nos serviços centrais, e devidamente conferidas com os movimentos registados em SAP. Este procedimento foi realizado para o período em análise.

Ao somatório dos saldos de caixa a 31 de dezembro de 2018 foi deduzido o montante de 109.406,37 Euros (acrescido à rubrica de "Outros créditos a receber" pelo montante de 107.545,26 Euros e à rubrica de "Clientes" pelo montante de 1.861,11 Euros), relativo a cheques em carteira, tendo os mesmos sido depositados no dia útil seguinte (2 de janeiro). Em 31 de dezembro de 2017 foi deduzido o montante de 147.806,31 Euros (acrescido às rubricas de "Outros créditos a receber" – 144.674,50 Euros e "Clientes" – 3.131,81 Euros), relativo a cheques em carteira, tendo os mesmos sido depositados no dia útil seguinte (2 de janeiro).

Em 31 de dezembro de 2018 o detalhe dos depósitos bancários imediatamente mobilizáveis por delegações/lotas e natureza é o seguinte:

Depósitos bancários mobilizáveis

Delegação	Total	Banca Comercial	IGCP
Matosinhos	145.272,53	145.272,53	-
Aveiro	57.525,62	57.525,62	-
Figueira da Foz	28.156,71	28.156,71	-
Peniche	20.481,97	20.481,97	-
Sede	7.721.821,06	496.430,09	7.225.390,97
Sines	56.346,13	56.346,13	-
Portimão	145.979,93	145.979,93	-
Sagres	74.290,25	74.290,25	-
Tavira	2.547,88	2.547,88	-
Vila Real de Santo António	70.213,45	70.213,45	-
	8.322.635,53	1.097.244,56	7.225.390,97
Olhão	(39.501,59)	(39.501,59)	-
Cascais	(201,81)	(201,81)	-
Sesimbra	(29.788,38)	(29.788,38)	-
Setúbal	(9.487,26)	(9.487,26)	-
	(78.979,04)	(78.979,04)	-
	8.243.656,49	1.018.265,52	7.225.390,97

Os valores negativos apresentados são apenas contabilísticos, não correspondendo a endividamento bancário.

[Handwritten signature]

Pelo Ofício n.º SGC-2018/9193, de 4 de junho, o IGCP, IP, Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, autorizou a renovação da dispensa de obrigatoriedade de aplicação do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado à Docapesca, para os anos de 2018 e 2019.

Na Demonstração de Fluxos de Caixa, nas atividades operacionais – recebimentos de clientes, estão relevados os fluxos relativos à transmissão do pescado vendido em lota pelo seu valor líquido, acrescido dos respeitantes às taxas cobradas aos compradores e armadores.

O valor do pescado transacionado em lota, cobrado aos compradores e entregue aos armadores (ou a terceiros, por sua ordem ou imposição legal), foi de 205.536.487 Euros no exercício de 2018 e de 195.511.587 Euros no exercício de 2017.

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Nada a referir.

7. Partes relacionadas

Identificação de partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, foram conforme se segue:

Remunerações	2018	2017
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remuneração mensal	112.568,89	99.378,24
Despesas de Representação	42.732,88	35.116,38
Subsídio de Refeição	4.911,15	4.485,48
Férias e Subsídio de férias	22.650,28	20.883,84
Subsídio de Natal	10.221,18	8.723,30
Redução Salarial (Leis 75/2014 e 159-A/2015)	-	-
Ajudas de custo - Deslocações	4.008,70	3.819,35
Assembleia Geral	850,00	505,85
Revisão legal das Contas	19.175,00	13.680,00
Conselho Fiscal	32.085,74	-
Total das Remunerações dos Órgãos Sociais (Nota 22)	249.203,82	186.592,44
Encargos dos Órgãos Sociais		
Encargos com remunerações	44.757,36	38.537,52
Encargos com remunerações - Conselho Fiscal	6.734,58	-
Seguro de acidentes de trabalho	1.701,16	1.531,28
Seguro de acidentes pessoais	195,00	195,00
Seguro de saúde	269,73	772,13
Total dos Encargos dos Órgãos Sociais	53.657,83	41.035,93
	302.861,65	227.628,37

Com a alteração estatutária e a eleição do Conselho Fiscal, a Docapesca contratou os serviços de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) para proceder à revisão legal de contas referente ao exercício de 2018 pelo montante de 13.500,00 Euros. Assim, a revisão legal de contas, a partir de junho de 2018, assume o montante de 13.500,00 Euros.

8. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2018							
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	51.507.489,90	17.040.093,24	463.180,92	4.117.081,15	1.472.853,90	1.546.499,25	76.147.195,36
Aquisições	1.477.115,83	318.801,95	36.857,06	193.620,45	221.680,23	1.892.188,50	4.128.264,02
Alienações	-	(704,56)	-	-	(1.050,00)	-	(1.754,56)
Transferências	423.210,64	318.706,68	-	33.545,17	2.862,44	(785.823,40)	(7.498,50)
Abates	(1.135.109,67)	(2.212.181,30)	(13.563,54)	(367.304,20)	(177.552,27)	-	(3.905.632,03)
Saldo final	52.272.703,70	15.464.716,93	485.454,44	3.976.942,57	1.518.693,30	2.642.864,35	76.361.374,29
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	39.100.210,40	14.054.128,32	463.180,92	3.801.672,37	926.251,93	-	58.345.452,94
Depreciações do exercício (nota 23)	2.296.034,74	694.236,58	373,51	167.592,46	297.952,66	-	3.456.189,95
Alienações	-	(704,56)	-	-	(1.050,00)	-	(1.754,56)
Transferências	(22.110,02)	19.215,25	-	1.995,19	896,55	-	(0,00)
Abates	(1.133.056,71)	(2.209.591,00)	(13.563,54)	(367.239,30)	(153.467,38)	-	(3.876.639,93)
Saldo final	40.241.085,41	12.657.284,59	449.970,89	3.604.020,72	1.070.586,79	-	57.922.948,40
Ativos líquidos	12.031.618,29	2.807.431,34	35.483,55	372.921,85	448.106,51	2.642.864,35	18.438.425,89

2017							
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros Ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos							
Saldo inicial	49.368.252,59	17.216.521,52	552.459,13	3.993.554,09	1.307.524,29	1.581.251,03	74.119.562,65
Aquisições	1.111.023,54	235.293,52	-	102.972,41	331.734,75	1.259.460,05	3.041.474,37
Alienações	-	(2.944,79)	(32.167,86)	-	(875,00)	-	(35.977,66)
Transferências	1.065.395,39	66.201,54	-	68.024,76	1.424,34	(1.393.909,37)	(192.893,34)
Abates	(37.164,72)	(475.968,56)	(57.120,30)	(47.470,11)	(198.954,48)	(302,48)	(785.000,67)
Saldo final	51.507.489,90	17.040.093,24	463.180,92	4.117.081,15	1.472.853,90	1.546.499,25	76.147.195,36
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial	36.613.967,00	13.850.961,26	552.459,13	3.706.837,27	829.816,02	-	56.553.480,68
Depreciações do exercício (nota 23)	2.622.845,94	659.258,33	-	142.305,21	254.529,39	-	3.578.938,87
Alienações	-	(2.944,79)	(32.167,86)	-	(875,00)	-	(35.977,65)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(35.963,54)	(463.166,48)	(57.120,25)	(47.470,11)	(157.219,48)	-	(750.969,86)
Saldo final	39.100.219,40	14.054.128,32	463.180,92	3.601.672,37	926.251,93	-	58.345.452,94
Ativos líquidos	12.407.267,50	2.985.964,92	0,00	315.408,78	546.601,97	1.546.499,25	17.801.742,42



No decurso do ano de 2018, as principais aquisições de ativos fixos tangíveis foram registadas na rubrica de "Edifícios e outras construções" e "Ativos fixos tangíveis em curso", e dizem respeito, essencialmente, a requalificação de lotas, postos de vendagem e portos de pesca: plataforma flutuante de Peniche (60.062,94 Euros), cais de descarga de Figueira da Foz (81.644,62 Euros), apetrechamento do cais de estacionamento de Figueira da foz (139,227,33 Euros), apetrechamento das pontes cais de Matosinhos (100.182,69 Euros) passadiço flutuante e ponte articulada de Sagres (112,960,00 Euros), posto de vendagem de Arrifana (64.893,60 Euros), rede de água e eletricidade de Portimão (127.407,54 Euros) apetrechamento do cais de Portimão (73.209,97 Euros), Vedação do porto de Quarteira (204.037,01 Euros) cais flutuante da Culatra (256.498,49 Euros) edifício da lota de Tavira (144.380,42 Euros) dragagem do rio Gilão em Tavira (264.862,97 Euros), novo cais da ilha de Tavira (515.000,00 Euros) e software integrado para as marinas de recreio (69.469,14 Euros).

Ativos fixos tangíveis implantados em terrenos de domínio público

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca está implantada em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações dos portos do Douro e Leixões (Matosinhos), do porto de Sines e dos portos de Setúbal e Sesimbra, e com as Administrações Portuárias de Viana do Castelo, Aveiro e Figueira da Foz.

Com as novas atribuições, ficam afetos à Docapesca os bens do domínio público e do domínio privado do Estado, bem como todos os bens imóveis edificados pelo IPTM, na área de jurisdição identificada no Decreto-Lei n.º 16/2014 (artigo 6.º).

O montante de ativos fixos tangíveis implantados em domínio público, em 31 de dezembro de 2018, ascende a 11.969.544,45 Euros, líquido de depreciações acumuladas de 40.109.820,29 Euros.



	Entidade	Valor de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Porto de Pesca de Viana do Castelo	APDL	366.539,99	233.663,14	132.876,85
Porto de Pesca de Matosinhos	APDL	17.396.750,02	16.123.815,69	1.272.934,33
Porto de Pesca de Aveiro	APA	1.678.308,46	1.282.743,98	395.564,48
Porto de Pesca de Figueira da Foz	APFF	3.921.855,11	2.791.407,89	1.130.447,22
Posto de Vendagem de Trafaria	APL	21.395,08	21.395,08	-
Porto de Pesca de Sesimbra	APSS	3.992.782,69	3.573.881,34	418.901,35
Porto de Pesca de Setúbal	APSS	1.536.498,04	1.403.885,96	132.612,08
Porto de Pesca de Sines	APS	1.561.612,19	1.406.914,45	154.697,74
Lota de Cascais	Município	216.556,55	213.650,38	2.906,17
Posto de Vendagem de Mira	Município	24.979,65	15.232,67	9.747,18
Entrepósito Frigorífico de Peniche	Município	3.564.188,65	3.564.188,65	-
Edifício Rua das naus - Sagres	IGFSS	377.657,15	115.844,17	261.812,98
Edifício Rua Miguel Bombarda - Faro	---	60.534,25	46.249,63	14.284,62
Posto de Vendagem de Carrasqueira	Município	29.828,36	25.173,86	4.654,49
Posto de Vendagem de Fuzeta	IGFSS	47.895,65	47.895,65	-
Posto de Vendagem de Armação de Pêra	---	21.231,03	21.231,03	-
Posto de Vendagem de Arrifana	---	65.741,73	43.558,09	22.183,64
Posto de Vendagem de Azenha do Mar	---	61.960,61	57.874,28	4.086,33
Posto de Vendagem de Burgau	---	5.872,96	5.872,96	-
Posto de Vendagem de Costa da Caparica	---	571.102,68	379.471,76	191.630,92
Posto de Vendagem de Fonte da Telha	---	67.022,46	48.526,45	18.496,01
Posto de Vendagem de Foz do Arelho	---	10.009,97	10.009,97	-
Posto de Vendagem de Gâmbia	---	19.036,39	19.036,39	-
Posto de Vendagem de Monte Gordo	---	12.464,25	12.464,25	-
Posto de Vendagem de Porto Covo	---	27.140,57	27.140,57	-
Posto de Vendagem de Salema	---	11.981,87	11.981,87	-
Posto de Vendagem de Torreira	---	11.290,25	10.566,64	723,61
Posto de Vendagem de Vila Chã	---	19.968,95	19.968,95	-
Posto de Vendagem de Zambujeira	---	89.124,48	72.977,95	16.146,53
Posto de Vendagem de Vila Nova de Milfontes	---	618.116,59	272.385,36	345.731,23
Sub-Total 1		36.409.446,82	31.879.009,06	4.530.437,76

✱
 ✱
 4

	Entidade	Valor de Aquisição	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Posto de Vendagem de Vila Praia de Âncora	Docapesca (a)	28.428,00	7.838,72	20.589,28
Posto de Vendagem de Esposende	Docapesca (a)	44.304,29	23.500,19	20.804,10
Posto de Vendagem de Castelo do Neiva	Docapesca (a)	38.861,06	37.186,36	1.674,70
Porto de Pesca de Póvoa de Varzim	Docapesca (a)	1.067.795,57	514.758,13	553.037,44
Posto de Vendagem de Vila do Conde	Docapesca (a)	184.538,99	58.555,97	125.983,02
Estaleiros Navais de Azurara - Vila do Conde	Docapesca (a)	4.247,00	1.309,49	2.937,51
Posto de Vendagem de Afurada	Docapesca (a)	13.344,03	13.344,03	-
Posto de Vendagem de Aguda	Docapesca (a)	25.991,65	25.991,65	-
Posto de Vendagem de Angeiras	Docapesca (a)	124.224,36	10.352,05	113.872,31
Porto de Pesca de Angeiras	Docapesca (a)	301.749,74	54.204,96	247.544,78
Porto de Pesca de Nazaré	Docapesca (a)	1.417.697,94	1.048.029,75	369.668,19
Porto de Pesca de Peniche	Docapesca (a)	2.290.501,09	1.469.198,78	821.302,31
Porto de Pesca de Cascais	Docapesca (a)	21.235,71	5.308,93	15.926,78
Posto de Vendagem de Ericeira	Docapesca (a)	617.139,90	107.766,30	509.373,60
Porto de Pesca de Sagres (Baileira)	Docapesca (a)	1.427.892,11	826.028,84	601.863,27
Porto de Pesca de Lagos	Docapesca (a)	1.318.885,83	844.965,62	473.920,21
Posto de Vendagem de Albufeira	Docapesca (a)	60.397,46	31.389,54	29.007,92
Porto de Pesca de Portimão	Docapesca (a)	1.686.473,12	521.169,19	1.165.303,93
Porto de Pesca de Olhão	Docapesca (a)	1.961.342,10	1.008.100,82	953.241,28
Porto de Pesca de Quarteira	Docapesca (a)	412.895,89	166.496,28	246.399,61
Porto de Pesca de Tavira	Docapesca (a)	115.523,86	34.593,74	80.930,12
Posto de Vendagem de Santa Luzia	Docapesca (a)	74.442,53	72.673,63	1.768,90
Posto de Vendagem de Alvor	Docapesca (a)	13.584,29	13.584,29	-
Posto de Vendagem de Faro	Docapesca (a)	179.373,39	36.304,20	143.069,19
Posto de Vendagem de Cabanas	Docapesca (a)	35.391,74	11.937,79	23.453,95
Posto de Vendagem de Culatra	Docapesca (a)	33.880,00	7.528,89	26.351,11
Porto de Pesca de Vila Real de Santo António	Docapesca (a)	2.124.475,87	1.272.197,27	852.278,60
Área Dominial - Guadiana	Docapesca (a)	4.020,00	603,00	3.417,00
Assinalamento Marítimo - Norte	Docapesca (a)	2.179,00	332,91	1.846,09
Assinalamento Marítimo - Centro	Docapesca (a)	5.047,00	1.121,56	3.925,44
Assinalamento Marítimo - Sul	Docapesca (a)	34.054,60	4.438,35	29.616,25
Sub-Total 2		15.669.917,92	8.230.811,23	7.439.106,69
Total		52.079.364,74	40.109.820,29	11.969.544,45

(a) - ocorreu transferência de jurisdição do IPTM para a Docapesca

As instalações do entreposto frigorífico de Peniche estão implantadas em terrenos pertencentes à Câmara Municipal de Peniche, detendo a Docapesca um direito de superfície. Estes ativos, com o valor bruto de 3.564.188,65 Euros, estão completamente reintegrados à data de 31 de dezembro de 2018. A exploração do entreposto frigorífico de Peniche foi cedida à empresa ESIP, S.A. (industrial conserveira), com base num protocolo celebrado entre a Docapesca, a ESIP e a Câmara Municipal de Peniche em agosto de 2012.

✱

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
 4

Ativos fixos em poder de terceiros

Os ativos fixos em poder de terceiros, a 31 de dezembro de 2018, eram os seguintes:

- 1 – Molde de gravação de caixas de plástico (em poder da firma Baquelite Liz, Lda.), no valor de € 60.105,15; o molde é cedido, em cada momento, à entidade contratada para o fabrico de caixas de plástico para movimentação de pescado.

- 2 – Equipamentos do entreposto frigorífico de Peniche, explorado pela ESIP, com o valor de aquisição de 1.077.568,01 Euros, constituídos por equipamento de estiva, estanteria, equipamento de pesagem e de movimentação, entre outros.

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método da linha reta durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Bem	Nº anos
Edifícios e outras construções	3 a 25
Equipamento básico	1 a 15
Equipamento de transporte	1 a 8
Equipamento administrativo	1 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 12

As depreciações do exercício, no montante de 3.456.189,95 Euros (3.578.938,87 Euros em 2017), foram registadas na rubrica de Gastos de depreciação e amortização (Nota 24).

Até 2012, a Docapesca depreciou os bens implantados em terrenos de domínio público de acordo com os períodos máximos permitidos pela Legislação Fiscal, sendo que resultavam da utilização deste critério valores líquidos contabilísticos positivos na data final dos prazos de vigência dos contratos de concessão e das licenças de utilização celebrados com as administrações portuárias.

A partir de 2013 foram adaptadas as taxas de amortização dos bens referidos, para que a depreciação termine no último ano de vigência dos contratos de concessão celebrados com as entidades concedentes, se ainda contida na vida útil máxima para efeitos fiscais.

9. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

[Handwritten signature]

2018

	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos			
Saldo inicial	196.936,47	1.321.551,33	1.518.487,80
Aquisições	93.913,74	-	93.913,74
Transferências	7.498,50	-	7.498,50
Abates	(17.276,90)	-	(17.276,90)
Saldo final	261.071,81	1.321.551,33	1.602.623,14
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	161.273,58	1.222.442,24	1.383.715,82
Depreciações do exercício (nota 23)	24.908,41	43.444,46	68.352,87
Transferências	-	-	-
Abates	(17.276,90)	-	(17.276,90)
Saldo final	168.905,09	1.265.886,70	1.434.791,79
Ativos líquidos	112.166,72	55.664,63	167.831,35

2017

	Programas computador	Propriedade industrial	Total
Ativos			
Saldo inicial	174.849,68	1.220.485,95	1.395.335,63
Aquisições	8.478,79	2.000,00	10.478,79
Transferências e abates	13.608,00	99.065,38	112.673,38
Saldo final	196.936,47	1.321.551,33	1.518.487,80
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	145.028,87	1.193.034,64	1.338.063,51
Depreciações do exercício (nota 23)	16.244,91	29.407,60	45.652,51
Transferências e abates	-	-	-
Saldo final	161.273,58	1.222.442,24	1.383.715,82
Ativos líquidos	35.662,89	99.109,09	134.771,98

As amortizações de ativos intangíveis reconhecidas no período findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 68.352,87 Euros (45.652,51 Euros em 2017), foram registadas na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização" (Nota 24).

Vidas úteis

A todos os ativos intangíveis foi atribuída vida útil finita, cujas respetivas amortizações foram calculadas de acordo com vidas úteis estimadas entre os 3 e os 6 anos.

10. Locações

Locação operacional

Em finais de 2012 foram celebrados dois contratos de locação operacional (AOV) cujas despesas são, nos termos legais, contabilizadas como rendas.

Em abril de 2013 foram celebrados mais dois contratos AOV, com o mesmo tratamento contabilístico dos anteriores.

No início de 2017, os quatro contratos referidos foram prorrogados por mais dois anos e, no início do segundo semestre, foram celebrados mais 6 contratos novos.

Em 2018, foi terminado um dos contratos anteriores de uma viatura ligeira de passageiros.

Os gastos reconhecidos (relativos a uma viatura de mercadorias e oito viaturas de passageiros) no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 são detalhados conforme se segue:

	2018	2017
Locação operacional		
Viaturas de mercadorias	3.858,70	2.791,14
Viaturas ligeiras de passageiros	46.108,26	33.704,14
	<u>49.966,96</u>	<u>36.495,28</u>

Os gastos a reconhecer no futuro (relativos a uma viatura de mercadorias – até 2021 – e sete viaturas de passageiros em 2019 e cinco em 2020 e 2021) relativamente aos contratos AOV em curso são:

	Pagamentos mínimos a efetuar		
	2019	2020	após 2020
Locação operacional			
Viaturas de mercadorias	3.529,92	3.529,92	4.706,56
Viaturas ligeiras de passageiros	25.825,12	23.709,60	7.903,20
	<u>29.355,04</u>	<u>27.239,52</u>	<u>12.609,76</u>

11. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 são detalhados conforme se segue:

	2018		2017	
Juros suportados				
Financiamentos bancários	-		48,55	
Outros financiamentos	1.696,92	1.696,92	1.552,77	1.601,32
Outros gastos de financiamento				
Comissões e encargos similares	3.125,04		3.125,04	
Garantias bancárias	5.613,11	8.738,15	4.707,41	7.832,45
		<u>10.435,07</u>	<u>9.433,77</u>	

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são detalhados conforme se segue:

	2018		2017	
Juros obtidos				
Juros de Mora	17.655,20		4.036,97	
Juros de adiantamentos sobre vendas	-	17.655,20	-	4.036,97
Outros rendimentos similares				
Distribuição de resultados - C.C.A.M.	1,29	1,29	1,82	1,82
		<u>17.656,49</u>		<u>4.038,79</u>

12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2018			2017		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	142.174,16	(7.671,48)	134.502,68	147.924,68	(3.091,28)	144.833,40
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	60.976,58	(10.624,24)	50.352,34	77.665,62	(26.805,03)	50.860,59
Produtos acabados e intermédios	3.837,95	-	3.837,95	4.086,41	-	4.086,41
	<u>206.988,69</u>	<u>(18.295,72)</u>	<u>188.692,97</u>	<u>229.676,71</u>	<u>(29.896,31)</u>	<u>199.780,40</u>

É esperado que os seguintes inventários sejam realizados após o período de 12 meses seguinte à data das demonstrações financeiras:

- Mercadorias;
- Matérias de consumo e conservação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, é detalhado conforme se segue:

	2018		
	MP, Subs.		
	Mercadorias	Consumo	Total
Saldo inicial	147.924,68	77.665,62	225.590,30
Compras	536.288,21	176.409,22	712.697,43
Regularizações	(10.446,54)	(251,95)	(10.698,49)
Saldo final	(142.174,16)	(60.976,58)	(203.150,74)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	531.592,19	192.846,31	724.438,50

	2017		
	MP, Subs.		
	Mercadorias	Consumo	Total
Saldo inicial	150.728,54	67.463,21	218.191,75
Compras	838.652,17	220.870,83	1.059.523,00
Regularizações	(6.819,16)	(8,13)	(6.827,29)
Saldo final	(147.924,68)	(77.665,62)	(225.590,30)
Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	834.636,87	210.660,29	1.045.297,16

A variação dos inventários da produção dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é detalhada conforme se segue:

	2018	2017
	Produtos acabados	Produtos acabados
	Saldo inicial	4.086,41
Saldo final	(3.837,95)	(4.086,41)
Variação dos inventários de produção	248,46	384,70

A quantidade de gelo em silo, em toneladas, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é detalhada a seguir:

	Toneladas em Silo	
	2018	2017
Viana do Castelo	0,20	0,30
Matosinhos	95,00	120,00
Aveiro	76,00	35,00
Figueira da Foz	30,00	65,00
Sagres	1,80	1,20
Portimão	0,40	-
Lagos	1,00	-
Quarteira	2,50	1,00
Tavira	-	0,35
VRSA	1,20	0,20
Total	208,10	223,05

Handwritten initials and symbols

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

	2018				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	3.091,28	7.671,48	(3.091,28)	-	7.671,48
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	26.805,03	10.624,24	(26.805,03)	-	10.624,24
	<u>29.896,31</u>	<u>18.295,72</u>	<u>(29.896,31)</u>	<u>-</u>	<u>18.295,72</u>

	2017				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo Final
Mercadorias	3.091,28	-	-	-	3.091,28
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	21.122,10	26.805,03	(21.122,10)	-	26.805,03
	<u>24.213,38</u>	<u>26.805,03</u>	<u>(21.122,10)</u>	<u>-</u>	<u>29.896,31</u>

A imparidade anual incide sobre o conjunto de materiais de consumo que se encontram armazenados nos serviços centrais e que se destinam a ser consumidos nos diferentes estabelecimentos da empresa.

No exercício de 2018, a Empresa registou uma reversão da imparidade devido à valorização e utilização de matérias de consumo que haviam sido objeto de imparidade no exercício anterior, no montante de 26.805,03 Euros.

As perdas por imparidade de inventários de matérias-primas, subsidiárias e de consumo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 10.624,24 Euros, bem como as reversões no montante de 26.805,03 Euros, foram registadas na rubrica de "Imparidade de inventários".

13. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2018	2017
	Venda de bens	1.706.012,79
Prestação de serviços	25.395.002,52	23.621.707,35
Juros obtidos (Nota 10)	17.655,20	4.036,97
	<u>27.118.670,51</u>	<u>25.711.012,76</u>

Handwritten signature

O montante dos juros obtidos refere-se apenas aos juros recebidos e que se estima receber.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

Vendas e Serviços Prestados

	2018	2017
- Venda de gelo	1.161.842,20	1.227.639,58
- Venda de combustíveis	491.156,43	804.674,03
- Venda de aprestos de pesca	12.678,24	13.902,78
- Venda de lubrificantes	11.814,58	15.235,43
- Venda de baterias	2.298,68	4.566,30
- Venda de comandos	26.200,00	19.225,00
- Venda de embalagens	22,66	25,32
Outros serviços prestados:		
- Serviço de 1ª. Venda de pescado	16.484.958,47	15.839.941,28
- Serviços dos portos de pesca	4.771.512,09	4.742.312,41
- Gestão domínial	2.720.824,24	1.882.248,45
- Serviços de Nautica de Recreio e Marítimo-Turísticas	1.288.857,80	1.112.476,35
- Outros	128.849,92	244.728,86
	<u>27.101.015,31</u>	<u>25.706.975,79</u>

A Docapesca não efetua vendas nem presta serviços para o mercado externo.

Na rubrica de Prestações de Serviços da primeira venda de pescado estão registados os valores das taxas de primeira venda de pescado cobradas pela Docapesca sobre o valor transacionado em lota.

14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

14.1 Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é apresentada nos quadros seguintes:

	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	
Para compromissos assumidos - IPTM	63.282,25	-	-	-	-	63.282,25
Para processo judicial - APVC	96.725,56	-	-	-	-	96.725,56
Para processo judicial - Mota Engil	729.457,00	133.048,00	-	-	-	862.505,00
Para processo judicial - Mech	3.342,61	-	(266,38)	(3.076,23)	-	-
Para processo judicial - San Jose	290.000,00	-	-	-	-	290.000,00
Para processo judicial - Grupo Lena	238.042,83	-	-	-	-	238.042,83
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54.004,80	-	-	-	-	54.004,80
Para imposto municipal sobre imóveis	348.375,00	-	-	-	-	348.375,00
	1.823.230,05	133.048,00	(266,38)	(3.076,23)	-	1.952.935,44

	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências / Regularizações	
Para compromissos assumidos - IPTM	63.282,25	-	-	-	-	63.282,25
Para processo judicial - APVC	96.725,56	-	-	-	-	96.725,56
Para processo judicial - Mota Engil	729.457,00	-	-	-	-	729.457,00
Para processo judicial - Mech	3.342,61	-	-	-	-	3.342,61
Para processo judicial - San Jose	-	-	-	-	290.000,00	290.000,00
Para processo judicial - Grupo Lena	-	-	-	-	238.042,83	238.042,83
Para riscos e encargos - Travel Lift - Portimão	54.004,80	-	-	-	-	54.004,80
Para imposto municipal sobre imóveis	348.375,00	-	-	-	-	348.375,00
	1.295.187,22	-	-	-	528.042,83	1.823.230,05

Provisões para responsabilidades assumidas

1 - Foi constituída em 2016 uma provisão no montante de 63.282,25 Euros para fazer face à possibilidade de a Docapesca ser obrigada ao pagamento de uma verba reclamada pelo IMT (Instituto da Mobilidade e Transportes), e que se relaciona com o pagamento dos salários e encargos aos trabalhadores do IPTM no período de dois meses imediatamente anteriores à sua transição, por acordo de cedência de interesse público, para a Docapesca.

2 - Foi constituída em 2016 uma provisão no montante de 96.725,56 Euros para fazer face à possibilidade de a Docapesca ser obrigada ao pagamento de uma verba reclamada pela AT em Processo de execução fiscal por uma dívida de 2000 a 2004, reclamada inicialmente pelo IPTM em 2008, e que se anulou por confusão entre o devedor e o credor (fusão por incorporação do IPTM na Docapesca) mas que o tribunal entendeu ser devida à Administração do Porto de Viana do Castelo. A Docapesca já apresentou impugnação judicial junto do Tribunal Tributário de Lisboa.

Provisão para Processos Judiciais

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, diploma que entrou em vigor no dia 4 de fevereiro, a Docapesca sucedeu ao IPTM nas funções de autoridade portuária e na titularidade de todos os direitos, obrigações e posições jurídicas, pelo que, no que diz respeito aos processos judiciais em curso, em que é parte o IPTM, ficou a Docapesca colocada na mesma posição em que este Instituto se encontrava.

A Docapesca reconheceu os seguintes processos, cujas responsabilidades provisionou face a um eventual pagamento futuro:

- **Mota-Engil, S.A.** – Processo n.º 873/13.7BELLE, que correu termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com o valor de 729.457,00 Euros. Trata-se de ação em que a Mota-Engil, S.A. reclamou ao IPTM o pagamento do valor referido, com base na suspensão dos trabalhos relativos a um contrato de empreitada de "Construção da Doca de Recreio de Pesca Artesanal de Olhão".

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé proferiu, em 7 de janeiro de 2019, decisão que condenou a Docapesca ao pagamento da quantia de € 729.457,00, acrescida de juros à taxa legal em vigor desde a citação até ao efetivo e integral pagamento, bem como as custas de parte e demais encargos.

Em 11 de fevereiro de 2019, foi deliberado aprovar um acordo de transação, que permitiu concluir este processo com uma redução significativa dos juros a pagar.

Foi assim contabilizado, ainda em 2018, um reforço de provisão no montante de 133.048,00 Euros, a título de juros a pagar, ascendendo o montante global a 862.505,00 Euros pendente de pagamento em duas prestações iguais, que se efetivaram em 13 de fevereiro e 13 de março de 2019.

- **Mech, S.A.**

Esta empresa (Sociedade de Consultoria em Arquitetura e Engenharia) reclamou um valor não pago relativo à adjudicação de um projeto de execução de obra a realizar no porto da Nazaré. O valor reclamado foi de 3.342,61 Euros. A situação foi regularizada em abril de 2018 por 3.076,23 Euros. O montante da provisão em excesso (266,38 Euros) foi revertido no mesmo mês.

Provisão para riscos e encargos

Foram constituídas em 2015 provisões para o eventual pagamento de indemnizações na sequência de um sinistro ocorrido com o *Travel Lift* de Portimão (risco avaliado em 54.004,80 Euros), que se mantém em 2018.

Provisão para Imposto Municipal sobre imóveis

Foi constituída em 2015 uma provisão para fazer face ao pagamento do IMI sobre os edifícios construídos pela Docapesca nos terrenos do Porto de pesca de Matosinhos, na sequência de um pedido da AT para a entrega dos elementos que discriminam esses mesmos edifícios, com data limite de novembro de 2015.

A provisão foi calculada tomando por base o valor de aquisição dos referidos edifícios e a possibilidade de serem exigidos os 4 últimos anos.

Em 2016, a provisão foi reforçada com idêntico cálculo sobre os bens construídos pela Docapesca nos restantes portos de pesca, de acordo com o registo no ativo fixo tangível da Docapesca.

#

A

L

A

Handwritten marks: a signature and the number '5'.

Provisões transitadas do ex-IPTM

Foi contabilizada em 2015 uma dívida a pagar, provisionada pelo ex-IPTM, relativa à Construtora San José, no montante de € 290.000,00 Euros, com contrapartida em capital próprio (integração de saldos).

Em 2017, foi esse montante transferido para a conta de provisões, por transferência da conta original, sem impacto em custos do exercício.

Da mesma forma, foi contabilizada, em 2017, uma provisão para o eventual pagamento às empresas Lena – Engenharia e construções, S.A. e Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. do montante de € 238.042,83, também com contrapartida em capital próprio (integração de saldos).

15. Subsídios do Governo

Subsídios ao investimento não reembolsáveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios:

Subsídio	Montante total	Montante líquido recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios relacionados com ativos:					
Ativos tangíveis e intangíveis	24.332.358,06	760.338,08	-	1.371.636,91	18.675.387,20
Ativos tangíveis abatidos			-	1.405,32	-
	<u>24.332.358,06</u>	<u>760.338,08</u>	-	<u>1.373.042,23</u>	<u>18.675.387,20</u>

2017					
Subsídio	Montante total	Montante líquido recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado
Subsídios relacionados com ativos:					
Ativos tangíveis e intangíveis	24.202.089,34	449.279,86	-	1.436.404,93	17.502.344,97
Ativos tangíveis abatidos			-	4.652,25	-
	<u>24.202.089,34</u>	<u>449.279,86</u>	-	<u>1.441.057,18</u>	<u>17.502.344,97</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a empresa reconheceu o montante de 760.338,08 Euros como subsídios ao investimento (correspondente a recebimentos no valor de 867.738,99 Euros- conforme Demonstração dos Fluxos de Caixa - e uma devolução por não elegibilidades, no montante de 107.400,91 Euros).

O ganho do período relativamente ao reconhecimento de subsídios, no montante de 1.373.042,23 Euros (1.441.057,18 Euros em 31 de dezembro de 2017), foi registado na demonstração dos resultados na rubrica Outros rendimentos (Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2018, a Docapesca reconheceu ajustamentos aos subsídios recebidos e a receber, no montante de 1.573.483,85 Euros, considerando uma taxa de imposto sobre o rendimento de 21% e derrama de 1,5% (Nota 17).

Handwritten mark: a signature.

2018			
	Subsídio	Outras variações Capital Próprio	Outras Dívidas a Pagar (Ajustamentos)
Subsídios relacionados com ativos:			
	Ativos tangíveis e intangíveis	5.419.777,70	(1.573.483,85)
2017			
	Subsídio	Outras variações Capital Próprio	Outras Dívidas a Pagar (Ajustamentos)
Subsídios relacionados com ativos:			
	Ativos tangíveis e intangíveis	5.894.623,41	(1.711.342,29)

Subsídios à exploração

A Docapesca registou, durante o exercício de 2018, recebimentos de subsídios relacionados com projetos afetos à sua atividade comercial. Foi recebido o montante total de 24.771,12 Euros (registado nas contas de "Subsídios à Exploração"), relativos a projetos de divulgação.

16. Acontecimentos após a data do balanço

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 18 de março de 2019. Contudo, estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor.

17. Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

O gasto com impostos sobre o rendimento, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, é detalhado conforme se segue:

Gastos com Impostos sobre o Rendimento

	2018	2017
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período - IRC	344.456,90	317.466,70
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores	(1.208,60)	-
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores - Derrama Estadual	(172,66)	-
Ajustamentos ao IRC de períodos anteriores - Derrama Municipal	(86,33)	-
Imposto s/ o rendimento Exercício - Derrama Municipal	24.604,06	22.676,19
Imposto s/ o rendimento Exercício - Derrama Estadual	4.208,13	352,39
Imposto s/ o rendimento Exercício - Tributação Autónoma	24.078,94	21.526,34
	<u>395.880,44</u>	<u>362.021,62</u>
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	240.274,16	78.615,63
	<u>240.274,16</u>	<u>78.615,63</u>
Gasto com impostos sobre o rendimento	<u><u>636.154,60</u></u>	<u><u>440.637,25</u></u>

	2018	2017
Resultado antes de imposto	2.200.368,55	1.974.520,63
Diferenças permanentes	68.377,54	(166.398,51)
Diferenças temporárias	(628.475,17)	(296.375,95)
Lucro tributável	<u>1.640.270,92</u>	<u>1.511.746,17</u>
IRC - Coleta	344.456,89	317.466,70
Derrama Municipal	24.604,06	22.676,19
Derrama Estadual	4.208,13	352,39
Tributação Autónoma	24.078,94	21.526,34
IRC a pagar	<u>397.348,02</u>	<u>362.021,62</u>

Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foi como se segue:

Handwritten initials at the bottom right corner.

	2018		2017	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	957.302,24	-	1.035.917,87	-
Subsídios reconhecidos no ano				
Provisão para Processos Judiciais				
Anulação	(164.879,92)		-	
Plano de Benefícios de Reforma				
Constituição				
Utilização	(75.394,24)		(78.615,63)	
	(240.274,16)	-	(78.615,63)	-
Saldo final	717.028,08	-	957.302,24	-

O detalhe final dos saldos de impostos diferidos é o seguinte:

	2018	2017
Ativos por impostos diferidos	717.028,08	957.302,24
Plano de Pensões	717.028,08	792.422,32
Processos Judiciais	-	164.879,92

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Docapesca tem registados Ativos por Impostos Diferidos no montante de 717.028,08 Euros.

Nos termos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, o período de reporte dos prejuízos fiscais foi alargado para doze anos, tendo a Empresa decidido registar os Ativos por impostos diferidos relativos ao pagamento futuro dos complementos de pensões decididos ao abrigo do plano de benefícios em vigor na empresa (ver nota 19).

Processos em execução fiscal

- Liquidação adicional de IVA

Foi requerida a suspensão da execução fiscal relacionada com a liquidação adicional de IVA efetuada pela Direção-Geral de Impostos em 2002. Esta liquidação foi reclamada, tendo sido apresentada uma garantia bancária à Entidade acima referida, no montante de 591.279,43 Euros, destinada à suspensão da execução fiscal. Este processo encontra-se pendente no Tribunal Central Administrativo. A provisão constituída para o eventual pagamento deste montante foi reduzida para 354.273,41 Euros, na sequência do perdão de juros comunicado pela Direção-Geral de Contribuições e Impostos, estando pendente a resolução final, quer quanto à matéria, quer relativamente ao valor da própria dívida, caso se conclua devida.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro, e com o objetivo de beneficiar do regime de perdão fiscal proporcionado, a Docapesca decidiu pelo pagamento do montante em dívida, tendo para o efeito utilizado a provisão constituída. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 registou-se um ganho de 4.784,87 Euros na conta própria de reversões, devido ao perdão das custas do processo, que se encontravam igualmente provisionadas. A Garantia Bancária foi cancelada.

A Empresa não abdicou, no entanto, da reclamação apresentada.

- **Autoridade Tributária e Aduaneira**

Foi apresentada uma reclamação graciosa do ato de liquidação de dívida aduaneira, no montante de 138.854,75 Euros, acrescido de custas processuais. Esta reclamação respeitava ao processo interposto por aquela autoridade à Docapesca, processo esse que aponta três irregularidades nos procedimentos de venda de combustível e que resultou de uma ação inspetiva levada a cabo pela Divisão Operacional do Sul da Direção de Serviços Antifraude Aduaneira. As três irregularidades são: incorreto registo contabilístico das existências (combustíveis), não cumprimento dos pressupostos de venda de gasóleo colorido e marcado e diferença nas quantidades entre o faturado e o registado nos terminais POS/TPA. Na sequência da reclamação, foi indeferido o pedido de anulação ao ato de liquidação da dívida aduaneira deduzido na reclamação graciosa apresentada. Foi efetuado o pedido de impugnação judicial do processo, que se encontra em apreciação no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa.

A Docapesca efetuou em 2016, o pagamento do montante reclamado, ao abrigo do programa PERES, não abdicando de prosseguir com o pedido de impugnação judicial junto do Tribunal Tributário de Lisboa.

18. Ativos e passivos financeiros

Clientes e outros créditos a receber

A antiguidade do saldo da rubrica "Clientes", em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, é detalhada conforme segue:

	2018			2017		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	897.805,51	-	897.805,51	778.201,80	(19.848,82)	758.352,98
Vencido:						
0-90 dias	2.041.749,14	(108.074,57)	1.933.674,57	1.221.246,26	(76.657,72)	1.144.588,54
90-180 dias	408.329,92	(115.514,97)	292.814,95	239.730,94	(69.007,17)	170.723,77
180-360 dias	214.479,21	(179.332,19)	35.147,02	172.407,03	(145.398,91)	27.008,12
> 360 dias	6.424.684,47	(5.703.636,32)	721.048,15	6.509.659,16	(5.473.510,30)	1.036.148,86
	9.987.048,25	(6.106.558,05)	3.880.490,20	8.921.245,19	(5.784.422,92)	3.136.822,27

[Handwritten mark]

O montante relativo a "Clientes" – não vencido está acrescido em 1.861,11 Euros, correspondentes a cheques em carteira à data de 31 de dezembro de 2018 e depositados no dia útil seguinte (Nota 5).

As dívidas de clientes com mais de 360 dias que não foram objeto de perda por imparidade correspondem à faturação de clientes que ainda se encontram a pagar as dívidas integradas do IPTM (anteriores a junho de 2014), assim como às dívidas de clientes com acordo de pagamento em cumprimento e ainda ao conjunto da faturação de pequeno montante dirigida a um número significativo de clientes que se encontra em análise por diversas reclamações, não se tendo dado ainda início à sua cobrança. Entendemos, contudo, que estes montantes serão realizados no decurso do próximo exercício, pelo que não foi registada qualquer perda por imparidade.

Apesar de não ter sido ainda integrado na contabilidade da Docapesca todo o conjunto de faturação em aberto produzida pelo IPTM (através da aplicação informática SIGPOR), verificou-se por parte de vários clientes o pagamento à Docapesca de montantes não faturados pela Docapesca.

Assim, foi já integrado o montante total de 1.675.195,89 Euros, correspondente aos recebimentos até 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os "Outros créditos a receber" da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2018			2017		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Outros devedores						
Compradores - guias	5.196.382,84	(98.335,98)	5.098.046,86	4.616.786,09	(41.052,73)	4.574.733,36
Devedores duvidosos	2.730.764,59	(2.730.764,59)	-	2.733.142,42	(2.733.142,42)	-
Devedores diversos	868.324,61	(10.000,00)	858.324,61	762.896,07	(10.000,00)	752.896,07
Subsídios à Exploração a receber (nota 14)	-	-	-	147.500,00	-	147.500,00
Outros	77.529,25	(6.087,40)	71.441,85	73.873,07	(6.087,40)	67.785,67
	<u>8.873.001,19</u>	<u>(2.845.187,97)</u>	<u>6.027.813,22</u>	<u>8.333.197,65</u>	<u>(2.790.282,55)</u>	<u>5.542.915,10</u>
Acréscimos de proveitos						
Outros	264.955,19	-	264.955,19	162.799,62	-	162.799,62
	<u>264.955,19</u>	<u>-</u>	<u>264.955,19</u>	<u>162.799,62</u>	<u>-</u>	<u>162.799,62</u>
	<u>9.137.956,38</u>	<u>(2.845.187,97)</u>	<u>6.292.768,41</u>	<u>8.495.997,27</u>	<u>(2.790.282,55)</u>	<u>5.705.714,72</u>

O montante relativo a "Compradores – guias" está acrescido em 107.545,26 Euros, correspondentes a cheques em carteira à data de 31 de dezembro de 2018 e depositados no dia útil seguinte (Nota 5).

A antiguidade do saldo da rubrica "Compradores - Guias" e "Devedores Duvidosos", em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, é detalhada conforme segue:

[Handwritten signature and initials]

[Handwritten signature]



	2018			2017		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	1.615.648,79	-	1.615.648,79	1.209.842,63	-	1.209.842,63
Vencido:						
0-90 dias	2.932.935,93	-	2.932.935,93	2.942.873,37	(10.931,88)	2.931.941,49
90-180 dias	197.382,64	(36.110,71)	161.271,93	123.933,63	-	123.933,63
180-360 dias	262.726,51	(6.563,05)	276.163,46	153.330,55	-	153.330,55
> 360 dias	2.898.453,56	(2.786.426,81)	112.026,75	2.918.948,33	(2.763.263,27)	155.685,06
	<u>7.927.147,43</u>	<u>(2.829.100,57)</u>	<u>5.098.046,86</u>	<u>7.348.928,51</u>	<u>(2.774.195,15)</u>	<u>4.574.733,36</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram reconhecidas perdas por imparidade líquidas de reversões (dívidas recebidas ou anuladas) no montante de 382.727,86 Euros (170.114,49 Euros em 2017), as quais se encontram registadas na rubrica de "Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)" conforme quadro seguinte:

	2018		
	Aumentos	Reversões	Saldo
Cientes	618.033,68	(290.211,24)	327.822,44
Outros devedores	57.283,25	(2.377,83)	54.905,42
	<u>675.316,93</u>	<u>(292.589,07)</u>	<u>382.727,86</u>

	2017		
	Aumentos	Reversões	Saldo
Cientes	389.491,46	(229.885,60)	159.605,86
Outros devedores	10.931,88	(423,25)	10.508,63
	<u>400.423,34</u>	<u>(230.308,85)</u>	<u>170.114,49</u>

As dívidas de clientes e de compradores de pescado estão parcialmente acauteladas através de garantias prestadas a favor da Docapesca e de Cauções em Numerário. Em 31 de dezembro de 2018, estavam na posse da Docapesca 721 Garantias Bancárias, no valor de 11.770.851,03 Euros e Cauções em Numerário no valor total de 2.215.446,98 Euros.

	2018	2017
Garantias bancárias	11.770.851,03	11.603.263,67
Cauções em numerário	2.215.446,98	1.806.915,97
	<u>13.986.298,01</u>	<u>13.410.179,64</u>



Existem também, prestadas por fornecedores, garantias destinadas a dar cobertura, quer a adiantamentos com adjudicações, quer à execução das obras efetuadas, distribuídas do seguinte modo:

	2018		2017	
	Docapesca	Ex-IPTM	Docapesca	Ex-IPTM
Garantias bancárias	1.130.568,23	324.712,56	1.110.799,50	327.708,71
Garantias prestadas por soc. garantia mútua	54.221,72	19.469,64	74.224,37	19.469,64
Seguros de caução	163.966,02	56.163,58	182.584,69	56.163,58
Depósitos bancários para retenção garantias	130.639,32	97.112,96	109.803,95	97.112,96
Retenção para reforço de garantia				
Fornecedores correntes	4.779,08	-	1.914,92	-
Fornecedores de investimento	175.429,64	-	200.014,13	-
	1.659.604,01	497.458,74	1.679.341,56	500.454,89

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	2018			2017		
		Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
			Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Outros empréstimos obtidos:							
Descoberto bancário	Millenium BCP	1.250.000,00	-	-	1.250.000,00	-	-
		1.250.000,00	-	-	1.250.000,00	-	-

Todos os financiamentos estão expressos em Euros.

Durante o exercício de 2018, não houve endividamento.

Período	Taxa média anual de financiamento	Encargos financeiros suportados	Comissões sobre as linhas de crédito	Financiamento médio
2005	3,72%	85.410	14.801	2.298.395
2006	4,14%	130.600	6.808	3.156.540
2007	4,99%	268.631	7.059	5.402.702
2008	5,38%	254.023	7.025	4.717.840
2009	3,53%	145.626	11.411	4.129.719
2010	3,00%	118.246	11.429	3.921.391
2011	3,65%	97.409	18.514	2.634.530
2012	4,09%	41.682	34.184	1.018.977
2013	2,66%	15.037	30.386	508.089
2014	1,87%	4.157	19.246	148.193
2015	2,56%	116	5.865	6.911
2016	2,50%	1.517	2.804	60.693
2017	2,50%	48	3.125	-
2018	2,50%	-	3.125	-

4

OK
5

OK

A taxa média anual de financiamento apresentada corresponde ao indexante + *spread* + imposto de selo.

A conta caucionada foi garantida por subscrição de livrança em branco com convenção de preenchimento.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, que estipula que as empresas integradas no Setor Público Empresarial com capital próprio negativo só podem aceder a financiamentos junto das instituições de crédito com prévia autorização da DGTF, a Docapesca não renovou as linhas de crédito existentes em dezembro de 2013. Abriu uma consulta para financiamentos de curto prazo, na sequência da qual a DGTF autorizou, em junho de 2014, a contratação de uma conta corrente caucionada de 750 mil Euros e de um descoberto em depósitos á ordem de 1.250 mil Euros, junto do Millennium BCP, com efeitos a partir de 16 de junho de 2014. Os contratos foram celebrados pelo prazo de 365 dias, vencendo-se em 17 de junho de 2015, e foram renovados por períodos sucessivos de 90 dias. Em novembro de 2015, considerando que a evolução da atividade da empresa, nomeadamente o investimento previsto para 2016, não justificava a manutenção da conta caucionada, a Docapesca comunicou ao Millennium BCP a não renovação da conta corrente caucionada, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2015.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	679.051,93	743.004,55
0-90 dias	195.602,51	88.777,41
90-180 dias	-	-
180-210 dias	-	-
> 210 dias	-	-
	<u>874.654,44</u>	<u>831.781,96</u>
Fornecedores, combustíveis (Não vencido)	-	29.956,92
Fornecedores por retenções	4.779,08	1.914,92
Fornecedores, fat. em receção e conferência	-	7.152,16
	<u>879.433,52</u>	<u>870.805,96</u>

A conta Fornecedores, combustíveis é referente à valorização do *stock* de combustível colocado pela Repsol nos tanques dos postos (explorados pela Docapesca) de abastecimento de combustíveis a navios.

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

	2018	2017
Outras dívidas a pagar (não corrente):	1.573.483,85	1.711.342,29
Ajustamentos a subsídios	1.573.483,85	1.711.342,29
Outras dívidas a pagar (corrente):	11.830.366,67	8.624.762,88
Cativações a armadores	2.109.649,95	1.609.331,11
Cauções	2.339.281,53	1.930.660,32
Armadores - marés	1.187.441,05	673.258,39
Reserva pessoal dos armadores	853.981,15	648.365,76
Armadores - Segurança Social	6.974,13	6.643,48
Fornecedores de imobilizado	994.485,38	421.762,92
IFAP - Subsídios processados em excesso	95.024,50	54.478,54
IPTM - Processos Judiciais	-	-
APA - acordo a recuperar com dragagens	1.012.887,47	1.012.887,47
Outros	437.306,46	451.604,71
Acréscimos de gastos		
- Férias a liquidar	1.438.790,36	1.394.786,54
- Água	39.266,53	51.047,48
- Electricidade	129.840,51	127.848,68
- Descontos em Serviços da Lota	10.769,17	8.402,19
- Imposto Municipal sobre Imóveis	16.786,50	13.640,65
- Transporte de Pescado	3.796,33	15.214,89
- Frente Ribeirinha de Lagos	883.190,26	-
- Diversos	270.895,39	204.829,75

Os montantes referentes a reserva pessoal dos armadores e pagamento de marés têm exigibilidade imediata.

Em 16 de outubro de 2008, o Município de Lagos e o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM) celebraram um Acordo de Cooperação Institucional, através do qual foram estabelecidas as bases de cooperação institucional entre as duas entidades com vista a concretizar na frente urbana da cidade de Lagos as iniciativas de ordenamento e licenciamento para valorização da área, referindo-se no mesmo a possibilidade de poder vir a ser construído um parque subterrâneo na unidade territorial sob jurisdição do IPTM.

Neste seguimento, em 26 de março de 2009, foi celebrado entre os mesmos um contrato de gestão com o objetivo de viabilizar a conceção, construção e desenvolvimento de um parque de estacionamento subterrâneo, de modo a requalificar-se a zona ribeirinha da cidade em harmonia com o Acordo de Cooperação Institucional acima referido.

A Docapesca sucedeu na posição contratual do IPTM, por força do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro.

Atendendo à sua jurisdição sobre a área, a Docapesca celebrou, em 1 de outubro de 2015, com a Câmara Municipal de Lagos um contrato de gestão, através do qual foram estabelecidos os mecanismos e procedimentos necessários para que a manutenção daquela área passasse a ser incumbência daquele Município.

[Handwritten marks]

[Handwritten signature]

Por inexistência de notificação válida, o contrato de gestão em referência entrou em vigor no dia 1 de fevereiro de 2019.

No sentido de resolver as questões económicas e financeiras suscitadas pelo acordo de cooperação, foi deliberada a emissão da faturação pela concessão do parque de estacionamento desde 2010, acrescentando ao volume de negócios da Docapesca o montante de 886.753,70 Euros.

Foram faturados 1.693.992,30 Euros, tendo o Município de Lagos invocado a caducidade do direito à liquidação do período de 2010 a 2013, nos termos do art. 45.º da LGT, que estabelece que o prazo de caducidade do direito à liquidação é de quatro anos, contados a partir do termo do ano em que se verificou o facto tributário (n.º 3).

Considerando a referida caducidade, a faturação de 2014 a 2018 conduziu a um acréscimo do volume de negócios da Docapesca de 886.753,60 Euros.

Dentro do mesmo objetivo, a Docapesca decidiu aceitar as despesas apresentadas pelo Município de Lagos para a manutenção da área sob jurisdição da Docapesca, tendo em conta que o Município não tinha condições para faturar essas despesas em momento anterior, acrescentando aos encargos da Docapesca o montante de 883.190,28 euros, também para o período de 2014 a 2018.

19. Benefícios dos empregados

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias, para os seguintes benefícios:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez;
- Subsídio de morte;
- Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez, estando as restantes responsabilidades a cargo da própria Empresa.

Breve descrição do plano de benefício definidos:

Pensões de reforma

Elegibilidade: todos os trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de junho de 2001.

Idade normal de reforma: 66 anos para os homens e para as mulheres.

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.



A Docapesca revogou a disposição que atribuía o 14.º mês aos beneficiários dos complementos de pensão, com efeito a partir do ano de 2012. Em 2011, a Empresa suspendeu o pagamento do 14.º mês.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

$$PD = B \times SPL - PSS - PF$$

$$\text{Max PD} = \text{SPB} - \text{PSS}$$

Em que:

- PD = pensão de reforma mensal DOCAPESCA
- SPL = salário pensionável líquido
- PSS = pensão mensal a cargo da Segurança Social
- PF = pensão a cargo do Fundo de Pensões
- SPB = salário pensionável bruto
- B = % benefício em função dos anos de serviço (tabela I)

Antiguidade	% de benefício
>= 30	100%
>= 25 e < 30	90%
>= 20 e < 25	80%
< 20	75%

(Tabela I)

Atualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente (para pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero), tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido que o reformado receberia se estivesse no ativo. Com esta atualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

Fundo de pensões da Docapesca

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência é suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o atual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: último salário mensal recebido no ativo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Handwritten marks: a symbol resembling a stylized 'F', a signature, and a checkmark.

Handwritten signature.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez:

$$PF = B \times SPL - PSS$$

$$\text{Max PF} = 100 \text{ Euros}$$

Em que: PF = pensão de reforma mensal a cargo do Fundo

SPL = Salário pensionável líquido

PSS = calculada de acordo com o regime em vigor em 1993

Sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: 13 vezes ao ano.

Prémio de reforma

Os trabalhadores que passem à reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:

Número de anos de serviço (N)	Prémio de Velhice	Prémio de Invalidez
N < 20	1 x salário mensal	—
20 ≤ N < 25	2 x salário mensal	1 x salário mensal
25 ≤ N < 30	3 x salário mensal	1 x salário mensal
30 ≤ N < 35	4 x salário mensal	2 x salário mensal
35 < N	5 x salário mensal	3 x salário mensal

Idade normal de reforma: 66 anos para as mulheres e para os homens.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos prémios de reforma atribuíveis de 2011 a 2016.

8

9

5

10

[Handwritten marks]

Subsídio por morte

Em caso de morte do trabalhador no ativo, ou na situação de reformado, a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no ativo	3 x salário mensal
Morte na reforma	3 x complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

- Cônjuge sobrevivente, não separado judicialmente de pessoas e bens;
- Pessoa que viva com o trabalhador em situação análoga à de cônjuge, nos termos do art. 2020.º do Código Civil;
- Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: último salário líquido mensal recebido no ativo, excluindo remunerações de caráter variável (RIM).

Complemento mensal: último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes aos subsídios por morte atribuíveis de 2011 a 2016.

Pensões de sobrevivência

Em caso de morte do trabalhador no ativo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do trabalhador, nas seguintes condições:

- Filhos menores
- Filhos até atingirem os 20 anos de idade

O valor da pensão de sobrevivência será indexado ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma:

Número de filhos	Benefício
1 filho	35% x salário mínimo da empresa
2 filhos	55% x salário mínimo da empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da empresa

[Handwritten mark]




Número de pagamentos: 12 vezes ao ano.

Atualização das pensões: de acordo com a revisão anual da tabela salarial.

Nota: A Docapesca suspendeu os pagamentos referentes às pensões de sobrevivência atribuíveis de 2011 a 2016.

Plano de pensões

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em 31 de dezembro de 2018 pelo BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes, no pressuposto “Cenário de financiamento”:

	2018	2017
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	3,10%	2,80%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes, no pressuposto “Cenário contabilístico”:

	2018	2017
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	1,18%	0,81%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica “Gastos com o pessoal”:

	2018	2017
Custo dos serviços correntes	11.661,00	12.618,00
Custo de juros	31.968,00	26.344,00
Rendimento esperado do Fundo	(4.164,00)	(3.756,00)
Perdas/(ganhos) atuariais reconhecidos	-	-
Revisão Atuarial	-	-
Cortes do plano /(ganhos)/ perdas reconhecidos	-	-
Total de gastos	39.465,00	35.206,00



Nota: o montante de 114.754,00 Euros, reconhecido como custo do exercício em 2016, veio a ser realocado para a conta de ganhos e perdas atuariais no capital próprio, por transferência a partir da conta de resultados transitados, para onde tinha sido transferido quando da aprovação das contas, juntamente com os restantes valores do exercício de 2016. Assim, apesar de se terem verificado em 2017 ganhos atuariais de 157.019,00 Euros, o valor reconhecido em 31 de dezembro de 2017 no capital próprio é de 42.265,00 Euros, que corresponde à soma dos valores de 2016 e 2017.

Esta alteração na contabilização das perdas atuariais de 2016 não foi efetuada no exercício respetivo por não ter sido considerada materialmente relevante.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidos, respetivamente, os montantes de 49.627,00 Euros e 42.265,00 de ganhos e perdas atuariais, em Capital Próprio.

O montante da responsabilidade associada aos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2018 é detalhado conforme se segue:

	Ativos	Reformados	Total
N.º de colaboradores	446	246	692
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	18.720	666.907	685.627
Justo valor dos ativos do fundo			449.239
Deficit do fundo			236.388
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	1.613.763	1.336.643	2.950.405
Responsabilidade líquida de planos de benefícios definidos			3.188.793

Os movimentos no valor presente da obrigação de benefícios definidos – fora do fundo – nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 são descritos conforme se segue:

	2018	2017
Saldo inicial - obrigação de benefícios definidos	3.302.680,00	3.634.531,00
Custo dos serviços correntes	11.310,00	12.268,00
Custo de juros	26.028,00	21.167,00
Alterações no plano	-	-
(Ganhos)/perdas actuariais	(99.806,00)	(107.130,00)
Benefícios previstos	(201.353,00)	(238.023,00)
Alteração da taxa de desconto	(88.454,00)	(20.132,00)
Saldo final - obrigação de benefícios definidos	2.950.405,00	3.302.681,00

Os movimentos no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 são descritos a seguir:

	2018	2017
Saldo inicial - justo valor dos activos do fundo	572.815	691.737
Retorno real dos activos do fundo	(19.027)	3.791
Contribuições para o fundo	6.332	-
Benefícios pagos	(110.881)	(122.713)
Saldo final - justo valor dos activos do fundo	449.239	572.815

A carteira de ativos do fundo é gerida pelo BPI Pensões e corresponde a uma carteira de títulos aberta, no montante global de 113.389.541 Euros (110.924.566 Euros em 2017), possuindo a Docapesca uma participação na mesma de 0,4 % (0,52% em 2017).

As principais categorias de ativos do fundo em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 são detalhadas conforme se segue:

	Justo valor	
	2018	2017
Liquidez	44.924	62.437
Obrigações	328.843	402.116
Acções	47.619	70.456
Retorno absoluto	22.462	29.786
Imobiliário	5.391	8.019
	449.239	572.815

O retorno real dos ativos do fundo foi negativo em 19.027,00 Euros em 31 de dezembro de 2018 (positivo em 3.791,00 Euros em 2017).

O mínimo de financiamento exigido pelo ISP, calculado de acordo com a Norma n.º 21/96-R., de 5 de dezembro, encontra-se assegurado apenas em 81 %, com referência a 31 de dezembro de 2018.

Desta forma, as responsabilidades não se encontram financiadas. Considerando o cenário mínimo de solvência, é recomendada uma contribuição de 66.364,00 Euros para fazer face ao défice existente.

Foi efetuada uma contribuição para o fundo em janeiro de 2019, no montante de 63.650,00 Euros.

A informação relativa à contabilização dos benefícios a cargo da Empresa e do fundo de pensões da Empresa, em conformidade com o disposto na IAS 19, é detalhada conforme se segue:

Handwritten signature and initials.

Handwritten signature.

Handwritten initials and a signature in the top right corner.

Período terminado em	Sem fundo	Com fundo	Sem fundo	Com fundo
	31-12-2018	31-12-2018	31-12-2017	31-12-2017
A. Alterações nas responsabilidades				
Responsabilidades no início do período	3.302.680	792.014	3.634.531	928.487
Custo dos serviços correntes	11.310	351	12.268	350
Custo dos juros	26.028	5.940	21.167	5.177
(Ganhos) / perdas atuariais	(99.806)	18.782	(107.130)	(802)
Benefícios previstos	(201.353)	(118.103)	(238.023)	(132.151)
Alterações no plano	-	-	-	-
Alteração da taxa de desconto	(88.454)	(13.357)	(20.132)	(9.048)
Responsabilidades no final do período	<u>2.950.405</u>	<u>685.627</u>	<u>3.302.681</u>	<u>792.013</u>
B. Alterações no Fundo				
Valor do fundo no início do período	-	572.815	-	691.737
Rendimento esperado	-	4.164	-	3.756
Ganho/ (perda) de rendimento	-	(23.191)	-	35
Contribuições da empresa	318.592	6.332	227.590	-
Benefícios pagos	(318.592)	(110.881)	(227.590)	(122.713)
Valor do fundo no final do ano	<u>-</u>	<u>449.239</u>	<u>-</u>	<u>572.815</u>
C. Valores reconhecidos no balanço				
<i>Valores do Balanço</i>				
Responsabilidades	2.950.405	685.627	3.302.681	792.013
Fundo	-	449.239	-	572.815
Valor líquido das responsabilidades	<u>2.950.405</u>	<u>236.388</u>	<u>3.302.681</u>	<u>219.198</u>

Handwritten signature in the bottom right corner.

Período terminado em	Sem fundo	Com fundo	Sem fundo	Com fundo
	31-12-2018	31-12-2018	31-12-2017	31-12-2017
D. Custo com pensões				
<i>Valores reconhecidos na demonstração de resultados</i>				
Custo dos serviços correntes	11.310	351	12.268	350
Custo dos juros	26.028	1.776	21.167	5.177
Rendimento esperado do fundo	-	(4.164)	-	(3.756)
Amortização dos (ganhos)/ perdas	-	-	-	-
Cortes do plano / (ganhos)/ perdas reconhecidos	-	-	-	-
Valor total reconhecido nos resultados	<u>37.338</u>	<u>(2.037)</u>	<u>33.435</u>	<u>1.771</u>
<i>Rendimento efetivo</i>				
Rendimento do fundo	-	(19.027)	-	3.791
Rendimento de reembolsos	-	-	-	-
<i>OCI: Reconhecimento imediato de ganhos e Perdas no Balanço</i>				
(Ganhos) / Perdas por reconhecer de exercícios anteriores	-	-	-	-
(Ganhos) / Perdas do exercício	(71.021)	21.394	(137.696)	(19.323)
(Ganho) / Perda atuarial	(188.260)	5.425	(127.263)	(9.850)
(Ganho) / Perda de rendimento	-	23.191	-	(35)
(Ganho) / Perda de benefícios	117.239	(7.222)	(10.433)	(9.438)
(Ganhos) / Perdas	<u>(71.021)</u>	<u>21.394</u>	<u>(137.696)</u>	<u>(19.323)</u>
E. Principais pressupostos				
<i>Na determinação das responsabilidades</i>				
Taxa de desconto	1,18%	1,18%	0,81%	0,81%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
<i>Na determinação dos custos</i>				
Taxa de desconto	0,81%	0,81%	0,60%	0,60%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
F. Activos do Fundo				
Ações	-	10,50%	-	12,30%
Obrigações Taxa Fixa	-	52,00%	-	50,70%
Obrigações Taxa Variável	-	21,40%	-	19,50%
Imobiliário	-	1,20%	-	1,40%
Retorno Absoluto	-	5,00%	-	5,20%
Liquidez	-	10,00%	-	10,90%
G. Histórico de (ganhos) / perdas				
<i>Diferença entre o rendimento esperado e efectivo</i>				
a. Em valor	-	23.191	-	(35)
b. Em percentagem dos ativos	n.a.	5,20%	n.a.	0,0%
<i>Diferença entre as responsabilidades esperadas e efetivas</i>				
a. Em valor	(188.260)	5.425	(127.263)	(9.850)
b. Em percentagem das responsabilidades	-6,4%	0,80%	-3,9%	-1,2%
H. Reconciliação balanço				
Activo / (Passivo) no início do período	(3.302.680)	(219.198)	(3.634.531)	(236.750)
Ganhos / (Perdas) reconhecidos	71.021	(21.394)	137.696	19.323
Custo com pensões	(37.338)	(2.127)	(33.435)	(1.771)
Contribuições da empresa	-	6.332	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	318.592	-	227.590	-
Activo / (passivo) reconhecido no final do período	<u>(2.950.405)</u>	<u>(236.387)</u>	<u>(3.302.680)</u>	<u>(219.198)</u>
(1)+(2)+(3)-(4)-(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)				

Nota: Foi cumprida a obrigação contida nos artigos 20.º e 25.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, mediante o envio mensal à CGA do ficheiro contendo a indicação dos montantes dos complementos de pensão abonados pela Docapesca aos seus beneficiários. Esta obrigação foi cumprida através do BPI Pensões.

Handwritten marks: a checkmark, a signature, and the letter 'S'.

Nota referente ao PEC 2010 - 2013

O PEC 2010-2013 previa que os planos existentes que não se configurassem como sendo de "contribuição definida" fossem fechados à admissão de novos beneficiários. O Plano da Docapesca, não sendo de "contribuição definida", encontra-se fechado a novas admissões desde 30 de junho de 2001.

O PEC 2010-2013 previa que se procedesse à sua adaptação (passagem de "benefício definido" para "contribuição definida") mediante negociação, sem prejuízo do respeito pelos direitos adquiridos. A Docapesca procedeu a uma reformulação do seu plano de "benefícios definidos" em 2003, tendo reduzido consideravelmente o âmbito dos benefícios mediante a introdução do salário líquido de IRS e TSU em substituição do anterior referencial (salário ilíquido).

A constituição de um novo plano de pensões, aberto aos novos colaboradores, não está equacionada.

A Docapesca procedeu à revogação da atribuição do 14.º mês a todos os pensionistas com efeitos a partir de 2012. Esta alteração ao plano correspondeu a um ganho atuarial no ano de 2012 no montante de 360.546 Euros.

A Docapesca procedeu à suspensão do pagamento do prémio de reforma e do subsídio por morte a todos os trabalhadores que se reformaram ou faleceram desde 2011, bem como das pensões de sobrevivência atribuíveis.

20. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
Diferimentos ativos		
Combustíveis	-	29.956,92
Seguros diversos	70.419,09	73.550,94
Dragagem de Aveiro	162.853,14	162.853,14
Manutenção de licenças (Software)	17.715,56	12.050,09
Renda do Edifício da Sede	21.422,24	21.178,60
Diversos custos diferidos	6.979,57	11.212,40
	<u>279.389,60</u>	<u>310.802,09</u>
Diferimentos passivos		
Débito juros a receber	8.750,26	8.750,26
Ced.Explor. Entrepoto Frigorífico Peniche	11.250,00	12.500,00
Ocupações Dominiais	-	33.523,94
Indemnizações a reconhecer	361.521,09	58.397,99
	<u>381.521,35</u>	<u>113.172,19</u>

Handwritten signature.

21. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2018		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
IRC - Imposto Estimado	-	344.456,90	-	317.466,70
Imposto Estimado Derrama Municipal	-	24.604,06	-	22.676,19
Imposto Estimado Derrama Estadual	-	4.208,13	-	352,39
Pagamento adicional por conta	-	(150,00)	-	-
Pagamento por conta	-	(300.447,00)	-	(257.442,85)
Tributação autónoma a pagar	-	24.078,94	-	21.526,34
Retenção na Fonte - rendimentos capitais e prediais	79,85	-	79,99	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	87,25	118.170,86	92,98	110.017,07
Imposto sobre o valor acrescentado	-	1.571.828,16	-	1.092.458,93
Contribuições para a Segurança Social	-	233.139,97	-	229.362,15
Outros Impostos	91,36	-	-	33,00
	<u>258,46</u>	<u>2.019.890,02</u>	<u>172,97</u>	<u>1.536.449,92</u>

A responsabilidade efetiva relativa a IRC a pagar (excluindo tributação autónoma) é o que resulta dos montantes de IRC e Derramas (373.494,18 Euros), deduzidos dos montantes de pagamentos antecipados (300.597,00 Euros), cifrando-se, em termos líquidos, num pagamento em 2018.

Em 2018, não foram efetuados quaisquer pagamentos a título de Pagamento Especial por Conta.

Imposto sobre o valor acrescentado: Inclui o IVA liquidado pelos compradores de pescado em lota que é entregue pela Docapesca ao Estado em substituição dos armadores (Decreto-Lei n.º 122/88, de 20 de abril).

22. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é detalhada conforme segue:

	2018	2017
Eletricidade	1.088.082,52	1.132.167,78
Limpeza, higiene e conforto	1.438.924,97	1.532.696,57
Conservação e reparação	925.110,00	1.050.328,82
Vigilância e segurança	1.157.925,82	1.210.287,77
Serviços de mão-de-obra externa	314.733,87	579.467,41
Água	392.604,75	418.057,30
Trabalhos especializados	712.708,29	643.832,93
Comunicações	123.262,62	155.362,70
Honorários	48.318,76	39.057,48
Rendas e alugueres	209.326,60	212.749,14
Serviços postos vendagem	754.315,29	706.298,55
Participação em Feiras	242.298,41	288.282,45
Seguros	166.327,89	158.770,85
Contencioso e Notariado	123.002,61	86.537,32
Publicidade	308.299,33	50.466,24
Outros	311.761,28	305.737,24
	<u>8.317.003,01</u>	<u>8.570.100,55</u>

Os fornecimentos de energia elétrica e de água contratados pela Empresa, destinam-se em parte ao consumo na prestação de serviços e fabrico de gelo e, na parte restante, ao consumo nas instalações cedidas aos clientes, conforme abaixo:

	2018	2017
Energia elétrica faturada pelos fornecedores	1.886.613,51	1.986.825,31
Fornecimentos e Serviços Externos	1.088.082,52	1.132.167,78
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	798.530,99	854.657,53
<hr/>		
	2018	2017
Água faturada pelos fornecedores	754.231,60	768.893,72
Fornecimentos e Serviços Externos	392.604,75	418.057,30
Imputada a custo de produção do gelo	65.780,91	71.310,28
Consumida nas instalações cedidas a terceiros	295.845,94	279.526,14

O consumo de energia e água registado nas instalações cedidas a terceiros foi faturado pela Docapesca aos utentes (Nota 25).

23. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é detalhada conforme quadro seguinte:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais (nota 6)	249.203,82	186.592,44
Remunerações do pessoal	9.173.203,41	8.658.724,37
Benefícios pós-emprego		
Benefícios definidos (Nota 18)	39.465,00	35.206,00
Indemnizações	211.500,00	190.000,00
Encargos sobre remunerações	2.100.265,33	1.974.951,62
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	94.312,26	95.834,41
Gastos de ação social	175.643,09	200.753,06
Gastos com formação	50.567,66	53.083,03
Outros	52.008,93	66.701,13
	<u>12.146.169,50</u>	<u>11.461.846,06</u>

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa, incluindo os contratados e cedidos por acordo de cedência de interesse público, nos anos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de 498 e 482 trabalhadores, respetivamente.

[Handwritten marks]

24. Depreciações

A decomposição da rubrica de "Gastos / Reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é conforme se segue:

	2018	2017
Ativos fixos tangíveis (Nota 7)	3.456.189,95	3.578.938,87
Ativos Intangíveis (Nota 8)	68.352,87	45.652,51
	<u>3.524.542,82</u>	<u>3.624.591,38</u>

25. Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é conforme se segue:

	2018	2017
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares (Nota 21)		
- Energia elétrica	458.510,19	450.613,90
- Água	219.576,04	150.282,37
- Cedência de exploração	77.656,10	96.353,17
- Outros	197.632,11	158.617,53
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	19,43
Ganhos em ativos fixos tangíveis	26.956,49	4.770,51
Ganhos em inventários	218,90	797,68
Subsídios do Governo ao investimento (Nota 14)	1.373.042,23	1.441.057,18
Outros	53.143,18	43.504,02
	<u>2.406.735,24</u>	<u>2.346.015,79</u>

O montante registado na rubrica de "Outros rendimentos suplementares" está essencialmente relacionado com rendimentos provenientes da faturação de energia elétrica, água potável e salgada dos consumos efetuados pelos clientes nas instalações, cedência de exploração de atividades e serviços de abastecimento de combustíveis. O gasto com energia elétrica e água potável faturada é deduzido ao respetivo rendimento (Nota 22).

A rubrica "Cedência de exploração" respeita aos entrepostos frigoríficos de Matosinhos e de Peniche que se encontram cedidos para exploração, desde 2010 e outubro de 2012, respetivamente.

26. Outros gastos

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é conforme segue:

[Handwritten mark]

	2018	2017
Impostos e taxas	79.301,00	51.228,66
Cedência de exploração	23.202,44	27.203,51
Concessões de portos de pesca	1.089.273,22	1.029.454,83
Perdas em ativos fixos tangíveis	30.000,82	49.370,84
Perdas em inventários	13.992,73	1.188,09
Subsídios	4.795,27	99.317,87
Frente Ribeirinha de Lagos	883.190,26	0,00
Outros	132.355,62	129.021,13
	2.256.111,36	1.386.784,93

As rubricas "Gastos com cedências de exploração" e "Concessões dos portos de pesca" incluem, principalmente:

- O cálculo de 0,7% sobre o valor do pescado transacionado em lota no porto de pesca de Matosinhos (APDL), de 0,6% no porto de pesca de Sesimbra (APSS), de 0,5% nos portos de pesca de Setúbal (APSS) e de Sines (APS) e de 0,55% no porto de pesca de Viana do Castelo, no montante de 421.168,06 Euros (382.754,51 Euros em 2017);
- O cálculo de 30% sobre o valor faturado a título de licenças de ocupação dos armazéns no porto de pesca de Sesimbra (APSS), no montante de 135.128,19 Euros (119.626,59 Euros em 2017);
- O valor de 12.160,08 Euros referente à cedência de exploração das fábricas de gelo de Aveiro e Figueira da Foz (APA e APFF) – 16.792,91 Euros em 2017;
- O valor de 339.309,33 Euros relativo ao novo contrato de concessão celebrado com a APA (335.551,09 Euros em 2017);
- O valor de 193.667,64 Euros relativo ao novo contrato de concessão celebrado com a APFF (191.522,64 Euros em 2017);
- O cálculo de 50% sobre as licenças de ocupação de Viana do Castelo, no valor de 7.619,84 Euros (7.026,00 Euros em 2017).

27. Instrumentos de capital próprio

Capital subscrito: Em 31 de dezembro de 2018 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.705.680 ações no valor nominal de 5,00 Euros. O capital social é detido a 100% pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Reserva Legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. A reserva legal ascende a 100.620,52 Euros em 31 de dezembro de 2018, sendo o montante igual ao de 31 de dezembro de 2017.

Handwritten initials and marks: a large 'A', 'si', and a checkmark-like symbol.

Os Estatutos da Docapesca determinam que, pelo menos, 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta atinja o montante exigível.

Por deliberação do acionista único (Estado Português – Direção-Geral do Tesouro e Finanças), na Assembleia Geral de 5 de junho de 2018, a totalidade do lucro obtido em 2017 foi transferido para resultados transitados.

Outras variações no capital próprio: Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2018, corresponde ao valor dos subsídios não reembolsáveis ao investimento (líquida de ajustamentos), ainda não reconhecidos em resultados (Nota 15), no valor de 5.419.777,70 Euros, bem como ao efeito da integração parcial de saldos do ex-IPTM (Nota 28), no valor de 452.459,99 Euros e dos ganhos atuariais relativos ao fundo de Pensões (Nota 19), no valor de 91.892,00 Euros.

28. Integração dos Saldos do ex-IPTM

	Saldo 31-12-2017	Movimento do ano	Saldo 31-12-2018
Integração de Clientes	1.387.172,54	288.023,35	1.675.195,89
Património	1.267,00	1.289,00	2.556,00
Responsabilidades associadas a património	(60.563,47)	-	(60.563,47)
Outras responsabilidades	(721.247,33)	(134.197,14)	(855.444,47)
	606.628,74	155.115,21	761.743,95
Subsídios descontados pelo IFAP	(309.283,96)	-	(309.283,96)
	297.344,78	155.115,21	452.459,99

Entre 2015 e 2018 foi apenas possível integrar parcialmente os saldos de clientes do ex-IPTM (ver nota 18), que originaram um ativo no montante de 1.675.195,89 Euros.

As responsabilidades incluem:

- o montante de 290.000,00 Euros, no âmbito de um processo judicial movido contra o ex-IPTM pela construtora San Jose. Esta responsabilidade foi integrada no ano de 2015 por contrapartida de "outras dívidas a pagar". Em 2017, o montante foi considerado como Provisão;
- o montante de 180.024,18 relativo à integração do processo da Fingelo em 2016;
- o montante de 238.042,83 relativo a um desembolso potencial no âmbito de um processo movido contra o ex-IPTM pelas empresas Lena – Engenharia e construções, S.A. e Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A., originado por trabalhos em infraestruturas, alegadamente executados e não pagos pelo ex-IPTM, no porto de pesca de Peniche;

Handwritten signature or mark at the bottom right.

- o montante de 133.048,00 Euros relativo ao reforço da Provisão para o processo Mota Engil, entretanto concluído (Nota 14).

Handwritten marks: a star, a checkmark, and a signature.

29. Resultado por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 foi determinado de acordo com o apresentado no quadro seguinte:

	2018	2017
Resultados:		
Resultado líquido do período	1.564.213,97	1.533.883,38
Número de ações		
Número médio ponderado de ações em circulação	1.705.680	1.705.680
Resultado por ação básico	0,9171	0,8993

30. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Garantias prestadas		
	2018	2017
Repsol	210.000,00 (a)	210.000,00
Petrogal	15.000,00 (a)	15.000,00
APA	100.000,00 (b)	100.000,00
APFF	100.000,00 (b)	100.000,00
Autoridade Tributária	109.152,26	109.152,26
Restantes Garantias Prestadas	35.407,21	35.407,21
Total	569.559,47	569.559,47

- Duas garantias bancárias, de 50.000 Euros cada, destinadas a cobrir o fornecimento de combustível para os postos de abastecimento dos portos de pesca de Matosinhos e da Póvoa de Varzim, explorados pela Docapesca, em nome da Repsol, duas garantias bancárias, uma de 100.000 Euros e outra de 10.000 Euros, também em nome da Repsol, para igual destino e uma garantia bancária de 15.000 Euros associada à gestão Galp Frota.
- Garantias bancárias prestadas no âmbito da assinatura de novos contratos de concessão com a APA e com a APFF.

Handwritten signature.

31. Responsabilidade contingentes

Tipo (1)	Descrição (2)	R&C 2017 (3)	Nota (4)	Quantificável (5)	Probabilidade de ocorrência (6)	Montante (7)	Horizonte temporal (8)	Observações (9)
Garantias	Garantias bancárias prestadas a terceiros	Sim	Nota 30	Sim	Havendo cumprimento, a probabilidade é nula	569,559,47	n. a.	Destinam-se a caucionar fornecimentos (226.729,33), cumprimento de contratos (200.000,00), Processo AT (€ 109.152,26) e diversos (33.677,87)

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



4. Performance da Docapesca



1. Assessoria Jurídica e Gestão Dominial

GESTÃO DOMINIAL

Atendendo a que parte das operações de tarefas passaram para a DAM, a referência infra, de parte das tarefas realizadas refere-se ao período em que ainda se encontravam a ser efetuadas pela DAJGD, nomeadamente os que respeitam a trabalhos oficiais.

Foram emitidos centenas largas de renovações de títulos de ocupação dominial;

Criaram-se novas licenças e concessões;

Foram efetuadas centenas de subidas/descidas de embarcações;

Procedeu-se a limpeza das rampas com aplicação de hipoclorito para queimarem o limo da superfície;

Efetuar-se cortes de ervas de bermas e passeios;

Prestou-se colaboração em intervenções de reparação/manutenção diversas em equipamentos da lota;

Foram feitos trabalhos de serralharia civil/mecânica em áreas diversas, nos cais, reparação de grelhas de caleiras de águas pluviais e de lavagens, reparação de fechaduras e pequenas avarias em portas e portões das instalações portuárias, intervenção na barreira de controlo de tráfego na portaria do porto;

Intervenções pontuais de manutenção no Porto de Cascais;

Continuação da substituição de escadas de cais no Porto de Peniche;

Execução de drenos, com recurso a máquina de carotar, nas pontes-cais de descarga de embarcações do cerco no Porto de Peniche;

Colocação de embarcações no novo terrapleno destinado ao estacionamento a seco de embarcações no Porto de Peniche.

ASSESSORIA JURÍDICA

Foi celebrado um contrato de gestão;

Foram elaboradas as minutas e celebrados mais de uma dezena de Protocolos com entidades públicas e privadas;

Foram efetuados procedimentos concursais para atribuição de títulos dominiais;

Foram continuadas as conversões de títulos, na continuidade da resolução de situações irregulares que perduravam desde o tempo do ex-IPTM;

Foram elaboradas as minutas de vários contratos de concessão;

Igualmente deu-se continuidade a:

- Elaboração das minutas usadas pela Docapesca;
- Adoção de medidas de uniformização interna de procedimentos;
- Adoção de medidas de correção de desconformidades procedimentais generalizadas;
- Adoção de medidas de instituição de uma tramitação procedimental centralizada;
- Prestação dos esclarecimentos solicitados;
- Prestação de informação oficiosa;

- Aferição das propostas de decisão de contratar e das peças do procedimento;
- Participações no júri dos procedimentos;
- Prestação de todo o apoio jurídico solicitado;
- Procura de soluções mediante dificuldades na fase procedimental e de execução do contrato (designadamente impugnações administrativas e serviços/trabalhos complementares).
- elaboração diária da "informação diária", do diário da república;
- Elaboração de diversas procurações, atos notarias, nomeadamente autenticações de documentos particulares e certificação de documentos;
- Acompanhamento de processos judiciais,
- Envio de centenas de cartas de notificação de dívidas vencidas;
- Instaurados centenas de processos de contraordenação;
- Emissão de pareceres e demais instrumentos jurídicos.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten mark]

Handwritten marks: a checkmark, a signature, and the number 5.

2. Auditoria e Controlo Interno

Enquadramento

A Direção de Auditoria e Controlo Interno (DAC) tem como principal responsabilidade apoiar o Conselho de Administração, através da realização de auditorias ou trabalhos de consultoria internos, que permitam uma apreciação sistemática e independente das atividades e processos, de forma a responder a requisitos do controlo interno, na avaliação e gestão dos riscos, na comunicação e na monitorização.

Balanço das Atividades

As atividades desenvolvidas tiveram como foco as áreas que necessitaram de maior intervenção, mitigação e monitorização, com vista à melhoria contínua dos processos e procedimentos e à mitigação de riscos de gestão.

1. **Ações programadas:** Em termos da execução do Plano de Atividades, foram realizadas as seguintes ações:

1.1. Cumprimento de obrigações legais:

- Prevenção de Riscos da Gestão: Elaboração do «Relatório Síntese da Execução Anual do Plano de Prevenção dos Riscos da Gestão (incluindo os Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas) da Docapesca – Portos e Lotas, SA (2018)», cumprindo as orientações do Conselho de Prevenção da Corrupção;
- Igualdade e Não Discriminação:
 - Elaboração do 9.º Relatório de Monitorização do Plano da Docapesca;
 - Colaboração na preparação da resposta da Docapesca ao inquérito anual da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP) sobre Planos para a Igualdade nas Empresas do Setor Empresarial do Estado;

1.2. Auditorias:

- Auditoria aos procedimentos de utilização da frota automóvel;
- Auditoria aos procedimentos de tesouraria da DLPP Norte – Póvoa de Varzim;
- Auditoria aos procedimentos de tesouraria da DLPP Norte – Viana do Castelo;
- Auditoria aos procedimentos de tesouraria da DLPP Centro Norte – Figueira da Foz.
- Auditoria aos procedimentos de assiduidade (com conclusão prevista no 1.º trimestre de 2019).

2. **Ações não programadas:** Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

2.1. Auditoria às deslocações em serviço.

2.2. Em termos de colaboração com outras unidades orgânicas, foram desenvolvidas ações de apoio em matérias diversas. De destacar a participação nos seguintes projetos:

- A revisão do Código de Conduta da Docapesca, para incorporar as orientações contidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2016, de 8 de setembro, incluindo a elaboração das novas minutas das declarações;

Handwritten marks: a checkmark, a signature, and the letter 'h'.

- A elaboração de planos de ação para a aplicação do Regulamento Geral da Proteção de Dados na Docapesca;
- Participação no grupo de trabalho que elaborou o Relatório de Sustentabilidade da Docapesca para os anos 2015-2016;
- Relativamente à aplicação das orientações em matéria de Igualdade e Não Discriminação na Docapesca, a elaboração de resposta à consulta da DGPM sobre a aplicação da Lei n.º 14/2008, de 22 de março.

Metodologia Adotada

A metodologia de trabalho adotada baseou-se nos critérios de risco de controlo e de observância da conformidade. Para o efeito, procedeu-se à elaboração de programas de trabalho, compilação de informação (legislação, normas, regulamentos, procedimentos, etc.), verificação de processos e procedimentos, aplicação de testes de auditoria, análise de documentação, elaboração de relatórios.

Formação

A formação profissional realizada teve como temas:

- Política de Segurança Alimentar – ISO22000;
- Revisão do Código dos Contratos Públicos;
- Regulamento Geral da Proteção de Dados;
- SNC – Sistema de Normalização Contabilística;
- Auditoria e Controlo de Riscos.

3. Desenvolvimento Empresarial, Inovação e Comunicação / Marketing

No âmbito do Departamento de Marketing, desenvolveram-se um conjunto de projetos que visam o reforço da imagem e notoriedade da Docapesca junto dos seus públicos-alvo (produtores, compradores, trabalhadores, formadores de opinião, públicos-alvo, comunidade académica, comunicação social, etc.) e da opinião pública.

Estes projetos enquadram-se nos objetivos da empresa, estabelecidos no seu Plano Estratégico, nomeadamente: (1) promover a valorização do pescado e circuitos de proximidade; (2) contribuir para a internacionalização do setor; (3) promover a sustentabilidade ambiental.

Até Setembro de 2018, enquanto DEIC, esta Direção era também responsável por contribuir para dinamizar e rentabilizar a área comercial da empresa ao nível de diversos serviços complementares à 1ª venda do pescado, como é o caso da venda de gelo, combustíveis, mercadorias e outras prestações de serviços, elaborando também os respetivos Tarifários em vigor. De seguida, apresenta-se uma breve análise da evolução dos rendimentos das atividades comerciais em 2018.

RENDIMENTOS OPERACIONAIS DAS ATIVIDADES COMERCIAIS

Os rendimentos provenientes de atividades comerciais em 2018 situaram-se nos € 10.359.357,57, mais 7,66% do que em 2017. Este aumento prende-se, essencialmente, com as receitas provenientes da Gestão Dominial (+54,1%).

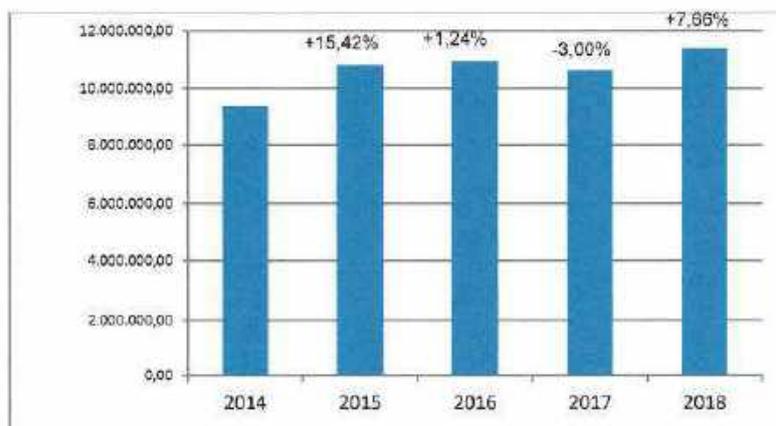
Por segmentos de atividade, a evolução foi a seguinte:

	2018	2017	Evolução	Evolução %
Área Comercial	10.487.206,92	9.622.309,15	864.897,77	8,99
Venda de Mercadorias e Rendimentos Conexos				
Aprestos de Pesca	12.678,24	13.902,78	-1.224,54	-8,81
Lubrificantes	11.814,58	15.235,43	-3.420,85	-22,45
Baterias	2.298,68	4.566,30	-2.267,62	-49,66
Embalagens	22,66	25,32	-2,66	-10,51
Comandos	26.200,00	19.225,00	6.975,00	36,28
Combustíveis	491.156,43	804.674,03	-313.517,60	-38,96
Sub-Total	544.170,59	857.628,86	-313.458,27	-36,55
Gelo	1.161.842,20	1.227.639,58	-65.797,38	-5,36
Prestação de Serviços				
Instalações e Serviços Conexos	4.711.512,09	4.742.312,41	-29.199,68	-0,62
Gestão Dominial	2.720.824,24	1.682.251,95	1.038.572,29	61,74
Serviços Náutica e M.T.	1.288.857,80	1.112.476,35	176.381,45	15,85
Sub-Total	8.781.194,13	7.537.040,71	1.244.153,42	16,51

A
S.
F

Handwritten marks: a star-like symbol, a checkmark, and a cross.

EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS DA ÁREA COMERCIAL 2014-2018

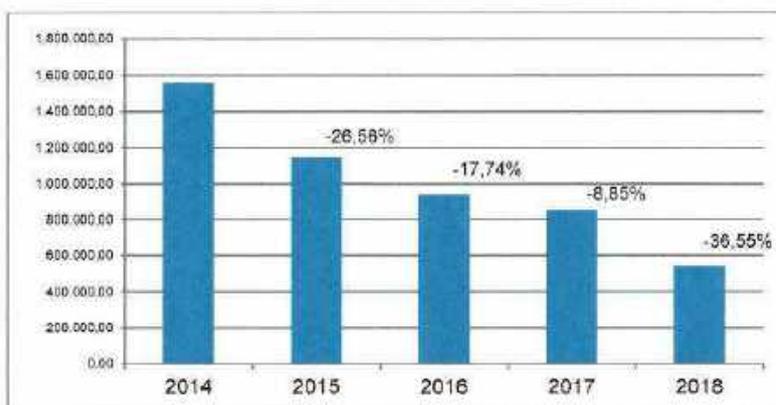


Nota: Em 2014, foram integradas as atividades do ex-IPTM.

VENDA DE MERCADORIAS

A evolução da venda de mercadorias foi fortemente influenciada pela redução da atividade das Lojas Docapesca a partir de 2013, por decisão estratégica do C.A. sobre o seu encerramento. As vendas de aprestos de pesca (artigos de pesca, cabos e fios, redes, tintas e vestuário), lubrificantes e embalagens nas Lojas Docapesca registaram assim uma evolução negativa de -20%, face a 2017.

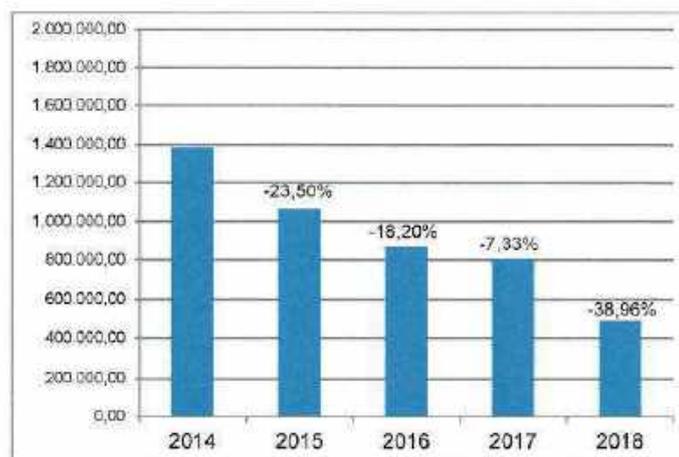
EVOLUÇÃO DA VENDA DE MERCADORIAS – 2014-2018



Outro fator que influenciou esta evolução negativa, foi a venda de combustíveis que registou, em 2015/16, uma redução do preço do gasóleo, refletindo-se numa redução dos rendimentos. Em 2018, verifica-se um decréscimo nos rendimentos de -39%, devido, essencialmente, à passagem da posição no porto de pesca de Aveiro para a APARA, a partir de 15/09/2017. O gráfico seguinte mostra esta evolução.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

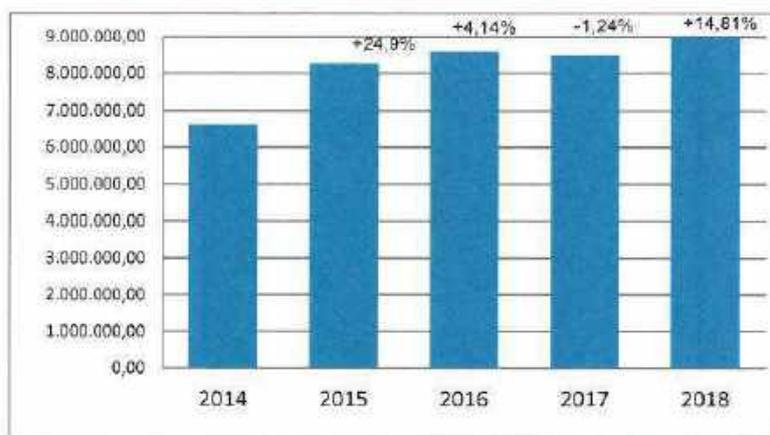
EVOLUÇÃO DA VENDA DE COMBUSTÍVEIS 2014-2018



PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços comerciais incluem a cedência de instalações, os serviços dos portos de pesca e as receitas provenientes das áreas de Gestão Dominial, Estaleiros, Náutica de Recreio e Atividades Marítimo-Turísticas. O gráfico seguinte apresenta a sua evolução nos últimos 5 anos, influenciada em 2014 e 2015 pela integração dos armazéns e restantes áreas na jurisdição do ex-IPTM.

EVOLUÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – 2014-2018



O nível geral de ocupação de instalações nos portos de pesca em 2018 foi de 81%, (-2% face a 2017), com as maiores taxas de ocupação – acima dos 90% - registadas nas Direções do Centro e Centro Sul.

CAMPANHAS E PROJETOS DE VALORIZAÇÃO DO PESCADO

Os principais objetivos passam por identificar e valorizar o pescado transacionado em loja, junto do consumidor final, através da etiqueta CCL e de um conjunto de ações integradas que potenciem o seu valor, contribuindo para o aumento da rentabilidade da frota, a retribuição justa do pescador e um consumo económico e mais responsável. Neste âmbito realizaram-se as seguintes ações:

CAMPANHA DE PROMOÇÃO DO CARAPAU

Em 12/07/2018, teve início a Campanha de Promoção do Carapau. Tendo em conta o facto de esta ser uma espécie abundante na costa portuguesa, pouco valorizada e rica do ponto de vista nutricional, a Docapesca desenvolveu um conjunto de ações de comunicação que incentivem o seu consumo, junto do consumidor final, distribuição e restauração.

A comunicação da campanha associa o consumo desta espécie a cinco atletas de desportos náuticos de alta competição, que constituem figuras de referência inspiradora e de hábitos de vida saudáveis para toda a população: Francisco Lufinha (kitesurf), Hugo Vau (surf), Teresa Almeida (bodyboard), Fernando Pimenta (remo) e Joana Pratas (vela).

Entre as ações desenvolvidas, destacam-se:

- Campanha TV, com spot promocional de 35" na RTP, SIC e TVI, de julho a setembro.
- Campanha de publicidade exterior, em cerca de 200 *mupis* cedidos pelos municípios.
- Campanha nas redes sociais (Facebook e Instagram).
- Campanha na imprensa local (Jornal de Matosinhos, Diário de Aveiro, Diário de Coimbra, Região de Leiria, Semmais, Setubalense e Sul Informação).
- 28 ações de demonstração culinária, em eventos e iniciativas locais, em parceria com as entidades do setor, os municípios e as Escolas de Hotelaria de várias regiões.
- 10 ações de sensibilização em escolas do ensino básico e secundário, com a presença dos atletas da campanha em Almada (Francisco Lufinha), Olhão (Joana Pratas), Teresa Almeida (Entroncamento), Lisboa (Joana Pratas), Mafra (Joana Pratas), Peniche (Hugo Vau), Matosinhos (Fernando Pimenta), Viana do Castelo (Fernando Pimenta), Teresa Almeida (Lisboa) e Grândola (Joana Pratas).

O retorno mediático da campanha também foi relevante, tendo sido publicadas 71 notícias em 45 meios, com um "return on investment" estimado de 171.000€.

AÇÕES DE PROMOÇÃO DO PESCADO NA DISTRIBUIÇÃO

Foi realizado um total de 11 ações de promoção nos mercados municipais de Póvoa de Varzim (3), Setúbal (1), Baixa da Banheira (1), Viana do Castelo (2), Afurada (1), Arganil (1), Alcochete (1) e Figueira da Foz (1).

AÇÕES EM ESCOLAS

Durante o 1.º trimestre, a Docapesca realizou 2 apresentações sobre a atividade da pesca e integrando o atleta Francisco Lufinha, no âmbito do projeto "Portugal é Mar", que decorreram na Escola Barbosa du Bocage (Setúbal) e no Colégio Pedro Arrupe (Lisboa).

No 2.º trimestre, a Docapesca realizou 4 palestras com aula de hambúrguer de cavala em Alcochete (4) e Setúbal (2). Destas ações, resultou a implementação do hambúrguer de cavala nas cantinas escolares do município de Alcochete.

Até final do 3.º trimestre, o DM acompanhou também 4 visitas de estudo às lotas de Peniche (3), Sesimbra (1) e Setúbal (1).

✱
✱
L

Durante o 4.º trimestre, para além das ações desenvolvidas no contexto da Campanha de Promoção do Carapau, realizaram-se também 3 palestras sobre o circuito do pescado em Palmela (1) e Sintra (2).

PARTICIPAÇÕES EM FEIRAS E FESTIVAIS GASTRONÓMICOS

As participações em feiras e festivais gastronómicos iniciaram-se no âmbito da colaboração com o projeto "Setúbal – Terra de Peixe", onde a Docapesca participou no Festival do Choco e no Festival do Peixe, tendo realizado 2 ações em cada iniciativa.

Em Abril, a Docapesca esteve presente no Peixe em Lisboa, através do modelo habitual, associando cada dia do evento a diferentes lotas e espécies de pescado. Neste mês, a Docapesca participou também pela primeira vez na Ovibeja, através da presença num stand institucional e através da realização de *showcookings* com carapau e cavala.

Durante o 2.º semestre, decorreram as participações na Semana Gastronómica do Peixe Espada Preto de Sesimbra (2 ações), no Festival do Bacalhau de Ílhavo (presença no espaço expositivo e realização de 1 ação), na Feira da Dieta Mediterrânica de Tavira (presença no espaço expositivo e realização de 2 ações), na Semana do Polvo de Quarteira (2 ações), no Festival do Polvo da Zambujeira do Mar (1 ação), no Festival da Ostra (Setúbal), na Rota do Petisco (Portimão) e na Natalis (Lisboa).

PARTICIPAÇÕES EM FEIRAS PROFISSIONAIS E INTERNACIONAIS

As participações em feiras profissionais e internacionais iniciaram-se com a presença no SISAB (Lisboa), através da organização do espaço "Mar XXI.PT", que contou com a presença de organizações de produtores (Vianapesca e Propeixe) e da ANICP e onde decorreram ações de promoção diárias de pescado.

Em Abril, a Docapesca esteve presente na Seafood (Bruxelas), tendo integrado o Pavilhão de Portugal, organizado pela ALIF.

Até final do ano, a Docapesca esteve presente na Conxemar (Vigo), integrando o pavilhão de Portugal organizado pela ALIF. No espaço da Docapesca, ao longo do evento, estiveram presentes a ANICP, Vianapesca, Propeixe e Artesanalpesca.

Nesse mês, realizou-se ainda a SIAL (Paris), onde a Docapesca integrou o Pavilhão de Portugal, sob organização da ACOPE.

Para além destas participações internacionais, o DM tem acompanhado a visita de algumas comitivas estrangeiras aos portos de pesca, nomeadamente: (1) a visita de uma comitiva de produtores franceses ao Porto de Pesca de Sesimbra; (2) uma visita de produtores americanos ao porto de pesca de Matosinhos; (3) a visita de um investigador da Tokyo University of Marine Science and Technology a Sesimbra, Peniche e Matosinhos; (4) a visita de uma comitiva do Korean Fisheries Infrastructure Promotion Association, que decorreu no Porto de Pesca de Sesimbra e de Matosinhos.

Handwritten initials and marks in the top right corner.

PARTICIPAÇÕES INSTITUCIONAIS

No âmbito das participações institucionais, a Docapesca participou integrando os eventos através da presença nos espaços expositivos ou da divulgação do pescado nacional, promovendo experiências culinárias com espécies de menor valor comercial, como o Carapau ou a Cavala.

Neste âmbito, durante o 1.º trimestre, a Docapesca realizou ações de valorização do pescado na Apresentação do Leme (Lisboa), na conferência Inseafood (Matosinhos), no International Forum on Management (Faro), no lançamento da Escola Azul (Matosinhos), no Seminário WavEC (Lisboa) e na Bolsa de Turismo de Lisboa por ocasião da sessão de lançamento das Estações Náuticas (Fórum Oceano).

No 2.º trimestre, a Docapesca esteve presente na Nauticampo, tendo organizado o espaço Mar XXI.pt, Projeto DiVaM (Portimão), Seminário Pescas (Ílhavo), Ciclo No Fundo Portugal é Mar (Lisboa), Congresso APN (Lisboa), Water Kings (Lagos), Exposição David Melgueiro (Leiria), Conferência Circuitos Curtos de Comercialização (Seixal), Congresso de Ictiologia (Faro), Fragata Hermione (Portimão), celebrações do Dia do Pescador (Olhão), Colóquio de Gastronomia do Mar (Setúbal), Campeonato de Vela Adaptada (Lagos), Vilamoura Boatshow, Feira do Mar (Sines) e GC32 Lagos Cup.

No 3.º trimestre, a Docapesca participou na Apresentação do Livro "Peixes de Portugal" (Lisboa), na Conferência Blue Young Talent (Matosinhos), Oceans Meeting (Lisboa), Seatrade Cruise Med (Lisboa) e na FATACIL (Lagoa) através da presença no espaço expositivo "Amar a Terra" em colaboração com a DRAP Algarve e da realização de 3 ações.

No 4.º trimestre, a Docapesca esteve presente no Biomarine (Cascais), Regata de Portugal (Lisboa), na Viniportugal (Lisboa), Dia Mundial da Alimentação (Lisboa), conferência Blue Summit (Matosinhos), Reunião Portfir (Lisboa), Homenagem aos Velejadores Portugueses (Lisboa), Business 2 Sea (Porto), comemorações do Dia Nacional do Mar (Setúbal), Evento de divulgação da execução intercalar das Estratégias de Desenvolvimento Local (Sesimbra) e na conferência PONG-Pesca (Lisboa).

COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO

Publicações em Órgãos de Comunicação Social

Durante o ano de 2018, foram publicadas 833 notícias sobre a Docapesca, com um índice de favorabilidade (notícias positivas) de 98%, com um ROI estimado em 1.124.193€.

Com o objetivo de sensibilizar o consumidor a procurar mais informação sobre a origem e rastreabilidade do pescado que consome durante a época dos santos populares, em associação ao CCL – Comprovativo de Compra em Lota, realizou-se uma Campanha de Rádio. A campanha foi difundida durante 7 dias, prévio ao Santo António e São João, na Rádio Comercial, RFM, Rádio Festival (Porto), Rádio Foz do Mondego (Figueira da Foz), Rádio 102FM (Peniche), Sesimbra FM, Rádio Sines e Rádio Portimão.

Para além disso, foram realizadas as publicações previstas na Revista de Marinha, Lusopress e na Revista Mútua.

Redes Sociais

O número de seguidores da página de Facebook da Docapesca aumentou 52% face a 2017, atingindo os 6.921 gostos na página. O alcance das publicações no Facebook atingiu 1.381.931 pessoas neste período (+20,3% face a 2017).

Publicações Internas

Em 2018, foram publicadas 29 Agendas e 12 Infolotas.

Medição da Satisfação dos Clientes

Em 2018, foi efetuado o Estudo de Satisfação, destinado aos clientes externos: armadores, comerciantes de pescado, marinas, estaleiros e marítimo-turísticas.

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Circuitos Curtos de Comercialização de Pescado

Na sequência da aprovação da candidatura Mar 2020 deste projeto, o início dos trabalhos ocorreu em Janeiro.

Foi terminado o desenvolvimento da plataforma digital que integra os dois projetos existentes, bem como os restantes que venham a ser criados e que será lançado na apresentação do próximo cabaz a ser implementado. Foi também concluído o Relatório Técnico de sistematização da cadeia de valor do pescado selvagem em Portugal, assim como o modelo de CCCP replicável nas comunidades piscatórias identificadas no âmbito do projeto.

Posteriormente, o projeto será apresentado nestas comunidades com vista à sua implementação efetiva.

LIFE Águeda

O Programa "LIFE", que a Docapesca integrou, através do projeto da Lota Móvel, teve o início dos trabalhos em Outubro de 2017. Neste contexto, foi estabelecido contacto com o Instituto Politécnico de Setúbal, que tem experiência e contactos na adaptação de veículos, com vista ao desenvolvimento do projeto, tendo sido elaborada uma memória descritiva do veículo protótipo.

Durante o 1.º trimestre de 2018, decorreram também reuniões com compradores e armadores, com vista à avaliação do circuito e modelo de funcionamento da lota móvel.

Durante o Peixe em Lisboa, foi dedicado um dia à lampreia e ao sável (duas das espécies-alvo do projeto), tendo o projeto sido apresentado às grandes superfícies convidadas para a iniciativa.

No decorrer do 2.º semestre, foi iniciado e concluído o procedimento de aquisição de serviços para a conceção e fornecimento do veículo protótipo. No 1º trimestre de 2019, será concluída a adaptação do veículo, de forma a iniciarem-se os primeiros testes.

Valormar

O projeto "ValorMar" (Programas Mobilizadores) conta com a participação da Docapesca em duas iniciativas (PPS1 - "Novos produtos de mar, tecnologias e processos para a indústria e mercado" e PPS4 - "Integração da cadeia de valor do pescado"), continua em curso.

A participação da Docapesca nesta fase continua a decorrer conforme previsto. No PPS1, o contributo decorreu ao nível dos estudos preliminares e definição das matérias primas a utilizar no âmbito do projeto. No PPS4, a Docapesca interveio na atividade de mapeamento da cadeia de valor do pescado.

Projeto "A Pesca por um Mar sem Lixo"

Em 2018, o projeto "A Pesca por um Mar sem Lixo" foi implementado em dois portos: Figueira da Foz e Sesimbra.

Na Figueira da Foz, o lançamento ocorreu em 6 de dezembro, contando com 20 embarcações no arranque. Neste porto, o projeto conta com a parceria da ADAPI, Centro Litoral, Figpesca, CM Figueira da Foz, Triu, For-Mar e APLM.

No Porto de Pesca de Sesimbra, o arranque verificou-se em 12 de dezembro, com 37 embarcações aderente e com os seguintes parceiros: AAPCS, ADAPI, Artesanalpesca, Sesibal, CM Sesimbra, JF Castelo, António Gomes Unipessoal e APLM.

Realizaram-se também as reuniões preparativas nos portos de pesca de Setúbal e Póvoa de Varzim, com vista ao início do projeto em janeiro de 2019.

4. Infraestruturas e Modernização de Ativos

INVESTIMENTOS – 2018

I – Descrição Geral

O Plano de Investimentos Correntes e Específicos de 2018 foi executado com o envolvimento das Direções da Sede (Infraestruturas, Informática e Exploração). Os Investimentos Correntes foram executados pelas Direções da Sede e pelas DLPP, dentro das condições estabelecidas.

Os Investimentos Específicos e Correntes previstos e executados em 2018 são os que se apresentam nos quadros seguintes. Os investimentos correntes apresentados são apenas os executados pela Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos. Os Investimentos Específicos são apresentados por Direção de Lotas e Portos de Pesca (DLPP) e são globais.

A taxa de realização financeira global de 52%, sendo 50% a taxa de execução financeira do Plano de Investimentos Específicos e de 75%, a dos Investimentos Correntes efetuados pela DIMA. As percentagens das adjudicações são respetivamente de 73% e 103%.

Handwritten signature and initials.

A – INVESTIMENTOS CORRENTES

A percentagem de realização do Plano de Investimentos Correntes de 2018 que se encontrava atribuído à DIMA era 41%.

No Quadro I apresentam-se, as realizações em Investimentos Correntes realizados pela DIMA em 2018.

QUADRO I - INVESTIMENTOS CORRENTES – 2018

Valores em Euros

Local	Estudos / Obra / Aquisição equipam.	Valor adjudicação
Portimão	Armazenagem de pescado, fabrico e armazenagem de gelo - Lota de Portimão	43.500,00 €
Matosinhos	Beneficiação das estruturas de protecção de acesso das pontes cais 1 e 2	41.936,62 €
Portimão e Sagres	Fornecimento e montagem de gruas	29.500,00 €
Sede	Servidor de voz e equipamentos terminais	28.998,27 €
Sesimbra	Sistema de CCTV para o Porto de Pesca de Sesimbra	24.995,88 €
Sagres	Veículo de transporte com pá carregadora	24.500,00 €
Sesimbra	Substituição de equipamentos frigoríficos	21.851,84 €
Sesimbra	Fornecimento e montagem de sistema de controlo de acessos	20.810,00 €
Diversas Lotas	Aquisição de 24 porta-paletes manuais	20.616,00 €
Portimão	Pavimentação na Zona de Estaleiros Navais - Armazéns Norte	15.789,42 €
Portimão	Fornecimento e montagem de 3 armários de distribuição	13.850,00 €
Peniche	Fornecimento de 2 porta-paletes eléctricos 2000 Kg	12.700,00 €
Diversas Lotas	Supervisão de 30 registadores de temperatura de câmaras frigoríficas	12.497,50 €
Sesimbra	Alterações no tapete transportador	10.980,00 €
Matosinhos	Reparação de escadas de pontes cais	9.650,00 €
Viana do Castelo	Beneficiação de 2 gruas de elevação de carga	8.756,26 €
St. Lúzia	Instalação de módulos para fornecimento de energia nos cais flutuantes	7.400,48 €
Aveiro	Aquisição de 4 balanças	6.160,00 €
Sede	Aquisição de mobiliário de escritório para a DIMA	4.974,00 €
Sede	Aquisição de 2 equipamentos Dlink de 48p	4.962,98 €
Olhão	Aquisição de baterias de condensadores - Instalações da Fingelo	4.939,00 €
Sagres	Fornecimento e montagem de nova lanterna no farolim da Baleeira	4.937,00 €
Matosinhos	Beneficiação das estruturas de protecção de acesso das pontes cais 1 e 2 - Fiscalização	4.900,00 €
Sines	Aquisição de porta-paletes com balança	4.456,40 €
Aveiro	Substituição de grupo frigorífico da lota	4.165,00 €
Aveiro	Fornecimento de máquina de lavagem de alta pressão	3.715,32 €
Matosinhos	Fornecimento e montagem de sistema de CCTV na Fábrica de Gelo	3.495,60 €

Handwritten initials and marks in the top right corner.

Local	Estudos / Obra / Aquisição equipam.	Valor adjudicação
Sesimbra	Apoio de c.civil para instalação de baia de controlo de acesso no cais de descarga	3.450,02 €
Sagres	Aquisição de aparelhos AVAC	3.396,00 €
Matosinhos	Levantamento técnico das escadas e defensas	3.250,00 €
Matosinhos	Aquisição de carros manuais com plataforma elevatória	3.232,50 €
Sesimbra	Montagem de 48 contadores - Armazéns de Aprestos	3.120,00 €
Peniche	Fornecimento e instalação de balança	2.900,00 €
Sesimbra	Fornecimento de cartão de acesso ao sistema de controlo de parqueamento	2.550,00 €
Aveiro e Figueira da Foz	Aquisição de telefones	2.541,41 €
Sede	Fornecimento de material para melhoria da eficiência energética da Sede	2.368,51 €
Sesimbra	Carrinho porta-mangueiras em inox	2.296,00 €
Sede	Fornecimento de contadores e análise. Energia	2.007,95 €
Sagres	Fornecimento e montagem de depósito externo no gerador	1.995,90 €
Portimão	QE dos mecanismos externos ao silo de extração de gelo	1.966,00 €
Setúbal	Aquisição de bateria para empilhador	1.960,84 €
Olhão	Fornecimento de um gravador	1.950,00 €
St. Lúzia	Substituição de toda a rede estruturada da Lota	1.862,00 €
Olhão	Substituição de UPS na Lota	1.855,00 €
Olhão	Montagem de portão da câmara frigorífica	1.550,00 €
Sesimbra	Aquisição de abrigo para o sistema de pagamento do parque de viaturas	1.524,75 €
Setúbal	Fornecimento e instalação de sistema de CCTV	1.444,69 €
Sede	Fornecimento de material	1.399,77 €
Portimão	Fornecimento de carpinadeira Corta-Mato	1.288,00 €
Aveiro	Aquisição de carros manuais com plataforma elevatória	1.077,50 €
Olhão	Fornecimento e montagem de 3 câmaras de CCTV	1.000,00 €
Sagres	Maquina de lavagem de alta pressão	872,65 €
Viana do Castelo	Transporte de duas gruas para Viana do Castelo	850,00 €
Sesimbra	Instalação de telefone na Portaria	801,87 €
Nazaré	Fornecimento de mesa de escolha de pescado	785,00 €
Portimão	Aquisição de aparelho AVAC	747,00 €
Sesimbra	Aquisição de 2 insectocutores	587,60 €
Nazaré	Aquisição de 2 insectocutores	570,70 €
Sesimbra	Montagem de divisória entre câmaras frigoríficas da lota	480,00 €
Portimão	Guarda corpo metálico para plataforma de acesso à casa das máquinas	280,00 €
Setúbal	Substituição de junta de vedação em depósito hidro-pneumático de água salgada	250,00 €
Setúbal	Fornecimento e montagem de uma câmara cctv adicional	246,77 €
Sagres	Fornecimento de cabo elétrico para grua 500 Kg.	225,00 €
Portimão	Substituição parcial da cobertura das UAEP'S	72,20 €

Handwritten signature and initials

B – Investimentos Específicos

A taxa de execução do Plano de Investimentos Específicos foi de 60%.

No Quadro II apresentam-se, as realizações em Investimentos Específicos realizados pela DIMA em 2018.

QUADRO III - INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS 2018

Valores em Euros

Local	Estudos / Obra / Aquisição equipam.	Valor Adjudicação
Tavira	Requalificação do edifício da lota	398.850,00 €
Tavira	Dragagem do Rio Gilão	281.650,00 €
Portimão/Lagos/Sagres	Fornecimento de escadas e defensas de cais	260.659,83 €
Figueira da Foz	Fornecimento e montagem de escadas e defensas de cais	224.899,04 €
Ilha da Culatra	Cais flutuante de apoio à pesca	211.320,00 €
Quarteira	Vedação do porto de pesca de Quarteira	211.000,00 €
Olhão	Reabilitação do quebra mar e passadiços flutuantes do porto de recreio	169.068,00 €
Portimão	Reabilitação das redes de água e eletricidade nas pontes cais	118.784,00 €
Sagres	Cais flutuante de apoio à pesca	112.960,00 €
Faro	Reabilitação do pavimento e revestimento do cais da doca de recreio de Faro	92.813,60 €
Nazaré	Elaboração estudo para o projeto, consultoria e acompanhamento - Melhoria da eficiência energética	74.950,00 €
Arrifana	Substituição de câmara de conservação de pescado, silo e gerador de gelo	64.752,60 €
Peniche	Plataforma flutuante de apoio à pesca artesanal	57.270,00 €
Aveiro	2ª Fase da Remodelação da E.T.A. da Lota de Aveiro	50.529,60 €
Matosinhos	Beneficiação das estruturas de proteção de acesso das pontes cais 1 e 2	50.000,00 €
Ilha da Culatra	Novo cais flutuante e ponte de acesso no Núcleo dos Hangares da Ilha da Culatra	49.860,00 €
Matosinhos	Substituição da iluminação exterior do porto de pesca de Matosinhos	49.300,00 €
Sesimbra	Reabilitação dos armazéns de aprestos, blocos 3 e 4	49.026,47 €
Aveiro	Cais flutuante de apoio à pequena pesca	39.980,00 €
Tavira	Nova cobertura do Cais das Quatro Águas	39.867,50 €
Sines	Fornecimento e montagem de escadas e defensas de cais	39.052,00 €
Culatra	Reabilitação do sistema de amarração do quebra-mar flutuante	30.580,00 €
Portimão	Novas ancoragens submarinas para fixação de defensas - ponte cais 1 e 2	29.897,28 €
Sesimbra	Cobertura e estrutura de apoio para lavagem de nassas	29.520,08 €
Póvoa de Varzim	Substituição da iluminação exterior para LED	29.180,00 €
Matosinhos	Estudo de alternativas de reordenamento do porto de Matosinhos	19.700,00 €
Angeiras	Fornecimento e montagem de unidade de fabrico e armazenagem de gelo	17.667,58 €

Handwritten signature and initials

Local	Estudos / Obra / Aquisição equipam.	Valor Adjudicação
Peniche	Projeto execução para prolongamento do quebra-mar Interior	16.330,00 €
Peniche	Reabilitação de pavimento na zona de arranque do quebra-mar Interior	15.379,50 €
Tavira	Dragagem do rio Gilão - taxa recursos hídricos	14.790,00 €
Vila do Conde	Elaboração projeto de execução para a reabilitação da alagem de embarcações do estaleiro da Azurara	13.200,00 €
Póvoa de Varzim	Substituição de 24 colunas de iluminação	10.042,08 €
Vila Real Santo António	Alteração no cais transfronteiriço de Vila Real de St. António	9.909,97 €
Peniche	Reavaliação do projeto de execução do prolongamento do quebra-mar do porto de Peniche	7.500,00 €
Tavira	Estudos e planos ambientais relativos à dragagem do Rio Gilão	6.000,00 €
Angeiras	Reabilitação do edifício do posto de controlo e transferência de pescado	5.754,59 €
Póvoa de Varzim	Ensaio de caracterização de estrutura de edifício de armazém n.º 1	4.985,00 €
Vila Praia de Âncora	Levantamento topo-hidrográfico no porto de pesca	4.950,00 €
Sagres	Levantamento topo-hidrográfico no porto de pesca da Baleeira	4.950,00 €
Aveiro	Prospecção submarina às fixações das defensas das pontes estacionamento 1 e 2	4.950,00 €
Portimão	Recuperação de defensas cilíndricas de borracha das pontes cais n.ºs. 1 e 2	4.940,00 €
Sesimbra	Fornecimento e montagem de vedação e portões no acesso à ponte cais n.º 2	4.933,30 €
Sesimbra	Projeto de infraestruturas para construção de parque de estacionamento	4.600,00 €
Alcoutim	Manutenção do cais de Alcoutim	4.020,00 €
Figueira da Foz	Fornecimento e montagem de escadas e defensas de cais - Fiscalização	3.500,00 €
Costa da Caparica	Projeto de execução - reabilitação da lota	3.250,00 €
Figueira da Foz	Projeto de execução de vedação e guarita da área concessionada	3.150,00 €
Lagos	Fornecimento e montagem de 2 lanternas autónomas de sinalização canal de Lagos	3.118,00 €
Peniche	Levantamento topo hidrográfico	2.700,00 €
Angeiras	Máquina de gelo	2.514,40 €
Portimão	Armazenagem de pescado fresco, fabrico e armazenagem de gelo - fornecimento e montagem de porta corta fogo	2.394,60 €
Tavira	Dragagem do Rio Gilão - componente ambiental do caderno de encargos	2.000,00 €
Figueira da Foz	Desmontagem e fornecimento de escadas metálicas	1.785,00 €
Sines	Fornecimento de corrente para defesa	1.665,00 €
Portimão	Reparação de danos em instalações solares	1.650,00 €
Setúbal	2ª Fase da remodelação da E.T.A. da lota de Setúbal - apoio técnico	1.498,00 €
Aveiro	2ª Fase da remodelação da E.T.A. da lota de Aveiro - apoio técnico	1.260,00 €
Olhão	Extração de carores em laje de pavimento da lota	1.190,00 €
Lagos	Estendal de redes - levantamento topográfico	900,00 €
Matosinhos	Alteração da iluminação exterior - alterações	832,00 €
Tavira	Descativação de equipamentos frigoríficos	815,00 €
Faro	Serviços de acessória ao projeto de dragagens da Doca de Faro	500,00 €
Faro	Levantamento topo-hidrográfico e cálculo de volume de dragados - Cais das Portas do Mar	415,00 €
Sesimbra	Levantamento topográfico - parque estacionamento	400,00 €
Arrifana	Pintura das tubagens não revestidas com isolamento	321,00 €
Póvoa de Varzim	Aluguer de equipamento de elevação de apoio à execução de ensaios armazém n.º 1	238,00 €

✕
✕
li

5. Informática

Em 2018 foram realizadas as seguintes atividades por esta direção:

- Implementação de painéis de visualização de pescado em algumas lotas;
- Implementação de leilão eletrónico de pescado na Lota de Angeiras;
- Apoio ao Sistema Lota Digital;
- Apoio e definições ao Sistema de Leilão Online por telemóvel;
- Instalação de novos servidores de leilão em algumas lotas;
- Apoio as lotas da Região Autónoma da Madeira;
- Apoio a definição para o novo Sistema de Leilão Eletrónico;
- Apoio a instalação de telefones com IP;
- Apoio a configuração de rede e nova Firewall;
- Desativação e realojamento do equipamento informático e comunicações da lota de Tavira;
- Migração do servidor DRH para CLOUD;
- Reinstalação dos equipamentos da lota da Figueira da Foz devido a tempestade Leslie;
- Apoio aos utilizadores.

F
BA
S

6. Exploração

FILEDOC (Sistema de Gestão da Documentação)

A DEXP, na qualidade de responsável pela receção dos documentos, externos e internos, que diariamente dão entrada e saída na sede da empresa, efetua, para além dos registos de toda a correspondência, a sua separação (por áreas - Direções), digitalização e classificação, procedendo, posteriormente, depois de introduzido no sistema de gestão documental, à sua distribuição junto dos destinatários (exceto no caso das direções de lotas).

No período de 2018 foram rececionados e distribuídos às diferentes direções mais de 8 mil documentos.

CONFERÊNCIA E LANÇAMENTO FUNDO DE MANEIO INTERNO

No período do exercício em análise foram efetuados movimentos de caixa de reduzido valor (pagamentos a fornecedores), movimentos que se referem a aquisições de bens e serviços efetuadas por trabalhadores da sede, que recorrem a esta direção para obtenção das verbas necessárias à execução das operações pretendidas. Esta movimentação de fluxos financeiros totalizou o valor de € 3.736,60.

SERVIÇO DA PORTARIA

No 1.º trimestre de 2018 verificou-se uma alteração no serviço de portaria da sede da empresa, dado que o seu funcionamento e controlo deixou de ser prestado por trabalhadores dos serviços centrais e passou a ser executado por uma entidade externa, em resultado de um Concurso Público iniciado no final de 2017. Com esta alteração verificou-se uma melhoria dos serviços internos realizados por esta direção, dado que permitiu libertar um trabalhador para a realização de outras funções/tarefas, nomeadamente para o sistema de gestão documental e apoio ao controlo administrativo dos contratos de transferência de pescado e de abastecimento.

GESTÃO DA FROTA AUTOMÓVEL

Os procedimentos de controlo e gestão da frota automóvel sofreram algumas melhorias face ao passado, face à introdução de novas ferramentas de controlo, destacando-se, em particular, o controlo das atividades adiante designadas. No início do ano em análise houve também uma alteração no fornecedor de combustíveis, em resultado do concurso público realizado no final de 2017.

Principais atividades desenvolvidas nesta matéria:

- O registo de quilómetros percorridos pelas viaturas a nível nacional;
- O registo dos litros e dos valores monetários consumidos;
- O registo e acompanhamento das revisões e inspeções dos veículos da sede;
- O registo das deslocações efetuadas pelos trabalhadores com recurso aos veículos de serviço da sede, bem como outras eventuais ações que se revelaram úteis para o controlo e gestão atrás referidos.

[Handwritten signature and initials]

A Docapesca é, no presente momento, proprietária de 30 viaturas automóveis e dois motociclos, e é locatária de 8 viaturas.

Do total das 38 viaturas atrás referidas, 34 encontram-se no ativo e 4 encontram-se inoperacionais, das quais duas se encontram já em processo de abate (uma nos Serviços Centrais e uma na DLPP Algarve).

No decorrer do período em análise, registaram-se 603 utilizações das viaturas de serviço na Sede da Empresa (para deslocações), pelos elementos das diversas Direções da Sede, totalizando 147.849 Km percorridos, de norte a sul do país.

No que concerne ao consumo de combustível, em termos nacionais, e no que aos abastecimentos com novos cartões Repsol diz respeito, foram consumidos, em todo o ano de 2018, qualquer coisa como 44.242,38 litros de combustível, cujo valor de aquisição se cifrou em 57.823,23 €, tendo-se percorrido (de acordo com a contagem efetuada) um total de 776.006,20 Km, perfazendo uma média de 5,70 lt/100km gastos por viatura.

SERVIÇO DE TRANSPORTE DE BENS E CORREIO

Relativamente a estes serviços, esta direção foi reforçada em 2018 com a chegada de um novo motorista, em regime de acordo de cedência de interesse público, continuando responsável pelo transporte de bens / equipamentos / cartas / documentos, entre outros.

No ano de 2018 foi contratado o serviço de recolha das cartas aos próprios serviços dos CTT, o que veio melhorar o serviço interno.

Entretanto, no decorrer do 4.º trimestre de 2018 foi adjudicada a aquisição de 4 novas máquinas de franquear (sendo uma delas para a sede) para substituir as existentes no seio da empresa, que iriam ficar obsoletas em 31 de Dezembro de 2018.

AMBIENTE

Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

No que concerne ao Sistema de Gestão Ambiental, foi iniciada a sua atualização e revisão no decurso do segundo trimestre, que tem como principais objetivos, por um lado, a sua conformidade com as alterações introduzidas pela Norma ISO 14 001:2015 e da legislação de âmbito ambiental, e por outro, a sua adequação à nova realidade da empresa nas funções de autoridade portuária.

Quanto às obrigações legais em matéria de ambiente, elaborou-se, no 1.º trimestre de 2018, o Mapa Anual de Registo de Resíduos referente ao ano de 2017, que permitiu obter a caracterização e quantificação dos resíduos produzidos nos vários estabelecimentos da empresa e a inclusão desta informação no Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILIAMB), bem como, a entrega da Declarações sobre as embalagens colocadas no mercado em 2017 pela empresa (caixas de esferovite e sacos para o embalamento de gelo) efetuada também através do SILIAMB.



Gestão de resíduos

No que concerne à gestão de resíduos na empresa, esta é garantida de duas formas:

- Diretamente pela Docapesca, quando se tratem de resíduos provenientes do abate de veículos, máquinas e equipamentos do imobilizado da empresa; e
- Indiretamente, através das empresas contratadas ao exterior, no âmbito da prestação dos serviços de limpeza e gestão de resíduos, sendo esta gestão aplicável aos resíduos produzidos nos Portos de Pesca e que decorrem das atividades aí desenvolvidas, quer as da Docapesca, quer as dos seus clientes.

Cumprindo-se o que vem sendo prática em matéria de gestão de resíduos, no caso dos geridos diretamente pela Docapesca, no que diz respeito ao período em análise, efetuaram-se vários encaminhamentos de resíduos para operações de valorização, permitindo-se assim, por um lado, a reciclagem das matérias e a redução dos efeitos nefastos para o ambiente, e, por outro, um proveito económico para a empresa.

De entre os resíduos encaminhados para valorização destacam-se (decorrente da finalização do processo de encaminhamento anual, a nível nacional), as caixas de acondicionamento de pescado que se encontravam inoperacionais (degradadas/partidas) em todas as lotas e postos de vendagem, bem como vários equipamentos de escritório e diverso material informático, nestes casos, existente na sede da empresa, e que permitiu uma libertação e uma melhoria dos espaços em questão.

No segundo trimestre foi iniciado um processo de contratação de serviços externos para o encaminhamento de várias tipologias de resíduos que se encontravam armazenados nas instalações dos portos de pesca de Portimão, e de Olhão, processo efetuado no seguimento do levantamento do imobilizado da empresa para abate preconizado pela direção financeira. Este processo foi efetivado já no decurso do 3.º trimestre, tendo-se igualmente iniciado o processo de reencaminhamento de vários resíduos existentes no porto de pesca da Nazaré. O processo referente ao encaminhamento de resíduos na Nazaré ficou finalizado no último trimestre do ano.

Foi também realizado no 4.º trimestre de 2018 o encaminhamento de gasóleo impróprio para consumo, decorrente da desativação do posto de combustível da Póvoa de Varzim.

Gestão de Recursos hídricos

No sentido de dar continuidade à realização das análises às águas residuais do Porto de Pesca de Matosinhos, e da ETAR de Vila Nova de Milfontes, incluídas no anterior contrato para a prestação dos serviços de análises no âmbito da Segurança Alimentar e Ambiente, foi efetuado um novo procedimento de contratação pública no ano de 2017, em coordenação com o Departamento de Segurança Alimentar e Certificação, que resultou num contrato com a empresa Controlvet, S.A., ficando assim garantida a prestação destes serviços até 31/12/2019.

Aquisição de Serviços e Novos Equipamentos

No âmbito da aquisição de novos equipamentos (para a gestão de resíduos) foi efetuado, no decorrer do 2.º trimestre (conforme previsto no relatório anterior), a verificação das necessidades inscritas no PIC de 2018, tendo sido adquiridos 8 contentores para colocação dos RSU, para os Portos de Pesca de Peniche e da Nazaré. De igual modo, foi iniciada a contratação de bacias de



retenção para produtos químicos, a serem utilizados nas lotas do Algarve, bem como a contratação para aquisição das caixas que servem de vasilhame na Docapesca (neste caso para todas as delegações), nas quantidades adiante referidas.

- Caixas Laranjas = 36.475
- Caixas Brancas = 3.000
- Caixas Azuis = 2.850

Dando continuidade às aquisições previstas no PIC para 2018, no terceiro trimestre foram elaborados os procedimentos para aquisição de 10 equipamentos para a deposição de óleos usados (oleões) e para a aquisição de equipamentos de estiva em plástico (paletes, dornas para acondicionamento de gelo, etc.), a serem utilizados nos portos de pesca de Matosinhos e do Sul. Finalmente, no 4.º e último trimestre de 2018, foi adquirido e distribuído calçado para todos os trabalhadores da área de exploração das lotas, diretamente ligados à 1.ª venda de pescado, tendo ainda sido elaborada toda a documentação processual, para a abertura de concurso público, referente à aquisição de vestuário de trabalho para todos os trabalhadores da empresa que a "ele" têm direito.

Sustentabilidade

No âmbito do Relatório de Sustentabilidade, e após realizada a reunião de arranque dos trabalhos, que contou com a participação do Conselho de Administração, foi oficializado o novo grupo de trabalho para a temática da sustentabilidade, e contratada uma entidade externa para o apoio na elaboração do Relatório referente ao biénio 2015-16. Este relatório foi concluído no decurso do ano de 2018.

COMPRAS

Requisições

No decurso do ano de 2018, foram registadas na DEXP a entrada de 540 requisições internas, enviadas pelas diversas unidades orgânicas da empresa, para fornecimento de diversos materiais de economato, entre muitos outros bens que a DEXP vem agora contratualizando através de novos concursos públicos, e que visam garantir, na íntegra, o cumprimento do CCP, em particular visa evitar as eventuais aquisições com valor superior a € 20.000 por fornecedor, em cada 3 anos (o tal valor limite para os designados Ajustes Diretos).

Plataforma eletrónica de Contratação Pública

A utilização da plataforma eletrónica de contratação pública implica diversos procedimentos, exigentes, rigorosos e de grande responsabilidade, tendo a DEXP um papel determinante nesta matéria, em virtude da Área de Compras da Docapesca (em termos globais) estar afeta a esta Direção. Destacam-se, entre outros, os seguintes procedimentos/tarefas:

- Criação de anúncios eletrónicos na plataforma da INCM para os Concursos Públicos publicitados no Diário da República Eletrónico;

ET
F
S'

- Elaboração de Cadernos de Encargos e dos Programas de Concurso para a aquisição de Bens de Consumo, de Imobilizado, e de Serviços (vigilância e Limpeza), documentos que, depois de elaborados, são validados pelo Gabinete jurídico e são, posteriormente, aprovados pelo Conselho de Administração, antes de serem lançados na plataforma;
- Abertura dos Procedimentos com a introdução das peças no Portal da Vortal;
- Análise das propostas dos Concorrentes;
- Elaboração dos Relatórios Preliminar e Final;
- Elaboração da carta de Adjudicação e da Minuta do Contrato a celebrar com os Vencedores.

No período em referência neste relatório, a DEXP preparou/realizou 44 procedimentos de contratação pública, conforme adiante referido: 11 Ajustes Diretos Simplificados, 6 Ajustes Diretos, 20 Concursos Públicos e 7 Consultas Prévias.

Portal BaseGov

A Direção de Exploração (em nome da Direção Financeira, através da colega Branca) regista, lança e faz o relatório de execução de todos os procedimentos de contratação pública realizados no seio da Empresa; quer se apresentem sob a forma de ajustes diretos, consultas prévias, ou concursos públicos.

No ano de 2018, até à elaboração do presente relatório, foram publicados no BASEGOV:

- Concursos Públicos – 57
- Ajustes Diretos – 65
- Consultas Prévias - 47
- Relatórios de Execução – 68

COMUNICAÇÕES REDE MÓVEL DE VOZ E DADOS (BANDA LARGA)

O valor contabilizado em 2018, no que às comunicações móveis diz respeito, foi igual a 6.920,48€ (dos quais 5.107,64€ dizem respeito às comunicações através dos telemóveis; 1.585,71€ dizem respeito às comunicações via PEN's; e 227,13€ às centrais telefónicas).

Tendo em consideração o valor anual contratualizado para o triénio 2018-2020 que é de 7.368,00€, temos um consumo real (no que ao ano de 2018 diz respeito) inferior ao valor estabelecido no contrato (- 447,52€).

CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE PESCADO

Com as alterações introduzidas pela Autoridade Tributária (AT) na circulação de mercadorias, a Docapesca, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81/2005, enquanto entidade responsável pela primeira venda de pescado, elaborou, no decurso do período em análise, 38 novos contratos com os Armadores/Pescadores para, em substituição destes, efetivar a transferência de pescado descarregado num determinado porto para ser vendido em local diferente do da descarga.

CONTRATOS DE ABASTECIMENTO DIRETO DE PESCADO

Handwritten initials and marks in the top right corner, including a large 'A' and 'S'.

Durante o período em análise todos os contratos celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81/2005, e rececionados na Docapesca, enviados e homologados pela DGRM, foram sujeitos a verificações, e, posteriormente, enviados para as respetivas Direções de Lotas, encontrando-se inseridos em ficheiro disponível na pasta pública para consulta. Em 2018 verificou-se, face ao sucedido em igual período do ano anterior, um aumento do número de contratos (+ 34 no total).

CONTRATAÇÃO DE OBSERVADORES DE PESCA

Zona NAFO

No âmbito das pescarias Nacionais realizadas nesta zona de pesca, foram efetuadas 24 solicitações para disponibilização de observadores de pesca, tendo a Docapesca conseguido corresponder a todas elas ao abrigo do contrato que estabeleceu com a Seaexpert (vencedora do último concurso público). Relativamente a este serviço (suportado pelo novo contrato) importa realçar que a empresa pagou ao(s) fornecedor(es) dos Observadores de pesca requisitados a quantia de 184.242,80€, e que foram cobrados, pela Docapesca, aos Armadores que solicitaram os Observadores, verbas no valor de 237.104,00€. No entanto, convém igualmente esclarecer que foi ainda enquadrado (na contabilização referente ao 1.º trimestre) o regresso de duas embarcações que se encontravam na zona NAFO desde o ano de 2017, com os respetivos observadores contratados à empresa que nesse ano prestava este serviço, a Promarinha, serviço que teve como custos 13.350,75€ e receitas 15.330,00€.

Zona CEEAF

No que concerne às pescarias realizadas na Zona CEEAF houve, em todo o ano de 2018, houve apenas uma solicitação, por parte do Armador Mateus & Nuno, Indústria de Pesca Lda., para disponibilização de Observador para esta zona de pesca, para a sua embarcação Porto Dinheiro, com data de partida a 25-06-2018 e regresso a 08-07-2018, representando um custo de 1.339,00, e uma receita de 1.430,00€, o que dá um proveito de 91,00€.

Atum Rabilho

Tal como o esperado, no início do mês de maio começaram as solicitações, por parte das empresas Tunipex e Real Atunara, para a requisição dos serviços de Observação de Atum Rabilho para as respetivas Armações: Tunipex, da primeira, e Barril e Santa Maria, da segunda.



CARTÃO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

No decurso do período em análise, verificaram-se os seguintes consumos de combustível, relativamente a todas as viaturas da Docapesca, através da utilização do cartão Repsol:

	QUANTIDADE EM LITROS	MONTANTE EM EUROS
2018	44.242,38	57.823,23 €

Convém referir que o valor estimado para os consumos, neste ano de 2018 e que serviram de base à elaboração do OE para 2018, eram de 60.000,00€, pelo que os consumos reais se encontram com um desvio favorável face aos valores orçamentados, igual a 2.176,77€, valor que se deve considerar como extraordinário, tendo em consideração o aumento do valor do combustível, situação que, como sabemos, a Empresa não pode controlar, e o aumento das intervenções dos técnicos nas várias Delegações Nacionais.

COLABORAÇÃO INSTITUCIONAL

A DEXP manteve durante todo o ano de 2018 uma relação estreita com as entidades oficiais (externas) que coordenam, vistoriam e auditam os nossos estabelecimentos, e que conosco colaboram noutras áreas, nomeadamente com a DGRM, a DGAV a ASAE, e as autarquias. Para além disso, a direção também colaborou (colabora) com as unidades orgânicas, colaboração que aumentou significativamente em 2018, sendo um bom exemplo disso, a participação das no grupo da Certificação das lotas e no grupo do relatório da Sustentabilidade (agora também na Certificação das Lotas). Para além disso temos, com elevada frequência, a receção e o envio, para os colegas das DLPP, de todos os despachos e notificações emitidos pela DGRM e pelo IPMA, cujas matérias têm diretamente a ver com temáticas referentes à primeira venda de pescado, acrescido da elaboração de nova requisição interna (que visou a facilitação do trabalho do pessoal das delegações) e do controlo dessas requisições a nível Nacional.

A
E
L

7. Financeira

A Docapesca apresenta uma estrutura funcional de apoio à receção e venda em lota do pescado descarregado nos portos de pesca do continente, que se caracteriza pela exploração e manutenção de infraestruturas, implantadas em terrenos do domínio público, destinada a garantir o apoio às atividades da pesca. As lotas estão dimensionadas para garantir a descarga das embarcações, assumindo, por este motivo, custos fixos de exploração. Neste contexto, um aumento das quantidades descarregadas e vendidas, se enquadrado na capacidade instalada, não origina acréscimos de encargos. O contrário, por igual motivo, também não permite poupanças significativas.

Para dar cobertura a estes custos fixos e indispensáveis, ainda que objeto de esforço continuado na sua contenção, a Docapesca cobra taxas pelos serviços prestados, fixadas pelo Governo, em percentual sobre o valor do produto bruto do pescado vendido em lota. A rigidez deste modelo económico de exploração das lotas coloca em evidência o valor do pescado transacionado em lota como fator decisivo para a formação dos resultados de exploração.

Todavia, o valor do pescado transacionado em lota é dependente de fatores exógenos à Empresa, relacionados com condicionantes biológicas, climatéricas e comportamentais por parte da frota de pesca. Dentro da sua esfera de ação, a Empresa procura fomentar o incremento das quantidades de pescado descarregadas para venda, atendendo aos limites de capturas em vigor, e criar as melhores condições para a sua valorização através da promoção institucional de espécies de pescado de elevado valor nutricional, mas com reduzido preço formado em lota, assim como promove uma forte concorrência por parte dos compradores em lota.

No exercício de 2018, a atividade das embarcações de pesca registou um aumento, contrariando a tendência que se vinha a registar desde 2011. A comparação do ano em análise com o ano transato revela um acréscimo de 4,0 mil toneladas (mais 4,2%) nas quantidades apresentadas para venda em lota, potenciado pelo aumento do preço médio em 0,9%, o que acabou por se traduzir num acréscimo global de 5,1% no valor do pescado transacionado (mais 10,0 milhões de euros). Os rendimentos por serviços prestados, obtidos pela aplicação das taxas cobradas na primeira venda de pescado em lota e diretamente relacionados com o valor de pescado transacionado registaram um acréscimo de 645 mil euros, quando no ano transato de 2017 haviam decrescido 571 mil euros.

Com a publicação e conseqüente entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, a Docapesca assumiu funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio sob a anterior jurisdição do IPTM, IP.

A Docapesca passou, assim, a assegurar a gestão portuária e dominial das áreas anteriormente afetadas ao IPTM, competindo-lhe, nomeadamente, garantir a segurança dos acessos marítimos às infraestruturas portuárias, o acesso em segurança de pessoas e bens às zonas portuárias e nas pontes-cais de apoio à pesca e transporte fluvial e potenciar a utilização das áreas e espaços existentes na área de jurisdição portuária para os diferentes usos compatíveis com a missão da empresa.

Embora não tendo sido concluída durante o exercício de 2018 a integração de saldos de clientes e fornecedores do IPTM, dado o processo de fecho e certificação das contas daquele Instituto não ter permitido a conclusão do processo sem intervenção por avaliação externa, a Docapesca garantiu o exercício das competências adquiridas.

Em termos de resultados líquidos, as atividades da empresa traduziram-se num ano positivo em 2018 em cerca de 1.56 milhões de euros.

Ao nível dos Fluxos de Caixa, o ano de 2018 salienta-se, tal como o ano imediatamente anterior, pelo arranque de um novo quadro comunitário ao nível dos subsídios ao investimento não reembolsáveis, que acarreta o desfasamento nos primeiros anos de vigência em relação ao investimento realizado, que se manteve ao nível do ano anterior (3,94 milhões de euros em comparação com os 3,81 de 2017). O recebimento de 0,87 milhões de euros em subsídios não reembolsáveis, em comparação com os 0,45 do ano anterior, não sendo determinante, contribuiu para que a evolução na tesouraria pudesse apresentar um excedente ainda superior ao que resultou do crescimento dos fluxos recebidos das atividades operacionais. Este excedente, variação positiva no ano de 3,2 milhões de euros, reforça a tesouraria e permite enquadrar o esforço de investimento que se projeta para o futuro próximo sem recurso a endividamento externo.

O balanço da Docapesca apresenta, em 31 de dezembro de 2018, capitais próprios positivos no montante de 16,45 milhões de euros que comparam com os 15,16 milhões de euros de 2017 e os 14,46 milhões de euros de 2016, representando a consolidação da evolução positiva após a inversão gerada pelas alterações decorrentes da fusão por incorporação/integração do IPTM.

Handwritten signature and initials.

8. Segurança e Manutenção

APRESENTAÇÃO

A Direção de Apoio e Manutenção foi criada em 1 de janeiro de 2018. Entretanto, em reunião do Conselho de Administração de 26 de novembro de 2018, foi decidido extinguir a Direção de Apoio e Manutenção (DAM) e criar a Direção de Segurança e Manutenção (DSM), mantendo as suas anteriores competências e acrescentando novas relacionadas com a temática da segurança das infraestruturas.

INVESTIMENTOS 2018 – DESCRIÇÃO GERAL

O Plano de Investimentos Específicos foi executado com o envolvimento das Direções da Sede. O Plano de Investimento Correntes de 2018 foi executado pelas Direções da Sede e pelas DLPP, dentro das condições estabelecidas.

As despesas com intervenções de conservação e reparação foram executadas maioritariamente pela DAM e pelas DLPP, apresentando-se neste relatório apenas as da responsabilidade da DAM, as quais foram realizadas através de meios próprios ou recorrendo a contratação pública de bens e, ou, serviços.

Plano de Investimentos Correntes

Os Investimentos Correntes previstos e executados em 2018, da responsabilidade da DAM, são os que se apresentam no Quadro I.

Quadro I – Mapa-resumo de Investimento Correntes 2018 da responsabilidade da DAM

DLFP	Realização Previsional	Realização Efetiva	Realização Efetiva em %	Outros investimentos não previstos
Norte e Matosinhos	175.000,00 €	39.428,00 €	22,53%	8.903,00 €
Centro Norte	45.456,00 €	40.928,00 €	90,03%	29.952,00 €
Centro	74.000,00 €	73.924,00 €	99,90%	9.045,00 €
Centro Sul	64.700,00 €	55.496,00 €	85,77%	0,00 €
Algarve	266.600,00 €	211.612,00 €	79,37%	0,00 €
Total	625.756,00 €	421.386,00 €	67,34%	47.900,00 €

O Quadro I revela uma taxa de realização global de 67,3%. Regista-se que à exceção da DLPPNM, todas as DLPP apresentam uma taxa de execução igual ou superior e 80%.

No Quadro II apresenta-se a listagem de intervenções em Investimentos Correntes realizadas pela DAM em 2018.

Handwritten signature and initials

Quadro II - Listagem de intervenções em Investimentos Correntes

LOCAL	DESIGNAÇÃO	VALOR
PÓVOA DE VARZIM	Aquisição de 3 aparelhos AVAC para gabinetes	1.777,80 €
MATOSINHOS	Aquisição de Serviços de limpeza do muro e gradeamento entre o porto de pesca e a Rua Heróis de França.	790,00 €
MATOSINHOS	Reabilitação de fachada do mercado e do muro do porto de pesca de Matosinhos	9.192,00 €
MATOSINHOS	Aquisição de bomba de captação de água salgada em ferro fundido.	4.242,70 €
MATOSINHOS	Aquisição de batena para empilhador da lota	2.882,99 €
AVEIRO	Aquisição de compressor de sistema de refrigeração de silo na fábrica de gelo	3.450,00 €
AVEIRO	Aquisição e substituição de conjunto de aparelho de ar condicionado. 12 kBTu/h	830,00 €
AVEIRO	Aquisição de telas para tapete transportador de peixe	1.237,20 €
AVEIRO	Fornecimento e montagem de autómato no quadro elétrico na central de distribuição de água salgada.	727,88 €
MIRA	Reabilitação do pavimento do edifício da lota de Mira	4.889,18 €
FIGUEIRA DA FOZ	Remodelação da tubagem de água doce na fábrica de gelo	3.783,35 €
FIGUEIRA DA FOZ	Aquisição de 3 motoredutores para a fábrica de gelo da Figueira da Foz.	7.182,70 €
FIGUEIRA DA FOZ	Requalificação dos balneários basculinos e serviços administrativos.	24.400,17 €
FIGUEIRA DA FOZ	Requalificação da linha de transportadores de venda de pescado - Novo Q.E.do tapete	4.900,00 €
FIGUEIRA DA FOZ	Requalificação da linha de transportadores de venda de pescado - aquisição de roletos para os tapetes	4.179,40 €
FIGUEIRA DA FOZ	Requalificação da linha de transportadores de venda de pescado - aquisição de 3 Motores para tapete	4.135,50 €
FIGUEIRA DA FOZ	Aquisição de 4 chumaceiras em Inox para remodelar o tapete transportador	352,08 €
FIGUEIRA DA FOZ	Aquisição de 4 chumaceiras em Inox/ pvc para remodelar o tapete transportador	204,48 €
FIGUEIRA DA FOZ	Aquisição de rebarbadora e berbequim	135,00 €
FIGUEIRA DA FOZ	Requalificação da linha de transportadores de venda de pescado - Trabalhos especializados de serralharia	4.980,00 €
FIGUEIRA DA FOZ	Requalificação da linha de transportadores de venda de pescado - Telas para serem montadas no tapete	1.993,97 €
FIGUEIRA DA FOZ	Aquisição de 4 chumaceiras em Inox para remodelar o tapete transportador.	319,20 €
FIGUEIRA DA FOZ	Aquisição de esteira para cabos elétricos em PCV perfurada com tampa	542,70 €
FIGUEIRA DA FOZ	Aquisição de compressor de ar comprimido, transmissão por correias e depósito 50 litros para a central de distribuição de água salgada	400,00 €
NAZARÉ	Aquisição de termoacumulador	69,47 €

LOCAL	DESIGNAÇÃO	VALOR
NAZARÉ	Aquisição de termoscumulador 10Litros - Sala de higienização	67,99 €
NAZARÉ	Substituição de equipamentos frigoríficos de arrefecimento do silo de gelo lota de Nazaré	5.110,00 €
PENICHE	Aquisição de 13 escadas para os cais do porto de Peniche	4.745,00 €
PENICHE	Aquisição de portão para a oficina de manutenção	3.000,00 €
PENICHE	Aquisição de termoscumulador para balneário (armazém n.º 18)	300,00 €
MATOSINHOS	Reparação de tubo de escape da viatura da DLPPN e Matosinhos	35,00 €
PENICHE	Reabilitação da retenção marginal do Cais das Gaivotas no porto de Peniche	6.375,00 €
PENICHE	Aquisição de compressor novo p/ câmara frigorífica Nº1	1.330,00 €
PENICHE	Aquisição de balança	2.900,00 €
PENICHE	Reparação do pavimento - zona de passagem de empilhadores.	3.216,30 €
PENICHE	Requalificação do pavimento da área envolvente aos gabinetes de apoio à atividade marítimo-turística do porto de Peniche	9.985,00 €
PENICHE	Reabilitação de 8 estacas do passadiço flutuante do núcleo da atividade marítimo-turística do porto de Peniche	19.599,19 €
PENICHE	Reabilitação de 8 estacas do passadiço flutuante do núcleo da atividade marítimo-turística do porto de Peniche (serv.complem.)	6.750,00 €
ERICEIRA	Aquisição de 23 contadores de energia elétrica para os armazéns de aprestos do porto da Ericeira	979,05 €
ERICEIRA	Aquisição de eletrobomba para estação elevatória de esgotos do porto da Ericeira	1.487,00 €
COSTA DA CAPARICA	Aquisição de bomba dosadora para a lota de Costa da Caparica	585,00 €
SESIMBRA	Beneficiação das câmaras frigoríficas da lota - porto de pesca de Sesimbra.	3.318,00 €
SESIMBRA	Execução de trabalhos no âmbito da Certificação com a Norma ISO 22000 da lota de Sesimbra	17.620,00 €
SESIMBRA	Melhoria das condições de higiene no balneário masculino e armazém de limpeza da lota de Sesimbra	4.963,40 €
SETÚBAL	Aquisição de grupo frigorífico para câmara de conservação de pescado da lota de Setúbal	4.950,00 €
SAGRES	Fornecimento e montagem de escadas metálicas na ponte-cais sul do porto de Sagres	43.850,00 €
LAGOS	Requalificação do pavimento da área envolvente ao depósito de água salgada do porto de Lagos	9.020,00 €
RIO ARADE	Remoção do teto falso e replicação de luminárias	2.130,00 €
QUARTEIRA	Desmontagem e recolocação do tapete da lota de Quarteira	9.360,00 €
SANTA LUZIA	Execução de fornecimento de energia elétrica aos cais flutuantes do porto de pesca de Santa Luzia	7.400,48 €
TAVIRA	Instalação de equipamento flutuante no cais n.º 2 da ilha de Tavira	59.840,00 €

Plano de Investimentos Específicos

Os Investimentos Específicos executados em 2018 pela DAM, são os que se apresentam no Quadro III.

Handwritten marks and initials in the top right corner.

Quadro III – Lista de intervenções em Investimento Especificos 2018 executadas pela DAM

LOCAL	DESIGNAÇÃO	VALOR
QUARTEIRA	Empreitada de pavimentação da zona do estendal de redes do porto de pesca de Quarteira	17 501,19 €
QUARTEIRA	Limpeza, remoção de materiais e depósito em aterro (área estendal de redes) - porto de pesca de Quarteira	3 320,00 €
QUARTEIRA	Ensaio de provetes para verificação da resistência pavimento da lota de Quarteira	85,50 €
QUARTEIRA	Reabilitação do pavimento e revestimento da lota de Quarteira	74 862,22 €
SANTA LUZIA	Execução de campanha de amostragem e de ensaios de laboratório para caracterização físico-química de sedimentos do porto de pesca de Santa Luzia	4 985,00 €
SANTA LUZIA	Fiscalização e CSO da empreitada de dragagem de manutenção do porto de pesca de Santa Luzia	3 040,00 €
SANTA LUZIA	Dragagem de manutenção do porto de pesca de Santa Luzia - taxa de recursos hídricos	748,00 €
SANTA LUZIA	Dragagem de manutenção do porto de pesca de Santa Luzia - taxa de recursos hídricos	154,61 €

Orçamento de Exploração

Os valores totais das despesas relativas ao Orçamento de Exploração - contas de conservação e reparação, são os que se apresentam no Quadro IV.

Quadro IV – Mapa-resumo de despesas em Orçamento de Exploração – contas de conservação e reparação

DLPP	CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO
Norte e Matosinhos	€ 56 886,00
Centro Norte	€ 90 227,00
Centro	€ 26 503,00
Centro Sul	€ 88 311,00
Algarve	€ 114 678,00
Total	€ 376 605,00

9. Estatística

Q - I DELEG e POSTOS	ANO 2017			ANO 2018		
	kg	euros	€/kg	kg	euros	€/kg
NORTE	3.091.565	9.460.686	3,06	2.967.149	10.272.449	3,46
Viana do Castelo	1.494.040	3.664.505	2,45	1.489.287	4.087.073	2,74
Caminha	44.941	887.877	19,76	47.824	823.206	17,21
Esposende	56.797	226.354	3,99	50.169	201.942	4,03
V. Praia de Áncora	119.794	323.658	2,70	108.118	278.468	2,58
Castelo de Neiva	291.712	1.700.378	5,83	257.570	1.808.672	7,02
Apúlia/Fão	13.535	34.339	2,54	15.541	60.806	3,91
Póvoa de Varzim	933.804	2.304.988	2,47	896.048	2.716.056	3,03
Vila Chã	12.484	56.810	4,55	11.363	56.597	4,98
Vila do Conde	124.458	261.776	2,10	91.231	239.629	2,63
MATOSINHOS	16.280.791	23.275.960	1,43	19.548.471	27.224.700	1,39
Matosinhos	16.075.632	22.913.278	1,43	19.476.548	26.907.098	1,38
Angeiras	43.184	178.772	4,14	31.724	180.297	5,68
Afurada	4.714	35.165	7,46	3.291	26.817	8,15
Esmoriz	0	0	0,00	0	0	0,00
Aguda	4.290	40.944	9,55	4.512	39.420	8,74
Espinho	148.779	67.859	0,46	29.126	26.602	0,91
Valbom	4.192	39.943	9,53	3.271	44.465	13,59
CENTRO NORTE	18.946.477	27.629.853	1,46	17.239.706	29.130.273	1,69
Aveiro	8.138.185	12.689.166	1,56	8.778.700	16.961.113	1,93
Vagueira	26.557	39.744	1,50	7.569	22.406	2,96
Torreira	2.342.058	2.473.864	1,06	2.115.957	3.004.207	1,42
Mira	238.578	449.388	1,88	63.323	242.421	3,83
Furadouro	132.462	147.327	1,11	63.784	128.641	2,02
Cais do Bico	762.778	896.405	1,18	993.895	1.231.853	1,24
Figueira da Foz	7.305.859	10.933.959	1,50	5.216.479	7.539.631	1,45
CENTRO	17.404.426	43.391.884	2,49	16.080.375	45.404.012	2,82
Nazaré	3.883.900	7.820.282	2,01	3.862.287	9.988.797	2,59
Peniche	13.199.913	34.304.511	2,60	11.894.965	34.117.105	2,87
Foz do Arelho	110.716	538.136	4,86	181.808	847.534	4,66
Praia Vieira de Leiria	152.446	106.009	0,70	111.105	97.634	0,88
Cascais	57.451	622.946	10,84	30.210	352.943	11,68
Ericeira	0	0	0,00	0	0	0,00
CENTRO SUL	28.192.386	46.493.873	1,65	32.149.858	47.362.220	1,47
Sesimbra	16.668.840	23.477.923	1,41	21.313.731	24.983.850	1,17
Costa da Caparica	1.754.494	4.388.072	2,50	1.746.657	4.024.600	2,30
Trafaria	385.008	2.502.746	6,50	310.478	2.247.603	7,24
Fonte da Telha	1.354.292	1.082.461	0,80	1.425.046	1.022.911	0,72
Alcochete	0	0	0,00	0	0	0,00
Setúbal	2.002.881	5.994.176	2,99	1.906.620	5.612.531	2,94
Carrasqueira	101.902	416.137	4,08	75.511	336.167	4,45
Sines	5.789.876	7.835.213	1,35	5.256.662	8.344.238	1,59
V.N.Milfontes	77.280	421.185	5,45	66.169	423.689	6,40
Azenha do Mar	19.820	129.821	6,55	16.225	117.674	7,25
Zambujeira	37.992	246.138	6,48	32.759	248.956	7,60
ALGARVE	11.983.030	45.259.331	3,78	11.931.055	46.142.834	3,87
Lagos	495.201	2.091.709	4,22	400.482	1.956.112	4,88
Sagres	1.041.187	5.316.060	5,11	1.161.679	5.084.396	4,38
Portimão	4.590.318	9.147.741	1,99	2.891.234	7.142.838	2,47
Albufeira	137.988	899.477	6,52	163.502	1.209.281	7,40
Olhão	2.077.866	6.056.766	2,91	2.855.431	6.304.796	2,21
Fuzeta	223.338	1.409.365	6,31	322.543	2.021.028	6,27
Quarteira	2.176.881	6.442.939	2,96	2.660.313	7.081.461	2,66
Tavira	70.965	463.414	6,53	66.587	470.012	7,06
Santa Luzia	225.096	1.715.944	7,62	227.996	1.810.726	7,94
V.R.S. António	944.192	11.715.917	12,41	1.181.289	13.062.184	11,06
TOTAL	95.898.675	195.511.587	2,04	99.916.614	205.536.487	2,06

Handwritten signature and initials

Handwritten marks:
 A signature at the top right.
 A large 'E' below it.
 A '5' at the bottom right.

Foram transacionadas, no ano de 2018, nas lotas do continente, 99.917 toneladas de pescado fresco, (mais 4.018ton que em 2017). O valor total foi de 205.536 mil euros (mais 10.025 mil euros que no ano anterior). O preço médio foi de 2,06€/kg, mais 0,02€/kg relativamente a 2017.

No quadro Q – I, figuram as quantidades, os valores e os preços médios registados, nos anos de 2017 e 2018, em cada uma das Delegações: Norte, Matosinhos, Centro Norte, Centro, Centro Sul e Algarve, bem como, os movimentos das lotas agregadas a cada uma das Delegações atrás referidas.

Na Delegação Norte, no ano de 2018 foram vendidas 2.967ton de pescado e o valor total foi de 10.272 mil euros a um preço médio de 3,46€/kg. Relativamente a 2017, menos 4% em volume, mais 8,6% em valor e uma subida de 13% no preço médio. As cinco espécies mais transacionadas nesta Delegação, ordenadas por quantidades vendidas, foram Polvo-vulgar, Sardinha, Carapau, Faneca e Biqueirão.

Na Delegação de Matosinhos, foram transacionadas 19.548ton, o valor das vendas foi de 27.225 mil euros e preço médio anual 1,39€/kg. Comparando com 2017, mais 20% em volume, mais 17% em valor e uma quebra de 2,6% no preço. As cinco espécies mais transacionadas nesta Delegação foram, Cavala, Biqueirão, Sardinha, Carapau e Amêijoa-branca.

Delegação Centro Norte, foram vendidas 17.240ton de pescado, o valor correspondente foi de 29.130 mil euros e o preço médio de 1,69€/kg. Relativamente a 2017, uma quebra no volume de 9%, uma melhoria no valor na ordem dos 5% em valor e uma considerável subida no preço médio, de 15,9%.

As cinco espécies mais transacionadas nesta Delegação foram, Carapau, Berbigão-vulgar, Biqueirão, Cavala e Polvo-vulgar.

Delegação Centro, foram transacionadas 16.080ton, o valor de vendas foi de 45.404 mil euros e o preço médio anual de 2,82€/kg. Comparando com os dados do ano transato, a quantidade registou uma quebra de 7,6%, mas o valor das vendas subiu 4,6% resultado da significativa melhoria registada no preço médio, em mais 13,3%, face a 2017.

As cinco espécies mais transacionadas nesta Delegação, ordenadas por quantidades vendidas, foram na seguinte ordem, Carapau, Sardinha, Cavala, Carapau-negrão e Polvo-vulgar.

Delegação Centro Sul, o volume de pescado vendido foi de 32.150ton e o valor das vendas de 47.362 mil euros, o preço médio 1,47€/kg. Relativamente ao ano transato, verificou-se uma melhoria significativa nas quantidades vendidas, 14%. O valor das vendas subiu cerca de 2% mas o preço médio caiu 10,7%, quando comparado com 2017. As cinco espécies mais transacionadas nesta Delegação, foram as seguintes, Cavala, Carapau, Sardinha, Peixe-espada-preto e Polvo-vulgar.

Delegação Algarve, foram vendidas 11.931ton de pescado, o valor correspondente foi de 46.143 mil euros e o preço médio de 3,87€/kg. Comparando com os dados de 2017, a variação registada no volume foi sem expressão, menos 0,4%, o valor das vendas registou uma melhoria de 2% e o preço médio registou um aumento de 2,4%.

As cinco espécies mais transacionadas nesta Delegação foram, Cavala, Carapau, Sardinha, Polvo-vulgar e Carapau-negrão.

Gráfico 1 - Distribuição do Volume (toneladas) do Pescado por Delegação – 2017 e 2018

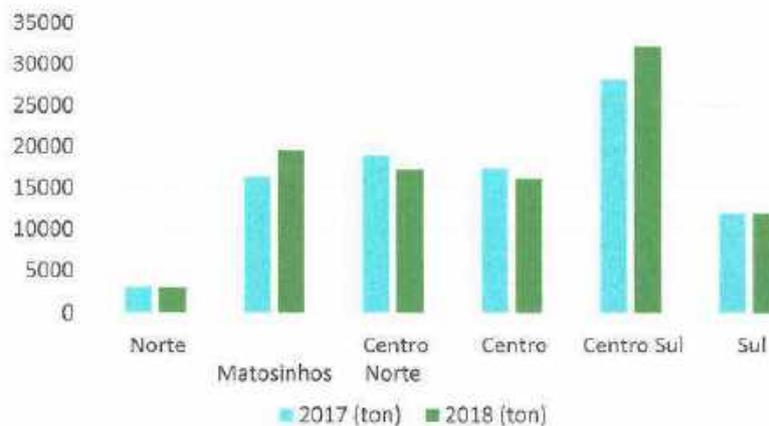


Gráfico 2 - Distribuição do Valor (mil €) do Pescado por Delegação 2017 e 2018

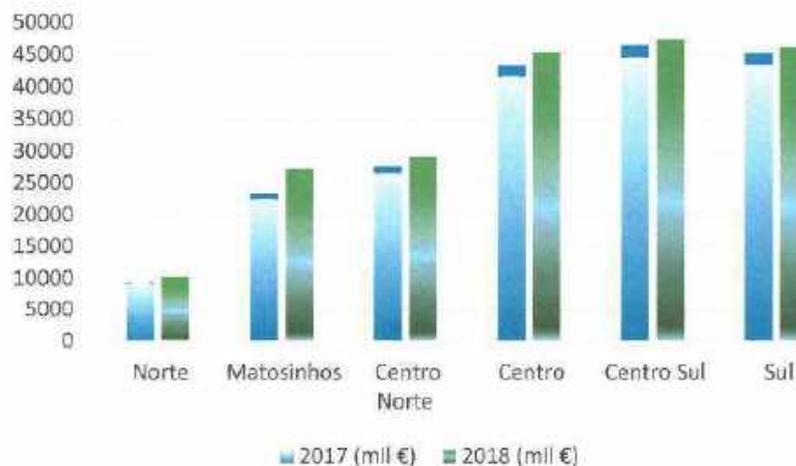
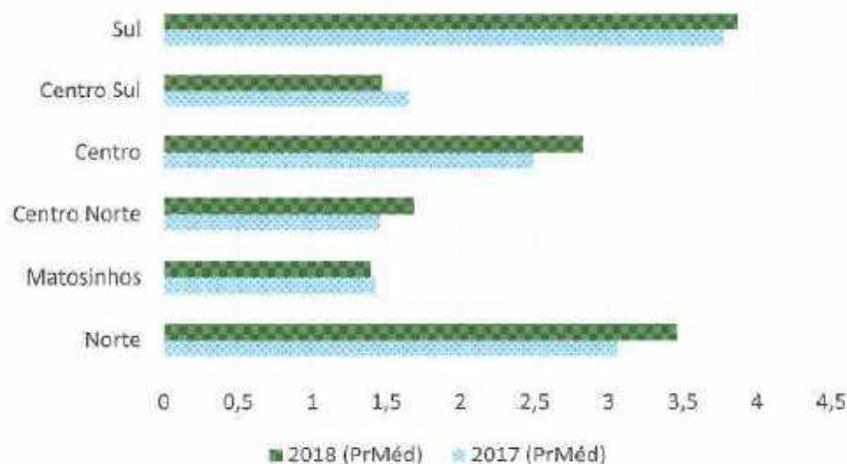


Gráfico 3 – Evolução Preços Médios (€/kg) do Pescado por Delegação 2017 e 2018



Handwritten signature and initials.

O quadro Q - II e o gráfico 4, ilustram a evolução do pescado transacionado no conjunto das lotas, nos últimos cinco anos, 2014 a 2018.

Handwritten signature and initials

Q - II	TOTAIS PESCADO			Evolução (%) anoT/anoT-1			
	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2014	95.465	181.554	1,90	-18,7%	-2,0%	20,6%	2014/2013
2015	117.982	194.644	1,65	23,6%	7,2%	-13,3%	2015/2014
2016	104.413	201.747	1,93	-11,5%	3,6%	17,1%	2016/2015
2017	95.899	195.512	2,04	-8,2%	-3,1%	5,5%	2017/2016
2018	99.917	205.536	2,06	4,2%	5,1%	0,9%	2018/2017
				4,7%	13,2%	8,2%	2018/2014

Gráfico 4 – TOTAIS PESCADO - Evolução 2014 A 2018



Os quadros Q - III a Q - V e os gráficos 5 a 7, apresentados nas páginas seguintes, ilustram a evolução dos movimentos do pescado transacionado nas lotas, nos últimos cinco anos, 2014 a 2018 e distribuídos pelas artes de pesca Arrasto, Polivalentes e Cerco.

Q - III	ARTES: ARRASTO			Evolução (%) anoT/anoT-1			
	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2014	15.429	31.810	2,06	-7,8%	-0,4%	8,1%	2014/2013
2015	17.325	35.332	2,04	12,3%	11,1%	-1,1%	2015/2014
2016	20.347	36.509	1,79	17,4%	3,3%	-12,0%	2016/2015
2017	20.859	37.586	1,80	2,5%	3,0%	0,4%	2017/2016
2018	16.756	40.499	2,42	-19,7%	7,8%	34,1%	2018/2017
				8,6%	27,3%	17,2%	2018/2014

Handwritten signature and initials

Gráfico 5 – ARRASTO - Evolução 2014 A 2018



ARTES: POLIVALENTES

Evolução (%) anoT/anoT-1

Q - IV	ton	mil euros	Pr Méd	% (ton)	% (mil €)	% Pr Méd	
2014	31.955	103.554	3,24	-1,8%	6,5%	8,4%	2014/2013
2015	33.284	103.955	3,12	4,2%	0,4%	-3,6%	2015/2014
2016	30.134	109.012	3,62	-9,5%	4,9%	15,8%	2016/2015
2017	29.909	106.710	3,57	-0,7%	-2,1%	-1,4%	2017/2016
2018	29.699	115.155	3,88	-0,7%	7,9%	8,7%	2018/2017
				-7,1%	11,2%	19,6%	2018/2014

Gráfico 6 – POLIVALENTES - Evolução 2014 A 2018



Handwritten signature and initials

ARTE: CERCO

Evolução (%) anoT/anoT-1

Q - V	ton	mil euros	Pr Méd	%(ton)	%(mil €)	% Pr Méd	
2014	48.081	46.190	0,96	-29,5%	-17,5%	17,0%	2014/2013
2015	67.374	55.357	0,82	40,1%	19,8%	-14,5%	2015/2014
2016	53.932	56.227	1,04	-20,0%	1,6%	26,9%	2016/2015
2017	45.131	51.216	1,13	-16,3%	-8,9%	8,9%	2017/2016
2018	53.462	49.882	0,93	18,5%	-2,6%	-17,8%	2018/2017
				11,2%	8,0%	-2,9%	2018/2014

Gráfico 7 – CERCO - Evolução 2014 A 2018



 A
 S

10. Recursos Humanos

EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS

No quadro de uma política global de otimização dos recursos humanos, o número total de trabalhadores do quadro da Docapesca passou de 487, em 31/12/2017, para 481 em 31/12/2018, correspondente a uma redução de menos 6 (seis) trabalhadores, destes 422 pertencem ao quadro efetivo da empresa e 59 em regime de contrato de Acordo de Cedência de Interesse Público (ACIP).

Os ACIP resultam de 55 trabalhadores proveniente do ex-IPTM, cuja integração decorre da publicação do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, e os restantes 4 referem-se a novos acordos entretanto celebrados para reforço de algumas áreas deficitárias, perfazendo um cômputo total de 481 trabalhadores.

O saldo acumulado registado, durante o ano em análise, reflete a seguinte movimentação:

Quadro de Pessoal	Anos		Variação	
	2017	2018	Núm.	%
N.º Trabalhadores em 31/Dezembro	487	481	-6	-1,2%
ENTRADAS:				
Readmissões	0	0	0	
Admissões (Com Termo)	0	22	22	
Admissões (Efetivos)	31	33	2	6%
Acordo de Cedência de Interesse Público	4	1	-3	-75%
Total Entradas	35	56	21	60%
SAÍDAS				
Rescisões Mútuo Acordo	5	4	-1	-20%
Reformas Velhice	14	16	2	14%
Reformas Invalidez	0	3	3	
Reformas Velhice Antecipada	0	7	7	
Rescisões por Iniciativa Própria	4	9	5	125%
Despedimentos Justa Causa	1	0	-1	-100%
Abandono do trabalho	1	2	1	100%
Falecimentos	2	0	-2	-100%
Rescisões Contratos a Termo	0	21	21	
Total Saídas	27	62	35	130%

☺
☺
☺

Enquanto as saídas registadas resultam, essencialmente, de rescisões de contratos a termo certo e de saídas naturais como reformas e rescisões de contratos por iniciativa própria, as entradas de trabalhadores para o quadro de efetivo da empresa, no decurso do ano em análise, decorrem do pedido remetido e autorizado ao Ministério das Finanças (DGTF), com parecer favorável da Tutela Setorial, para a contratação de 30 trabalhadores com a categoria profissional de Operador de Exploração.

Foram ainda admitidos três trabalhadores, cujo Despacho favorável do Ministério das Finanças (DGTF) e da Tutela Setorial reporta ao ano anterior.

Para reforço do quadro de pessoal, foi ainda contratado um funcionário público através da celebração de contrato de Acordo de Cedência de Interesse Público.

Contudo, a limitação das admissões a que a empresa está sujeita, por via das sucessivas Lei do Orçamento de Estado, inclusive para o ano em análise, não permite a reposição de efetivos relativamente ao n.º de saídas registadas de trabalhadores do seu quadro de pessoal.

Em 2018 conjugando entradas e saídas de trabalhadores, a empresa reduziu o seu quadro de pessoal em cerca de 1,2% (-6), dando assim continuidade à otimização e adaptação dos recursos humanos que nos últimos 8 anos registou a saída de 237 trabalhadores.

Para atingir os objetivos propostos, seguindo a política de redução de custos que tem vindo a ser implementada, principalmente, nos últimos 8 anos e simultaneamente a otimização de recursos humanos, foi aprovado no último trimestre de 2018 um novo organigrama. Este novo organigrama procura garantir os princípios de eficiência, transparência e atualização permanente, promovendo de forma eficaz a diversificação e um novo paradigma no âmbito da prestação de serviços no mercado de atividade onde opera.

Esta reestruturação, bem como a adequação do efetivo, teve como propósito a obtenção de sinergias e ganhos de eficiência na gestão global das atividades da empresa.

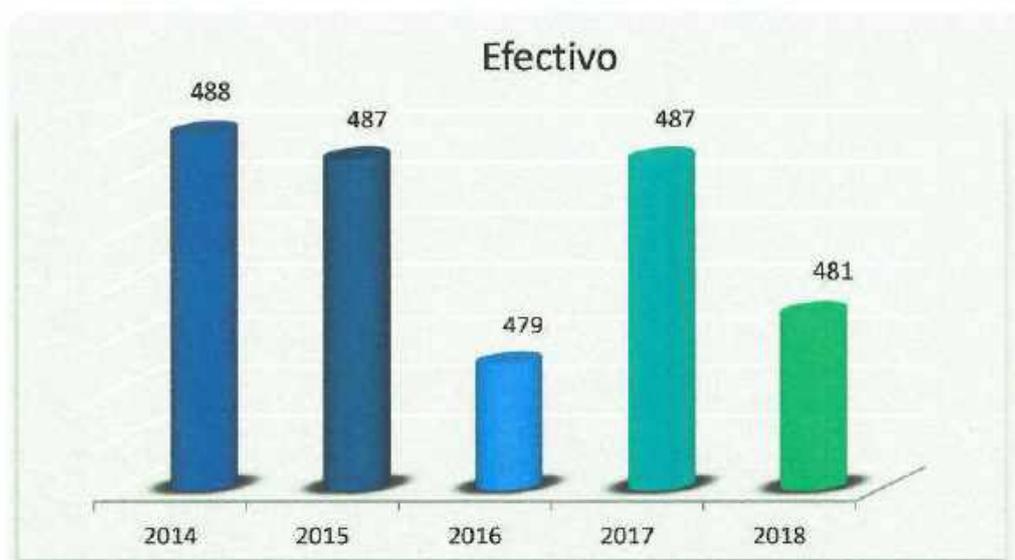
No âmbito dos recursos humanos, e com o intuito de manter a sustentabilidade da empresa e a extinção da precariedade laboral, foi ainda possível, no cômputo total, reduzir o número de trabalhadores contratados em regime de prestação de serviços e trabalho temporário, destinados a substituir ausências de trabalhadores originadas por baixas médicas, férias e saídas naturais, recorrendo à contratação de trabalhadores a termo certo pelo período máximo determinado pela legislação em vigor.

O número de trabalhadores, independentemente do tipo de vínculo contratual em vigor, em 31 de dezembro de 2018, totalizava 481, dos quais 59 com contrato de Acordo de Cedência de Interesse Público, dois quais 55 provenientes do ex-IPTM e 422 são efetivos, apresentado a seguinte distribuição geográfica por Unidade Orgânica:

R
E
S

N.º DE TRABALHADORES POR UNIDADE ORGÂNICA - 31/DEZEMBRO/2018				
Unidades Orgânicas		N.º Trabalhadores Efetivos	N.º Trabalhadores Contratados a Termo	Acordo de Cadência de Interesse Público
SERVIÇOS CENTRAIS	DIREÇÕES E DEPARTAMENTOS	Secretaria do Conselho de Administração	1	1
		Departamento de Controlo Orçamental e Av. de Risco	2	
		Departamento de Segurança Alimentar e Certificação	2	
		Departamento de Estatística	3	
		Departamento de Marketing	4	
		Departamento de Contencioso e Gestão Dominial	1	
		Direção de Assessoria Jurídica e Gestão Dominial	5	
		Direção de Auditoria e Controlo Interno (*)	1	
		Direção de Recursos Humanos	6	
		Direção Financeira	9	
		Direção Comercial e Relações Institucionais	2	
		Direção de Modernização Administr. e Sist. de Informação	7	1
		Direção de Exploração	5	1
		Direção de Infraestruturas e Modernização de Ativos	10	
		Direção de Segurança e Manutenção	3	1
Total Sede		61	0	4
DIREÇÕES DE LOTAS E PORTOS DE PESCA	NORTE E MATOSINHOS	Viana do Castelo	7	
		Póvoa de Varzim	11	4
		Matosinhos	47	
	CENTRO-NORTE	Aveiro	29	
		Figueira da Foz	26	3
	CENTRO	Nazaré	18	2
		Peniche	41	2
		Cascais	6	
	CENTRO-SUL	Sesimbra	32	
		Setúbal	15	
		Sines	16	
	ALGARVE	Sagres	11	2
		Lagos	9	2
		Portimão	28	2
		Albufeira	1	
		Quarteira	14	1
		Olhão	26	7
		Olhão/Faro		
		Tavira	5	1
		Santa Luzia	5	2
Vila Real de Santo António	13	3		
ÁREA DOMINIAL/GESTÃO DOMINIAL	Nazaré		6	
	Peniche		14	
	Faro		4	
Sub-Total - Direções de Lotas e Portos de Pesca		360	55	
Requisitados à Docapesca (*)		1		
Total de trabalhadores da Empresa		422	59	

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL – 2014 / 2018



O número total de trabalhadores, no final do ano de 2018, de acordo com o gráfico acima, diminuiu em cerca de 1,2%, quando comparado com o ano anterior, e em 1,4% comparativamente ao ano 2014.

Refira-se que, sem a integração dos atuais 55 trabalhadores provenientes do ex-IPTM e os 4 trabalhadores contratados em regime de ACIP para reforço do quadro de pessoal, o número total de trabalhadores do quadro efetivo da Docapesca contabilizaria apenas 422, mantendo analogamente o número de 2014.

A antiguidade média dos efetivos situou-se, no final de 2018, nos 23 anos, tendo-se reduzido 0,5 anos, face a 2017, em virtude da cessação de contrato de trabalhadores com maior antiguidade e pela admissão de novos trabalhadores.

No que se refere à idade média dos trabalhadores, esta continua a manter-se ligeiramente acima dos 50 anos, encontrando-se apenas 23,5% do efetivo na faixa etária inferior a 40 anos de idade.

VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A formação profissional assumiu, durante o ano 2018, um papel central na empresa.

Deste modo, foram desenvolvidas um conjunto de ações, de âmbito profissional e académico, com o objetivo de dotar os trabalhadores de competências técnicas e operacionais que se encontrassem em sintonia com a legislação e procedimentos em vigor.

Foram, ainda, desenhadas ações de formação à medida, em que os conteúdos programáticos foram adaptados à realidade da empresa e de acordo com os manuais e procedimentos existentes

A aposta na Formação Profissional, que tem vindo a ser adotada pela Docapesca, tem contribuído, não somente, para um aumento dos níveis de motivação dos trabalhadores bem como, para um desempenho mais eficaz e eficiente, dos trabalhadores, nas funções executadas.

[Handwritten signature]

Em 2018, foi dado um particular enfoque, às áreas formativas relacionadas com a Segurança e Saúde no Trabalho (SST), Higiene e Segurança Alimentar (HSA) e direito (legislação).

Nesse sentido foram ministradas 60 ações de formação, com um total de 694 participações. As ações de formação realizadas (durante o ano em análise) contabilizaram um total de cerca de 508 horas formativas.

Sendo a formação profissional uma área em franco crescimento, a empresa tem vindo a reestruturar os processos de gestão da formação com o intuito de conseguir criar, não só, percursos formativos como também de adaptar, cada vez mais, os conteúdos programáticos às reais necessidades que se evidenciem. O custo global imputado à realização de ações de formação, em 2018, ascendeu a 50.567,66 €.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS



A saída de trabalhadores menos qualificados para a reforma, bem como os requisitos para os atuais recrutamentos, que estabelecem preferencialmente como habilitações mínimas ao nível do 12º ano, têm contribuído para a melhoria deste parâmetro na empresa, sobretudo desde 2010. O número de trabalhadores que possuem, no presente, habilitações iguais ou inferiores ao 1.º Ciclo é residual (1%), enquanto o n.º de trabalhadores com qualificações abaixo ou equivalentes ao nível do 3.º ciclo representa mais de 56% dos trabalhadores do quadro da empresa.

O número de trabalhadores com o Ensino Secundário e Superior representavam, no final de 2018, cerca de 43% do total do quadro, contra os 30% do ano transato, verificando-se uma assinalada melhoria.

No computo geral, a implementação de regras ao nível de habilitações como requisito para concretizar a admissão de trabalhadores para o quadro efetivo, tem vindo a contribuir para aumentar o nível e literacia na empresa. Enquanto em 2014, cerca de 11% do seu universo de trabalhadores

tinha escolaridade de nível superior, e 20% de nível secundário, em 2018 quase metade do quadro tem habilitações ao nível do secundário e superior (43%).

✱
ef
si

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS COM O PESSOAL (TOTAL DA EMPRESA)

Os Gastos com pessoal registaram, em 2018, um aumento de cerca de 6% face aos contabilizados no exercício anterior resultante da reposição integral das remunerações que, desde 2011, devido às sucessivas Leis de Orçamento de Estado, condicionou o cumprimento do estabelecido no Acordo de Empresa (A.E.), e, consequentemente quaisquer valorizações remuneratórias.

Em 2018, decorrente das negociações com os Sindicatos (Federação e Sindepescas) e parecer favorável do Ministério das Finanças, registou-se a possibilidade de proceder ao aumento “residual” de todas as categorias profissionais, cujo incremento remuneratório registou nos gastos com pessoal um ligeiro aumento.

Globalmente os custos com o pessoal tendem a aumentar devido, essencialmente, à reposição na sua plenitude do Acordo de Empresa, e à viabilidade das negociações com os sindicatos relativas à revisão do A.E..

OUTROS INDICADORES LABORAIS

Contratação

O ano de 2018 foi, uma vez mais, um ano em que se conseguiu manter um clima de estabilidade no âmbito das relações laborais, estabilidade essencial para se poder dar continuidade ao crescimento e à consolidação económico-financeira da Empresa assim como o assumir de novas competências e atividades decorrentes da anterior responsabilidade do extinto IPTM.

De acordo com as orientações do Governo para o Sector Empresarial do Estado (SEE) sobre política salarial, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para o ano em análise, e no seguimento do praticado nos últimos 8 anos, deu-se continuidade à política de gestão de ajustamento de recursos humanos, mantendo-se condicionada com uma forte orientação para a redução de custos operacionais, nomeadamente a contratação a termo.

Por forma a satisfazer as necessidades transitórias de trabalho, a empresa, recorreu no 1º semestre à contratação de trabalhadores através de contratos de utilização de trabalho temporário, através de um concurso público ao abrigo do cumprimento do Código da Contratação Pública, enquanto no 2º semestre procedeu à contratação de trabalhadores com contrato a termo certo, pelo período máximo, conforme determinado no Decreto-Lei de Execução Orçamental/2018.

Absentismo

A taxa média de absentismo no último triénio cifrou-se em cerca de 4,5%, contabilizando-se no ano em análise em 6,93%. Este indicador registou para o ano em análise um aumento de cerca de 31%, sendo que a maioria das ausências se deve ao número de baixas prolongadas por doença e sinistro, fruto da elevada média de idades do quadro de pessoal da empresa cujo escalão etário entre os 55

Handwritten initials and marks in the top right corner.

e os 65 anos de idade representa cerca de 50% do total do quadro de pessoal. Esta situação merece algum acompanhamento, por forma a ter-se uma perfeita monitorização ao momento.

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

No âmbito da Segurança e Saúde do Trabalho verificou-se um ligeiro decréscimo do número de acidentes de trabalho, contudo o número de dias perdidos, resultantes das baixas por sinistros aumentou significativamente. É possível concluir, que as atividades desenvolvidas pela Docapesca – Portos e Lotas SA, não estão associadas a riscos profissionais elevados.

Assumem-se como principais riscos profissionais decorrentes das atividades desenvolvidas na empresa, os riscos de carácter físico, relacionados com as condições estruturais, máquinas e equipamentos, e os riscos de carácter ergonómico, decorrentes do manuseamento manual de cargas, ritmo elevado de trabalho, monotonias, repetibilidade de tarefas e posturas inadequadas de trabalho.

As causas identificadas para a ocorrência de acidentes de trabalho encontram-se associadas ao risco de carácter físico e ergonómico anteriormente mencionados, sendo que, as mais expressivas são o manuseamento manual de cargas e as quedas ao mesmo e a diferentes níveis.

Acresce, ainda, referir que a elevada média de idades dos trabalhadores da empresa nomeadamente nos afetos à área de exploração, cuja idade média se situa acima dos 50 anos contribui para a maioria dos acidentes registados, uma vez que, se tratam de trabalhadores cuja agilidade física já se encontra numa fase mais vulnerável sem grau de comparação à de um jovem trabalhador.

Handwritten marks: a checkmark, a signature, and the number 4.

11. Segurança Alimentar

Relativamente ao processo de implementação na norma NP EN ISO 22000:2005, foi decidido dar continuidade ao processo de certificação para as Lotas de Sagres e Sesimbra.

Foram realizadas reuniões conjuntas entre as direções visadas para podermos tornar o sistema apto para a certificação. Elementos dos serviços centrais passaram a participar nas reuniões, tornando a envolvimento de todos muito mais forte.

Foram realizadas as auditorias de acompanhamento e extensão no 4.º trimestre de 2018. Após resposta às questões levantadas nas auditorias, a APCER emitiu o certificado a 26/11/2018 para as Lotas da Póvoa de Varzim, Figueira da Foz, Sesimbra e Sagres no referencial NP EN ISO 22000:2005 no âmbito da primeira venda de pescado.

Foi realizada uma reunião para revisão pela gestão para as lotas certificadas.

Foi iniciado o processo de consultoria para a extensão da certificação para as lotas de Viana do Castelo, Aveiro e Nazaré.

Durante o ano de 2018, foram realizadas vistorias da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) às lotas de Albufeira, Quarteira, Olhão, Vila Real de Santo António, Sines, Vila Nova de Milfontes, Nazaré, Peniche, Matosinhos, Vila Praia de Âncora e Vila do Conde, tendo sido envidados esforços para dar resolução às não conformidades levantadas.

Foram efetuados controlos de verificação da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) às lotas de Sines, Vila Nova de Milfontes, Sesimbra, Costa da Caparica e Figueira da Foz. Destas visitas resultou uma melhoria significativa das não conformidades levantadas.

A lota da Costa da Caparica vai sofrer obras de melhoramento para as quais teve que se solicitar parecer às entidades competentes.

O posto de Tavira encontra-se fechado devido às obras de melhoramento em curso.

Este departamento tem elaborado procedimentos, instruções de trabalho e registos no âmbito da Segurança Alimentar, para a organização e divulgação de informação interna e externa.

Foram revistos os manuais de segurança alimentar da maior parte das lotas.

Está em fase de conclusão o processo para transformar o manual de boas práticas das embarcações existente num código de boas praticas. O objetivo é poder existir um código nacional aprovado pela DGAV e a submeter à aprovação da comunidade europeia.

Em conjunto com a Direção de Recursos Humanos (DRH), foi possível adequar as ações de formação previstas para 2018 em segurança alimentar para obter o máximo de eficácia na aprendizagem destas matérias. O objetivo é tornar a formação o mais prática possível e próxima da realidade de cada local. No âmbito da certificação articulou-se com a DRH a aprovação dos atuais descritivos de funções havendo atualmente a necessidade de preparar um manual de funções para a empresa.

✱
 CA
 S

12. Controlo Orçamental e Avaliação de Risco

No âmbito das suas competências, durante o período de janeiro a dezembro de 2018 o DCO desenvolveu, entre outras, as seguintes atividades.

- Revisão do orçamento para 2018, com repartição trimestral e mensal - e submissão do novo PAO 2018 no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF);
- Preparação do Relatório e Contas de 2017, na parte referente ao Relatório de Gestão e coordenação de toda a informação remetida pelas unidades orgânicas;
- Preparação do Relatório do Governo Societário de 2017;
- Preparação e apresentação ao Conselho de Administração do relatório de atividades e Demonstrações financeiras referentes ao 4.º trimestre de 2017, em colaboração com as Direções e Departamentos;
- Preparação e apresentação ao Conselho de Administração do relatório de atividades e demonstrações financeiras referentes ao 1.º, 2.º e 3º trimestres de 2018, em colaboração com as Direções e Departamentos; após aprovação dos relatórios trimestrais, foi efetuado o respetivo upload no SIRIEF
- Elaboração dos relatórios mensais de execução orçamental referente ao período de dezembro de 2017, e elaboração dos mapas financeiros referentes ao mesmo período. Submissão dos mapas financeiros no SIRIEF (mensal e do 4.º trimestre);
- Elaboração dos relatórios mensais de execução orçamental referente ao período de janeiro a novembro, e elaboração dos mapas financeiros referentes ao mesmo período. Submissão dos mapas financeiros no SIRIEF (mensais e os do 1.º, 2.º e 3º trimestres);
- Submissão mensal dos mapas financeiros no SIRIEF;
- Preparação de informação solicitada pelo Conselho de Administração necessária à tomada de decisão;
- Elaboração de declarações de cabimento;
- Relato de desvios existentes face ao orçamento, sugerindo eventuais medidas de correção;
- Elaboração mensal do ficheiro para pagamento dos montantes cativados em lota sobre as vendas das embarcações da pesca local e costeira e também sobre as vendas fora de lota dos pescadores apeados e dos apanhadores de espécies marinhas. Transformação do ficheiro em formatação própria e disponibilização na rede;
- Monitorização e correção referente a faturas não certificadas;
- Controlo dos gastos operacionais, cumprindo o estipulado na Ordem de Serviço nº 6/2017 de acordo com as orientações do acionista;
- Coordenação do processo de elaboração do Orçamento de Exploração para 2019, incluindo a recolha de dados no sistema de informação de gestão da empresa (sistema SAP);
- Elaboração do documento final do Plano de Atividades e Orçamento, incluindo o Plano de Investimentos, para 2018, e posterior apresentação ao Conselho de Administração;
- Submissão dos mapas financeiros no SIRIEF e upload do PAO 2019;

- Desde a eleição do novo órgão de fiscalização (Conselho Fiscal), o departamento ficou com a responsabilidade de articulação/comunicação entre a empresa e os membros do Conselho Fiscal.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Handwritten marks: a stylized signature and the number 4.

5. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria